

JOICE SOUZA GARCIA

***CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA
DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS***

Dourados - MS
2019

JOICE SOUZA GARCIA

***CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA
DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD) para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Fronteiras, Identidades e Representações*.

Orientador: **Prof. Dr. Leandro Baller**

Dourados- MS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G216" Garcia, Joice Souza
"Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim": A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande-MS [recurso eletrônico] / Joice Souza Garcia. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Leandro Baller.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Casa da Mulher Brasileira. 2. Gênero. 3. Representações Sociais. 4. História. I. Baller, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

JOICE SOUZA GARCIA

***CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA
DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS***

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

_____ em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Losandro Tedeschi (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato Schimitt (Dr^a., UFMS/PPGE) _____

À Natália e Augusto, irmã e filho, amores meus.

AGRADECIMENTOS

Percebo que apesar de tantas pedras tenho mais a agradecer que a lamentar e isso é uma virtude no meio de tantas turbulências que esse processo para me tornar mestre me trouxe. Esse título não se refere apenas à minha carreira acadêmica/profissional, certamente me trouxe muitos aprendizados para que atingisse a maestria de ser eu mesma. Mas não o seria se não fossem essas pessoas, às quais agradeço e abraço.

Minha gratidão...

À divindade que habita meu coração que não me deixou esmorecer.

À minha família, meu pai Benedito que sempre me incentivou a ser independente e estudar, minha mãe Cecília, por acreditar na minha coragem. Minhas irmãs Gisele e Natália que sempre foram minhas amigas e não dispensaram conselhos, carinho e orações nessa jornada. Ao meu cunhado Alex, pela força em minha mudança de casa. A meu sobrinho e minhas sobrinhas, João Vítor, Sophia e Clara, faróis dos meus olhos, meus sorrisos que me davam alegria e leveza para continuar.

A meu filho, Augusto, meu girassol. Estar distante de você no final do mestrado foi a coisa mais difícil da minha vida. Ao mesmo tempo em que você me compreendeu e me incentivou a continuar, que vibrou quando escolhi a música da Elza Soares para o título. Você é meu companheiro de toda vida e sem você não estaria firme até aqui. Obrigada por me entender.

Ao Ary Albuquerque, meu irmão nesta e em outras vidas, e sua esposa Naíra pelo acolhimento em sua casa nos dias que precisei estar em Dourados. Quantos risos e jôhreis, subs-zero geladas.

À Fernanda Reis, minha irmã-bruxa. Eu não seria mestre se não fosse você me incentivar a ser o mulherão que nasci pra ser. Ao Adilson e Bethânia, pelo carinho.

Ao João Fernando, alma que cruzou com a minha para meu aprimoramento. Este, João, não é apenas um trabalho acadêmico, mas uma lição do que o patriarcado fez conosco. Agradeço sobremaneira suas contribuições para que meu mestrado se realizasse, as correções de texto, cuidados com meu filho e a ajuda financeira. Sobretudo porque, a seu modo, você acreditou em minhas potencialidades.

À Mariana Esteves e Patrícia Rodrigues, pelos favores prestados, sei que fizeram de coração.

À Eva Brasil, por me conceder a entrevista num momento em que seria inimaginável que ainda haveria forças para as palavras em tom de denúncia e justiça.

À Aparecida Gonçalves, pelas entrevistas, o café e por abrir a caixa de Pandora do Movimento Popular de Mulheres, preciosidade de tempos de luta, memórias da resistência feminina em Mato Grosso do Sul.

Aos amigos que fiz no PPGH que levarei pra sempre no coração.

A todo corpo docente do PPGH da UFGD pelo apoio e saberes compartilhados. Em especial, a meu orientador Leandro Baller pela orientação e compreensão.

À professora Dra. Claudia Nichnig por sua perspicaz leitura no momento da Qualificação. Ao professor Dr. Losandro Tedeschi e professora Dr^a. Jaqueline Zarbato, por aceitarem compor a banca.

À Capes por me conceder a bolsa..

A todas e todos que direta ou indiretamente me fizeram ser uma pessoa melhor com esse título.

Todo meu amor e gratidão a vocês.

*Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E joga água fervendo
Se você se aventurar
Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
[...]
Mão, cheia de dedo. Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamé, mané!
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.
Elza Soares*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a implantação da Casa da Mulher Brasileira no ano de 2015 em Campo Grande-MS (CMB), espaço destinado a atender mulheres vítimas de violência doméstica. As questões que atravessam a existência desse espaço tem sua historicidade e explicações no passado. Considerada uma referência de política pública para mulheres, a CMB é fruto de reivindicações feministas que desde a década de 1980 trazem a pauta da violência contra a mulher como prioridade. As fontes elencadas para essa pesquisa visam seguir a metodologia que concerne à teoria das representações sociais, que analisa o discurso presente na mídia (jornais e revistas), nos relatos de mulheres envolvidas com o espaço e ao que está colocado no senso comum. Através dessa proposta as subjetividades dessas mulheres também são perscrutadas, suas experiências pessoais e coletivas trazem um conhecimento situado que ajuda na compreensão de suas ações para que a CMB pudesse acontecer como experiência inaugural na capital sul-matogrossense. Seguindo modelo análogo ao implantado em El Salvador, a CMB traz uma proposta de transversalidade de gênero das políticas públicas, considerando as especificidades latino-americanas no que concerne ao enfrentamento da violência contra a mulher. Sob essa esteira, a investigação segue o viés interseccional de gênero ao analisar as particularidades referentes à raça e etnia, alargando o debate feminista sobre os temas que permeiam as políticas públicas, principalmente no que se refere à lei que deu respaldo para que essas afirmativas pudessem acontecer, como a Lei Maria da Penha (lei 11340/06). Isso explica o uso do título que faz alusão à música de Elza Soares, Maria da Vila Matilde, em alusão a resistência da mulher negra mediante a violência doméstica, com respaldo na legislação. As representações sociais demonstram a transição paradigmática assim como as teorias feministas com enfoque interseccional de gênero, sendo novas ferramentas conceituais para analisar ângulos da realidade da violência contra a mulher por novos olhares, provindos das lutas dos movimentos de mulheres e feministas, da criatividade e dos questionamentos no seio da ciência. Dessa forma, dialogam para novos olhares acerca do gênero e elenca objetos inaugurais, como a CMB.

Palavras-chave: Casa da Mulher Brasileira. Gênero. Representações sociais.

ABSTRACT

This dissertation aims at the implementation of the Brazilian Women's House in 2015 in Campo Grande-MS (CMB), the welcoming space for women victims of domestic violence. The issues that cross the space have their historicity and explanations in the past. Considered a public policy reference for women, the CMB is a feminist reference process that since the 1980s has raised a question of violence against women as a priority. The sources listed for an opinion search follow a methodology that concerns social representations, while the analysis and content present in the media (newspapers and magazines), the reports of women involved with place and what is located in common sense. By the way, as the subjectivities women are also examined, their personal and collective experiences bring a knowledge as the ability to understand their actions so that CMB can expose itself as the inaugural experience in the capital of South Mato Grosso. Following the model analogous to the one implemented in El Salvador, the CMB proposes the government's mainstreaming of public policies, considering Latin American issues regarding the confrontation of violence against a woman. Over that matting, intersectional and subjective analysis with particular such as specificities not in the public domain, lengthening the social discussion about them as public policies happen, such as the Maria da Penha Law (Law 11340/06). This explains the use of Elza Soares's song title, Maria da Vila Matilde, in an interview of resistance to white women with domestic violence, backed by legislation. As social representations demonstrate a paradigmatic transition, as do feminist theories with an intersectional gender approach, new conceptual tools for the expression of women and women, creativity and questioning within science. Thus, they dialogue for new perspectives on the genre and list inaugural objects, such as a CMB.

Keywords: Brazilian Women's House. Genre. Social representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cartaz Dilma Coração Valente	p. 88
Figura 2 Fotografia Ciudad Mujer EL Salvador	p.101
Figura 3 Fotografia Fachada da CMB.....	p.102
Figura.4 Fotografia Lateral da CMB.....	p.102
Figura 5 Infográfico Setores de atendimento da CMB	p.107
Figura 6 Fotografia Área de Convivência da CMB	p.108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Casa da Mulher Brasileira – CMB
Comunidade Eclesial de Base – CEB
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEMSVD
Delegacia de Defesa da Mulher – DDM
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM
Fundo Social do Trabalho- FUNSAT
Juizado Especial Criminal – JECRIM
Lei Maria da Penha - LMP
Mato Grosso do Sul – MS
Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA
Movimento Popular de Mulheres – MPM
Ministério Público de Mato Grosso do Sul – MPMS
Núcleo de Defensoria Pública da Mulher - NUDEM
Organização dos Estados Americanos - OEA
Organização das Nações Unidas – ONU
Organização dos Estados Americanos – OEA
Programa Mulher Viver sem Violência - PMVSV
Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR
Secretaria de Políticas para Mulheres de Campo Grande-MS - SEMMU
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – TJMS

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	p.9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	p.10
INTRODUÇÃO.....	p.11
CAPÍTULO 1	
CADEIRA DE ESPINHOS: VIOLÊNCIA, MULHERES, HISTÓRIA	p.20
1.1. Violência de gênero ou violência contra a mulher? Problematização de conceitos ..	p.22
1.2 Legitimação da vítima: discursos sobre mulheres na História. Um outro discurso é possível?	p.25
CAPÍTULO 2	
AS FEMINISTAS DESENHARAM A CMB: MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	p.42
2.1. Voto,veto e redemocratização: feminismo à brasileira e sul-matogrossense	p.44
2.2 Violência doméstica, prioridade feminista- As delegacias de defesa da mulher.....	p.52
2.3 <i>Se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde...</i> e a do mundo-aldeia: lei Maria da Penha (11340/06) sob debate interseccional	p.67
CAPÍTULO 3	
CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS	p.82
3.1 Programa Mulher Viver Sem Violência: <i>Tolerância Zero</i> com a violência contra a mulher- A CMB como carro-chefe	p.83
3.2 A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande –MS (CMB): Acolhimento e resistência	p.94
3.3 Por quê Campo Grande? A primeira CMB do país na capital sul-matogrossense ...	p.111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.122
LISTA DE FONTES	p.128
ANEXOS – Documentos	p.130

INTRODUÇÃO

Uma escrita de si, de tantas.

Ao passo que minhas palavras traçam o percurso que me levou a escolher o tema e o objeto em si, deixo inscrita no papel minha própria trajetória. Minha graduação nessa universidade chamada vida, na qual os planos nem sempre foram concretizados e os sonhos se tornavam longínquos, à medida que encontrava barreiras nas quais tive que transpor para poder ser quem sou hoje.

De Rosa Luxemburgo à Simone de Beauvoir e Judith Butler, minha constituição enquanto sujeito exigiu uma performatividade e sentidos que teria que dar à minha própria existência humanamente diferente.

É preciso encarar o besta-fera que existe no interior de si mesma que o patriarcado nos incute, para conseguir escrever, isso aprendi com Glória Anzáldua¹. E escrevendo, destruimos o inimigo da vergonha, da culpa, do medo. Você senta para escrever o inimigo te ataca, os pensamentos se esvaem entre inúmeros afazeres às vezes disfarçados de Anjo do Lar. Muitas vezes a besta-fera dorme a seu lado. Foi o meu caso. E o de Eva Brasil. E o de Elza Soares. E o de Maria da Penha e da Vila Matilde.

Nesses momentos você luta por um Teto Todo Teu, foge do mito do amor materno. Mas vez ou outra precisa proteger a cria que é tua. E então lembra que dentro de você existem desejos, sonhos, uma escrita que grita e sangra e precisa ser lida por muitas pessoas.

Então você entra no teto que é teu, nem todo teu assim, e senta para escrever. Mas o besta-fera te ronda, as palavras que te condenam ainda te ferem: “burra”, “feminista de merda”. Olhares de reprovação, depreciações que por mais que você saiba que não tem sentido, são como um material fétido do esgoto que despejaram sobre o rio que são tuas palavras. E há tanto a dizer, tanto não-dito que não tem nada de silêncio.

Tantas regras, normas, ABNT's no teatro da existência de ser mulher. Tantos impeachments, crises e golpes. Golpes de faca que tem o sangue de muitas mulheres que

¹ Gloria Evangelina Anzaldúa foi uma estudiosa norte-americana da teoria cultural chicana, teoria feminista e teoria queer. Entre seus principais trabalhos encontramos o livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, no qual conta sua trajetória demonstrando a consciência chicana e o feminismo “das margens” num texto que mistura prosa e poesia e contraria as normas acadêmicas.

sangraram umas pelas outras. Gosto de luta de Marielle, notas musicais de Mayara Amaral. A escrita da História de Maiana Barbosa e a história não escrita da pequena Dandara².

Ele que é o poder, músculos, dinheiro, fama, voz. E Deus. Hétero, pater familia, pai, chefe, quem tudo pode e tudo faz. Quem disse? A cultura? A História? Substantivos femininos, lembra-te. E Deus é mulher, segundo a Elza Soares.

Representações, discursos, quantos equívocos, quantas desconstruções e construções sem sentido para dar sentido ao que é ser mulher, ser homem, ser gente, humanidade. E tudo isso porque ele, o besta-fera, é quem dá as regras nesse mundo macho, nesse mundo escroto, nessa pandemia pelo poder. Um poder que oprime, segrega, mata.

Onde o poder predomina não existe amor, pois um é a sombra do outro, aprendi com Jung. O problema não é o poder, mas o poder do macho, disse Heleieth Saffioti.

O poder que nos interessa é o do sentido, do verbo, da política, o poder de transformar...vidas, histórias, o poder dos corajosos. O poder que distribui e que tem o que oferecer às pessoas, que mata a fome, que é realizador. Devolvam-nos. Este poder também é um substantivo feminino: democracia.

É esse o poder que transpõe o macho patriarcal. O que em coro de vozes constrói políticas públicas, Casas de Mulheres, Secretarias, feminismos. O poder de transformar vidas, sonhos, um poder heterotópico.

O poder de dizer, de repetir o discurso transformador até que se torne realidade. Ideal nem tanto, pois é utopia pensar que o melhor já foi feito. A utopia serve para não deixar os sonhos morrerem, é o que nos permite caminhar.

A passos firmes e com coragem, seguimos.

A presente pesquisa tem como objetivo discutir e problematizar a criação da Casa da Mulher Brasileira (CMB) na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Para tanto, tentamos compreender, nos meandros desse espaço, os caminhos percorridos para que a CMB pudesse ser implantada, a partir da análise das representações sociais. Segundo Alves Mazzoti (2000):

² Marielle Franco era vereadora (PSOL) e ativista feminista. Negra, nascida na favela da Maré (RJ), defendia o aborto legal e a visibilidade lésbica. Segundo feministas, o assassinato de Marielle em 14 de março de 2018 político mas também feminicida, uma vez que o ativismo político e social de Marielle incomodava os opositores das pautas das quais era defensora. Sobre isso, ver matéria da página feminista Agência Patrícia Galvão. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-feminicidio-politico-de-marielle-franco-por-renata-souza/>. Acesso em 20/03/2019. Maiana Barbosa tinha 20 anos, era discente do primeiro ano do curso de História da UFGD. Ela e sua filha de um mês de vida foram assassinadas em 26 de novembro de 2018, pelo ex-namorado de Maiana, enquanto ambas dormiam.

[...] as representações sociais não são apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que ‘determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas. (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 59)

Através das representações sociais podemos analisar o que está colocado nas relações de gênero no senso comum e relacionar esses saberes com a teoria feminista e a pressão dos movimentos de mulheres e feministas para as rupturas e permanências nas representações, processo que Mocovici propõe para a relação entre representação e a realidade. Desse modo, a representação social se configura num “modo de conhecimento sociocêntrico, que segue as necessidades, os interesses e desejos do grupo, o que introduz uma certa “decalagem” com relação ao objeto em construção”. (ARRUDA, 2002, p.123)

Sob essa esteira, buscamos compreender a CMB enquanto espaço de enfrentamento e as questões que permeiam a necessidade de abertura desse espaço, o que está representado socialmente e os caminhos dos movimentos de mulheres e feministas para que esta política pública pudesse acontecer. Para tanto, os discursos presentes no senso comum e a linguagem utilizada em diversos momentos demonstram conteúdos que se referem a atribuição de valores, positivos e negativos, constituindo universos consensuais variados. Cada universo tem três dimensões: a atitude, a informação e o campo de representação ou imagem. A *atitude* refere-se a orientação global em relação ao objeto da representação social; a *informação* relaciona-se com a organização de conhecimento que um grupo possui a respeito do objeto em questão; o campo de representação remete à ideia de imagem, de modelo social, juízos em relação a algum aspecto específico do objeto e seu conteúdo (MOSCOVICI, 1978).

A partir dessas três dimensões tem-se um panorama do conteúdo e do sentido das representações sociais expressas no sentido das palavras que são reformuladas e perpetuadas através do discurso público.

Seguindo essa perspectiva teórica, as fontes e metodologias são variadas e mais fluidas, a fim de permitir que se desenvolva a teoria e a criatividade dos pesquisadores, na medida em que o interesse maior é a descoberta do núcleo da representação e como se fixou socialmente e não a verificação, a comprovação (ARRUDA, 2002, p.138).

A teoria das representações sociais (TRS) é bastante utilizada pela Psicologia Social e pode ser de grande contribuição para a análise histórica, uma vez que além de quebrar paradigmas promovendo a interdisciplinaridade no seio da disciplina, permite que novos olhares sobre o objeto sejam lançados. Pesquisar a CMB sob essa perspectiva foi um desafio

mas ao mesmo interessante para pensarmos na quebra de paradigmas no fazer historiográfico, no sentido que não buscamos respostas e sim compreendermos o que permeou a inauguração do espaço e a linguagem das fontes utilizadas puderam trazer essas representações a tona para serem analisadas.

As representações sociais expressam a tensão constante do cotidiano e suas demandas históricas. Muitas vezes o conteúdo das representações parece desafiar o tempo, aquilo que feministas reivindicaram e o que conquistaram com a CMB, desafios postos ao gênero na contemporaneidade, entre outras questões que não há como prevermos ou anteciparmos o seu fim, que faz com que nossa análise rompa a linearidade e possa fluir entre várias escalas temporais, postas a partir das fontes.

Do ponto de vista das representações sociais, o novo torna-se familiar e dotado de um sentido, amálgama entre o que já se sabe sobre a CMB e o que é novidade. A representação então materializada no senso comum adquire vida própria como produto da atividade social (MOSCOVICI, 2003). Há uma lógica interna, um sistema de categorizações e hierarquias que as tornam um sistema de pensamento inerentes a realidade social da qual as pessoas fazem parte. Portanto, as representações estão na base do senso comum, nos processos de comunicação e interação cotidianos, quando então competem os quadros de referência para a ação (JODELET, 2001). Tal é a essência da mudança social e dos processos constituintes da identidade e da alteridade; conceituados nesta corrente como ancoragem e objetivação. Sendo sociais, as representações são inevitavelmente históricas (ROUQUETTE, 1994), produzidas em contextos que resultam de processos sucessivos e em direções possíveis, seu caráter simultaneamente estruturante e estruturado é um embate entre o passado e o presente. E assim, afirma Moscovici (2003, p. 38), "o passado é mais real que o presente".

Nesse sentido, a análise das representações sociais acerca da CMB segue ao que Arruda chamou de “metodologias múltiplas”, que podem ser:

“[...] entrevistas, questionários, observações, pesquisa documental e tratamento de textos escritos ou imagéticos. Sua abrangência tenta capturar os diversos momentos e movimentos da elaboração da representação, embora dificilmente se possa abarcar todos eles em uma única pesquisa.” (Op.cit, p.140)

No primeiro capítulo perscrutaremos as diferenças dos conceitos *violência de gênero* e *violência contra a mulher*, pois estes são amplamente utilizados nos discursos e muitas vezes como sinônimo. Compreendemos a partir desta análise que o uso dos termos segue uma historicidade e que existem diferenças, que não são percebidas e reproduzidas aleatoriamente.

É importante salientarmos essa diferença, uma vez que a linguagem é uma das estruturas de elaboração e implementação de políticas públicas como a CMB e de onde podemos perceber o núcleo das representações sociais do objeto, uma vez que se trata de um espaço que abarca o fenômeno da violência que se abate sobre as mulheres.

Esmiuçaremos também os discursos sobre as mulheres a fim de compreendermos o discurso de legitimação da vitimização de ante a violência numa perspectiva histórica. Buscamos abarcar como a violência de gênero foi representada socialmente, analisando a linguagem utilizada na mídia (jornais e revistas eletrônicas) e em entrevistas orais a fim de percebermos a linguagem e a representação nos meios de comunicação e o discurso de gênero na contemporaneidade. Para isso, usamos o relato de Eva Brasil, que foi atendida na CMB em 2017, recortes de jornais online do ano de 2015, ano em que a CMB foi inaugurada em Campo Grande-MS e revista do tribunal de Justiça de MS (TJMS) de 2017.

Os relatos orais e entrevistas, feitas presencialmente ou através de matérias de jornais e revistas, foram utilizados na pesquisa, pois compreendemos que em se tratando de políticas públicas, as fontes documentais deixam lacunas no que se refere a identidades dos sujeitos envolvidos em sua elaboração. Em se tratando da História que elenca mulheres como sujeitos, e tendo sido estas excluídas desse processo por muito tempo, os relatos são instrumentos de transformação na própria disciplina histórica e na sociedade.

As narrativas orais e a análise da subjetividade das mulheres elencadas nessa pesquisa representam o próprio objeto CMB, porque estão inseridas numa sociedade e desenvolveram mecanismos cognitivos e afetivos próprios em relação ao espaço em questão.

Achamos importante explicar como chegamos a duas mulheres cujos relatos são essenciais neste trabalho: Eva Brasil e Aparecida Gonçalves. E aqui me coloco numa certa distância de meu orientador que não participou ativamente desta “seleção”, me dando total liberdade na escolha dos relatos que iriam compor a dissertação.

Durante a pesquisa acompanhei os debates acerca da temática violência de gênero em Campo Grande. Fiz visitas de observação na CMB, na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e em palestras e diálogos que aconteciam na capital. Acredito que não por mero acaso cheguei à Eva Brasil, já que havia realmente pensado em uma única narrativa de uma mulher vítima de violência. Em conversas com mulheres na recepção da CMB, nas palestras, em grupos do facebook, relatos de violência de gênero eram comuns, chegavam a mim com facilidade, mas meu encontro com Eva se deu surpreendentemente num dia em que eu não estava procurando a entrevista que usaria na dissertação.

Num grupo de facebook, intitulado “Coletivo de Mães Feministas”, grupo este de caráter nacional, surge Eva Brasil. Uma amiga de São Paulo me marcou numa publicação, onde Eva pedia ajuda naquele exato momento, porque estava na CMB há muitas horas e sem comer. Um relato no facebook, bastante desesperado e cuja questão central não era a falta de comida, o grito dela era outro: o da denúncia. E lá fui eu pra CMB com um sanduíche e um caderno de campo. Nunca havíamos nos encontrado antes. Conversei um pouco com ela na recepção da CMB enquanto ela aguardava seu último atendimento e comia seu lanche. Entre conversas apresentei o tema da minha pesquisa e não foi preciso pedir uma entrevista, ela mesma se dispôs. Meses depois, ela foi à minha casa para ser entrevistada. Ainda bastante abalada pelo episódio da violência, ela preferiu ir até minha casa, já que não se sentia segura na sua, uma vez que o ex- esposo ainda a ameaçava.

Confesso que a dita distância científica foi bem difícil nessa entrevista, consegui me concentrar para analisar a fala de Eva, deixando-a bem a vontade para narrar sua história mas ao desligar o gravador eu desabei, e a abracei. Em se tratando de uma pesquisa que envolve fragmentos de história de vida traumática de mulheres, independente de raça e classe e outros vieses importantes na análise das relações de gênero, a violência nos é comum, infelizmente. O próximo passo, o da transcrição da entrevista, foi igualmente doloroso. A *cadeira de espinhos* um dia já me pertenceu e a empatia pela personagem foi inevitável. Como afirmou Dominick LaCapra “o historiador deve se pôr no lugar do outro sem tomar seu lugar nem converter-se em seu substituto e sem sentir-se autorizado a falar com sua voz”, sendo assim a empatia é admissível mas tomei o cuidado de não me identificar com Eva, para não revitimizá-la, tampouco sacralizá-la.

As representações sociais são elaboradas por meio das influências recíprocas, das transações que são estabelecidas nas conversações, momentos em que os sujeitos se orientam por modelos, imagens e valores que são compartilhados pelo grupo onde se inserem. No úbere dessas negociações as pessoas constroem interpretações, normas e modos de agir que são aplicados à vida cotidiana, ao modos operandi para que a CMB pudesse existir. (MOSCOVICI, 2003).

Sob tal tessitura, no segundo capítulo analisamos como as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres se constituíram em nível nacional e regional. Entendemos que as políticas públicas direcionadas às questões das mulheres estão em consonância com as pautas apresentadas pelos movimentos de mulheres e feministas ao longo da História. Para isso, a entrevista de Aparecida Gonçalves foi relevante, uma vez que ela participou ativamente das tramitações políticas que trouxeram a CMB à Campo Grande. A

História de Cida Gonçalves, como é conhecida na cidade, é a história da militância de mulheres de Mato Grosso do Sul, e nos indica os caminhos percorridos pelo feminismo no estado e suas especificidades.

Partimos do pressuposto que a atuação dos movimentos sociais é de fundamental importância para a criação e consolidação de projetos e leis que garantam a integridade física e moral das mulheres vítimas de violência de gênero.

Nesse sentido, nossa preocupação é articular um discurso que nos permita problematizar os discursos sobre essas violências, bem como os modos como os papéis sociais de homens e mulheres na contemporaneidade se constituem na lógica de um sistema patriarcal, onde as mulheres são ainda hoje vistas como objetos dentro de uma relação de poder que se estabelece fortemente nesse sistema.

Segundo Lima e Souza em seu verbete no Dicionário Crítico de Gênero: “A palavra patriarcalo se origina da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder” (LIMA; SOUZA, 2015, p. 515). Podemos então dizer que o patriarcalo é um sistema instituído culturalmente e tem como figura central o homem, que por sua vez exerce uma relação de poder sobre as mulheres.

Desse modo, entendemos que as sociedades patriarcais se definem a partir de uma lógica falocêntrica, heterocentrada e burguesa onde o poder exercido pelos homens sobre as mulheres tornou-se culturalmente naturalizado a partir de práticas e discursos que confirmam uma suposta superioridade masculina sobre o feminino.

Ao longo da história, as mulheres ocuparam lugares subalternos no que se refere aos assuntos públicos, ou seja, as questões políticas, econômicas, científicas, artísticas, sociais, dentre outras estiveram a cargo dos homens enquanto às mulheres lhe foi dado o espaço privado, o silêncio e a clausura do lar. A visibilidade das mulheres é feita através da História. Libertar as mulheres do espaço privado e dos silêncios da historiografia: “é libertar a história. Libertar a história das amarras das metanarrativas modernas, falocêntricas” (COLLING, 2004, p. 31).

Compreenderemos, portanto, os caminhos para o enfrentamento à violência de gênero para que se constituísse a CMB a partir do viés dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil e em MS. Um desses canais foi a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, em 2013, através da qual políticas públicas para mulheres puderam

ser elaboradas e que viabilizou a promulgação da Lei Maria da Penha (lei 11340/06), essencial para a existência de espaços de enfrentamento à violência de gênero.

Num terceiro momento, culminante dessa pesquisa, analisaremos a CMB a fim de compreendermos as representações desse espaço em âmbito regional, nacional e internacional. Para isso, as investigações partiram do Programa que deu origem a CMB, a partir das fontes que evocam representações ao que estava dado a ser o espaço e as mulheres envolvidas em sua elaboração, bem como a demanda social e política. Esta, por sua vez, encontrando semelhanças em outro país latino-americano, El Salvador, que inaugurou espaço semelhante à CMB, a Ciudad Mujer, que serviu como modelo de política pública para a experiência brasileira. Em último tópico, perscrutaremos acerca da escolha de Campo Grande como a primeira capital a receber a CMB no país, os discursos que envolvem esse pioneirismo, trazendo a baila um recorte da historiografia sul-matogrossense sobre suas especificidades.

Analisar políticas públicas num viés historiográfico é um desafio, tendo em vista a interdisciplinaridade que envolve o objeto CMB, inaugural e recente, tendo em vista que a mesma foi inaugurada em 2015.

O estudo da CMB não trata de descortinar o que virá futuramente, pois este campo de visão da História já não faz mais parte de nossa forma de ver e escrever História. O futuro nos é incerto e não nos cabe a responsabilidade de fazer projeções, mas sim de desempenhar um papel social ao apontar contextos e conteúdos que tem uma historicidade para uma política pública que aparentemente tem resposta apenas no presente.

A CMB como lugar, situada num ponto geográfico da cidade, é estampada nos jornais que ostentam o pioneirismo sul-matogrossense no enfrentamento à violência contra a mulher. O que nos cabe ao analisar o objeto é suscitar indagações por parte da sociedade acerca do processo histórico a que a feitura desse espaço está atrelada. Portanto, essa perspectiva não tem por objetivo de apresentar a verdade acerca do processo histórico em questão, mas sim evitar o presentismo propagado nos discursos e representados na mídia.

O que Hartog (2014) chamou de presentismo não é o mesmo que a visão regressiva do passado. Por presentismo entendemos explicações pautadas apenas no que está dado, sem buscar explicações inteligíveis no passado. Como se a CMB fosse fruto do seu próprio tempo e assim desconsiderando os movimentos de mulheres e feministas envolvidas na constituição dessa política pública e o contexto político em que este processo histórico esteve inserido.

Sendo assim, analisar a CMB, situada no tempo presente, traz questionamentos acerca do que veio antes dela e de quem atuou para que ela existisse. Como assinalou John Lewis

Gaddis (2003), devemos estar no “alto de uma montanha” para analisar como espaços de enfrentamento a violência contra a mulher foram constituídos e compará-los. No que a CMB difere de uma Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher? Quem esteve na década de 1980 atuando para que aquele e este espaço pudesse ocorrer? Quais as rupturas e as continuidades entre uma coisa e outra? A compreensão se dá pela comparação e a problemática surge a partir de indagações do presente. E, mais ainda, é possível que respostas sejam encontradas a partir da mudança de escalas de análise temporais das representações.

Considerar a CMB numa escala microscópica, partindo da elaboração desse espaço em Campo Grande e os sujeitos enredados nessa trama pode ser fundamental para um relato ilustrativo da mesma; mas em certos momentos podemos ampliar a escala para caracterizar as políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero no Brasil e no mundo a fim de usar um fato menor para caracterizar o maior. Isso não significa que essa é a única forma de dar inteligibilidade ao objeto e sim que o historiador/ a historiadora pode eleger uma metodologia coerente para responder a problemática.

Dessa forma, não há como abarcarmos toda a complexidade acerca das políticas públicas para mulheres no Brasil e instalação da CMB em Campo Grande. A única evidência que existe é que nossa perspectiva é incompleta e nossa visão limitada. Se nos privarmos em ansiar analisar o todo, além de ser inviável e impossível, deixamos de perceber outros fatos que nos são importantes.

É função social da História mostrar a complexidade e a multiplicidade que envolvem a instalação da CMB em Campo Grande, cujas raízes remetem ao passado. E que estas por sua vez são múltiplas também. Dessa forma nos desabastecer da tarefa de explicar uma verdade e permitir que uma narrativa suscite outros olhares, outras paisagens.

CAPÍTULO 1

CADEIRA DE ESPINHOS:

VIOLÊNCIA, MULHERES E HISTÓRIA

*Sentar num lugar de vítima é sentar numa cadeira cheia de espinho.
 Você senta obrigada, e você se machuca, todas as vezes que tenta se mexer.
 Saí daquele lugar e aí com muita dureza esses meses todos se passando é...
 tenho me sentido mais forte
 eu tenho sentido que as coisas estão cicatrizando
 e hoje eu quero levantar eu quero levantar desse lugar de vítima
 que esse lugar não me pertence mais, que eu não sou mais vítima, que eu fui
 que eu fui atrás dos meus direitos, eu fui atrás da justiça
 e hoje eu posso levantar desse lugar de vítima e também ajudar outras mulheres a levantar desse lugar
 acolher e abraçar e falar:
 “-Olha, você foi vítima, agora você é uma guerreira,
 agora você lutou e você venceu
 e você não precisa mais sentar nesse lugar aí.”
 Eva Brasil**

* Eva concedeu entrevista em 8 de março de 2018. Foi vítima de violência doméstica no final de 2017 em Campo Grande-MS, onde morava com o agressor e dois filhos a cerca de um ano. Foi atendida na CMB, onde registrou dois boletins de ocorrência. Após a entrevista, ela se mudou com os filhos para o litoral paulista. Eva Brasil é publicitária, tem 30 anos, negra, de origem pobre. Hoje mora a beira-mar e desenvolve projetos publicitários para mulheres empreendedoras.

Do século XIX à década de 1970 a História foi escrita por homens. Mesmo aqueles que se dedicaram ao estudo sobre mulheres, contribuíram por demarcar diferenças no seio da própria disciplina.

Por muito tempo excluídas da História, seus escritos, denúncias e voz ficaram trancafiados ao ambiente doméstico. Às mulheres era destinado o espaço doméstico (a casa, a Igreja), enquanto que os homens pertenciam ao público, ao político, à cultura. A eles a voz, às mulheres o silêncio do lar. A dicotomia mulher/natureza e homem/político ressaltava a desigualdade entre os sexos, não permitindo inserir as mulheres como sujeitos de História. A História das Mulheres, que emergiu nos anos 1970, abriu a possibilidade de romper com o silêncio das mulheres, inserindo-nos como produtoras de História a partir de seus próprios relatos. (PERROT, 2007)

Neste capítulo analisaremos discursos e representações sobre as mulheres acerca do fenômeno da violência de gênero numa perspectiva histórica. A priori, problematizaremos os conceitos pertinentes a teoria de gênero que precisam ser entendidos para percebermos a necessidade de se implantar uma política pública como a CMB.

Num segundo momento, faremos uso do relato de Eva Brasil, que foi atendida na CMB para avaliar a auto-representação desta com relação à violência, relacionando-o com demais representações acerca do mesmo fenômeno, a fim de percebermos o discurso sobre as mulheres na contemporaneidade.

A história de vida de Eva cruza com a de muitas mulheres no Brasil presente. Os dados do Mapa da Violência de 2015 apontaram aumento no número de mortes de mulheres brasileiras em 252%, no período de 1980 a 2013(WAISELFISZ, 2015, p.35). São dados, mas aqui estamos falando de vidas. Se trata da História de mulheres que foram vítimas de violência em razão de discursos que as vitimizaram ao longo do tempo. Se o silêncio da História sobre as mulheres ainda luta para ser rompido, ainda maior é o vazio historiográfico quando tratamos da violência que as abate.

Segundo Daphne Patai:

Não há vidas sem sentido, e não há história de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecemos, por essa razão, obscuras” (PATAI, 2010, p. 19)

Casos e estatísticas sobre a violência de gênero e feminicídios³ nos noticiários da TV ou da Internet se tornaram triviais. Cabe à História elucidar como essa realidade foi produzida, como a sociedade e as próprias mulheres a percebe a partir da análise de representações. Para isso, é importante analisarmos que o conhecimento sobre as categorias mulher e gênero tem sua historicidade.

Muitas mulheres falam através de Eva Brasil, pois através de sua vivência podemos compreender como as mulheres percebem a si mesmas dentro da estrutura onde o masculino é dominante a partir da existência da CMB. Ao dar voz à mulher enquanto sujeito histórico, descentralizamos o próprio conceito de sujeito universal masculino que por muito tempo atrelou a ideia de Humanidade ao sujeito homem. Situamos as diferenças de raça, etnia e classe, compreendemos como a mulher foi construída a partir de relações de poder. (COLLING, 2014, P.28).

1.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER? PROBLEMATIZAÇÃO DE CONCEITOS.

Os estudos sobre mulheres emergiram como categoria que dava voz aos excluídos da História na década de 1970: pobres, operários, negros e as mulheres. A tentativa de equacionar a diferença sexual no seio da própria disciplina fez com que se as mulheres pudessem ser vistas como sujeitos históricos.

No início dos anos 1980 a teoria feminista cunhou o conceito de gênero, tendo em vista a inserção das mulheres no domínio público. As mulheres pobres já estavam no mercado de trabalho há muito tempo, seja nas ruas trabalhando como ambulantes ou no trabalho doméstico fora de casa, como empregadas domésticas. No entanto, a partir da crescente industrialização do período, cada vez mais as mulheres se inseriam no mundo do trabalho formal, na educação e na política.

³ O conceito de *femicídio* se refere ao assassinato de mulheres em razão da condição de gênero. Trata-se de uma forma extrema de violência que se abate sobre as mulheres. Uma expressão análoga “*femicídio*” foi utilizada pela primeira vez por Diana Russel, em 1976, em Bruxelas. No Brasil, autoras como Heleieth Saffioti e Suley Almeida (1995) utilizaram o conceito para se referirem a morte de mulheres nas relações conjugais, e é assim utilizada para designar o ápice da trajetória de violência contra a mulher, desde ameaças a estupro, heterossexualidade forçada, incesto infantil de meninas, abuso emocional, entre outros. Em 2014, o Senado Brasileiro incluiu o crime de feminicídio entre os tipos de homicídio qualificado, a partir da Lei 8305/14, alterando o Código Penal Brasileiro.

A publicação do artigo de Joan Scott (1995) *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, inseriu a categoria gênero para compreender as relações entre homens e mulheres, compreendendo que elas perpassam a diferença sexual, sendo constituídas socialmente, e não naturalmente, e por isso sendo historicamente remodeladas. Segundo a historiadora, a categoria gênero indica que a relação entre os sexos não se explicaria apenas pelo viés econômico, sendo este “(...) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é (também) uma forma primeira de significar as relações de poder” levando-se em consideração aspectos culturais inseridos na organização social e seu caráter histórico. Nesse sentido, gênero se refere a uma construção social de masculino e feminino, que nos leva a rejeitar o determinismo biológico de que existe um feminino universal, que se identifica com a condição feminina ligada à natureza (reprodução e maternidade).

Para Scott, gênero se refere:

[...] ao discurso da diferença entre os sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas como rituais e tudo o que constitui as relações de poder. [...] o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1995, p.15)

Sob essa perspectiva se a História foi a responsável por produzir a diferença sexual, ao relatar fatos e acontecimentos através dos homens, também construindo o gênero. Portanto, cabe à História demonstrar como a diferença entre os sexos se deu enquanto produto cultural e histórico, abordando essa historicidade e contribuindo para desnaturalizar o universal, do sentido masculino ao se referir a humanidade.

A teoria de gênero por ser também uma construção sócio histórica é mutável, e através da linguagem podemos perceber a identidade de gênero (IDEM, p. 10), ou seja, descortinar o discurso contidos nas representações mostra o que está posto em determinado contexto histórico acerca das relações de gênero.

De acordo com Joana Maria Pedro:

O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito. (PEDRO, 2005, p.78)

Dessa forma os termos utilizados seguem uma historicidade de acordo com a luta dos movimentos de mulheres e feministas para a conquista dos direitos específicos das mulheres.

O debate mais recente proposto por Judith Butler (2003), amplia a noção de gênero, pois deixa de relacionar gênero ao determinismo biológico de mulher/ feminino e homem/masculino a partir da natureza sexual. Isso significa dizer que em se tratando de política pública como a Casa da Mulher Brasileira (CMB), é necessário verificarmos para quais mulheres ela foi pensada, pois mulher se constitui em um sujeito múltiplo, que leva em conta a classe social, raça, etnia e orientação sexual e não se restringe ao determinismo biológico da natureza sexual. Não há como compreender o feminino sem relacioná-lo ao masculino e isso se dá alocando suas representações ao sentido de gênero que se produziu num determinado período histórico.

Em meados dos anos 1970 quando os movimentos feministas e de mulheres se voltaram a discutir a violência que se abatia sobre as mulheres o termo utilizado era violência *contra* a mulher e até hoje podemos vê-lo na mídia e nos discursos. Entendemos que violência *contra* a mulher foi e ainda é usado para designar a impotência das mulheres diante da violência com base no gênero. O objetivo do uso do termo é demarcar as diferenças de poder, onde a mulher seria impotente mediante a violência que se dava por algum vínculo afetivo no campo interpessoal, tanto em âmbito privado quanto na esfera pública, principalmente as violências sexual e doméstica. Violência *contra* a mulher refere-se a alteridade, no sentido de dissemetria de poder entre homens e mulheres, distinguindo essa forma de violência de outras, a fim de chamar a atenção do Estado para esse problema social, já que no período não haviam políticas públicas que tinham esse olhar. (ARRUDA, 2002)

A partir do estudo da categoria gênero, o termo violência *de gênero* surge no discurso feminista, indicando:

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres (TELES e MELO, 2003, p. 15).

.A partir das pesquisas acadêmicas de gênero somadas ao universo da militância política feminista dos anos 1980 e da instalação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), as teorias feministas se voltam a reavaliar as nomenclaturas para esse tipo de violência, haja vista que ainda não se dispunha de uma legislação que se tipificasse a violência contra a mulher, sabendo que era necessário definir os conceitos para as ações políticas.

Conforme a definição de Heleieth Saffioti, que bem problematizou esse termo quando no final da década de 1990 se delineavam as políticas públicas para mulheres no Brasil:

a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura (SAFFIOTI,1999, p.85)

A violência de gênero ocorre em função do patriarcado, que determina a dominação masculina tanto na esfera pública quanto privada. Nesse sentido, gênero relacionando-se com relações de poder, nos diz que, a violência baseada nas relações de poder subjuga principalmente as mulheres e quando acontece dentro do ambiente doméstico e relaciona-se a laços afetivos e de consanguinidade é denominada violência doméstica e familiar, termo tipificado a partir da lei Maria da Penha, que esmiuçaremos neste trabalho.

Para Rita Segato (2003), as relações interpessoais de convivência nos locais privados e familiares são o lugar propício para a instalação e potencialização da violência de gênero. Sendo assim, usaremos as nomenclaturas pertinentes ao que está representado, seja em jornais, nos discursos ou no senso comum.

1.2 LEGITIMAÇÃO DA VÍTIMA: DISCURSOS SOBRE MULHERES NA HISTÓRIA. UM OUTRO DISCURSO É POSSÍVEL?

Os discursos sobre as mulheres atravessaram os tempos e estabeleceram uma ideia acerca da diferença entre os sexos, criando consensos sobre modelos culturalmente estabelecidos para homens e mulheres no Ocidente.

Em todas as épocas, discursos hegemônicos definem papéis sociais. O discurso filosófico grego foi o primeiro a sugerir estas designações acerca dos sexos feminino e

masculino que aliando-se a concepções posteriores produziram outros discursos ao longo da História. Aristóteles compara as mulheres às fêmeas dos animais, referindo-se a elas como seres inferiores intelectualmente. Em *A República*, Platão refere-se ao útero feminino como “um animal que vive nelas com o desejo de procriar” (PLATÃO, 1986, p.154), criando o discurso de que a mulher nasceu para a maternidade e a reprodução e que negar isto faria dela um ser incompleto e as adoeceria, o que influenciou depois o discurso médico sobre as mulheres. Hipócrates, considerado o Pai da Medicina, refere-se à mulher como um campo úmido a ser semeado pelo homem, dizendo que a relação sexual tornava as mulheres com melhor humor. (HIPÓCRATES APUD JOAQUIM, 1997, p.83)

Outros gregos seguiram inferiorizando a mulher e reforçaram o culto à reprodução. A grande questão é que ao longo do tempo esses discursos permaneceram e influenciaram o pensamento ocidental, contribuindo com a desigualdade entre os sexos e a violência sobre as mulheres, uma vez que os discursos sobre a mulher produzem sentido. Para Mary Jane P. Spink:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (SPINK, 2013, p. 22)

Sendo assim, as mulheres eram inferiorizadas e vistas a partir do homem. Tais ditames foram estabelecidos de acordo com uma visão masculina de mundo, conferindo à mulher um lugar segregado. A Humanidade era vista como sujeito masculino (humanidade = homem), o que fez da mulher um “outro” ser, à parte, frágil e submissa ao mundo, dominado pelo masculino universal. (COLLING, op. cit 2014)

Os pensamentos aristotélico e platônico foram incorporados à moral cristã durante a Idade Média, quando a Igreja Católica alia o discurso filosófico ao religioso. Segundo Teresa Joaquim (JOAQUIM, 1997) tal aliança de discursos foi de grande influência e potência no pensamento ocidental e constrói saberes e verdades encontrados em todas instituições.

A gênese da humanidade segundo a Bíblia, atribuiu o pecado original a Eva e assexuou Maria, virgem e livre de pecado. O discurso católico construiu a ideia de que a mulher podia ser má ou santa, sedutora ou sensível, cruel ou frágil. Ademais, todo o

imaginário⁴ católico propõe dualismos: bem e mal, Deus e Diabo, Sol e Lua, Eva ou Maria e a partir disto estabeleceu um modelo feminino e também masculino, moldando as relações entre os sexos. Michelle Perrot expõe que o marianismo, ou seja, o culto à santidade feminina foi o “antídoto de Eva”, uma forma de lavar o pecado original:

O catolicismo é, em princípio, clerical e macho, à imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Eles detêm o poder, o saber e o sagrado. Entretanto, deixam escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria, antídoto de Eva. A rainha da cristandade medieval. (PERROT, 2007, p. 84).

Os discursos filosóficos e religiosos marcaram as mulheres de acordo com sua natureza, associando-as à sensualidade e a pessoas destituídas de racionalidade, um mal que poderia irromper a qualquer momento e que para ser evitado deveria estar na clausura do lar aos mandos dos homens (pai ou marido), ou da Igreja, igualmente sob o poder masculino.

Mulheres ligadas ao misticismo como Joana D’Arc e Teresa de Ávila, ainda que ligadas à Igreja eram rechaçadas pela própria instituição. Assim como as bruxas, eram mulheres dotadas de saber. Estas por sua vez detinham conhecimentos sobre a reprodução e a sexualidade, eram parteiras, conheciam técnicas abortivas, o que vai de encontro ao estabelecimento em 1509 de leis que limitaram o exercício da Medicina a quem tivesse diploma universitário, o que não era permitido às mulheres. (ALMEIDA, 1990, p.75)

O protestantismo somou a ideia de mulher pecadora a passividade e submissão. Para Calvino o lugar da mulher era no forno e o do homem em seu trabalho e para Lutero a mulher complacente, temente a Deus e boa dona de casa era um bem raro e devia ser valorizada (COLLING, 2004, p.70).

Eva Brasil relata que quando passou pelo atendimento psicológico na CMB após a agressão física e moral perpetrada pelo esposo, questionou-se:

eu queria saber quem era Deus e onde estava Deus quando tudo isso aconteceu, eu sonhei em ter uma família perfeita, ter filhos, marido e ter um lar harmonioso, e eu frequentava a igreja, e eu fazia de tudo pra ser uma mulher dona do lar de lavar, passar, cozinhar, de cuidar de criança e de tudo, e de repente um dia meu marido chegou em casa e se voltou no direito de me

⁴ Na perspectiva de Bronislaw Baczko o termo *imaginário* refere-se à forma como a sociedade organiza suas representações. O imaginário torna-se inteligível a partir dos discursos e práticas dos agentes que os produzem e que se reúnem em representações. A partir da experiência, motivações e desejos dos agentes, símbolos são construídos e ancorados formando valores e informações acerca dos papéis sociais e mostram regras e condutas que são estabelecidas culturalmente para eles, criando-se uma identidade. (BACZKO, 1985)

bater, então assim eu fiquei muito, eu fiquei pensando, cadê Deus agora? Que deixou, meu marido me bater na frente dos meus filhos pequenos (...) e ai eu fiquei pensando cadê Deus? Que não está aqui nesse momento? Onde é que está Deus? Por quê que Deus não fez nada? Porque que, o que, que eu fiz pra merecer isso? (Entrevista de 8 de março de 2018)

Através da fala de Eva percebemos como a moral cristã ainda é predominante na definição de papéis sociais de homens e mulheres e se perpetuou ao longo do tempo definindo qual o lugar reservado à mulher. A forma como a entrevistada se percebe é de uma mulher que “fazia de tudo” para se adequar ao modelo judaico-cristão cuidando da casa e dos filhos, seguindo os preceitos religiosos. Eva construiu sua identidade a partir desse ideal de mulher cujo lugar a ela reservado era o ambiente doméstico e a igreja, extensão da casa.

O sonho em ter uma “família perfeita” e um “lar harmonioso” foi pautado pelo padrão de família nuclear (marido e filhos). A moralidade cristã obrigou Eva Brasil a se sentar na “cadeira” de vítima, fazendo com que ela se limitasse enquanto pessoa, negando-lhe a possibilidade de ser ela mesma, confinando-a ao mundo privado da casa e da igreja. Quando vítima de violência doméstica ela já trabalhava como autônoma e era graduada, mas revelou que “não tinha condições de manter a casa sozinha” e que já não trabalhava em sua área de formação a um tempo.

Eva é uma representação do que foi construído historicamente pela dominação masculina, que encontrou respaldo no cristianismo ao conferir papel subalterno à mulher, excluindo-a do poder e construindo sua identidade segregada do que é público, coletivo, de sua voz, desejos e realizações pessoais, naturalizando que lugar de mulher é o ambiente doméstico, à margem do mundo masculino. Tal naturalização ressignificou o poder para as mulheres, que se veem dominantes em casa e na criação dos filhos, não se apoderando do político, do que é público, de sua autonomia financeira, da economia (discussão destinada aos homens).

A entrevistada discorre sobre o atendimento psicossocial na CMB, quando foi questionada sobre seu dever de esposa:

Assim tipo, começaram a perguntar, éeee, como foi que tinha acontecido? Né? Tipo...se ele já tinha feito isso outras vezes, se ele já tinha me batido outras vezes, se ele já tinha demonstrado algum sinal de agressividade de outras vezes, elas me explicaram também sobre o ciclo de violência, que eu não deveria voltar, que ele ia prometer mundos e fundos, me mostrou umas figuras, né? Do cara que bate e depois, é pede perdão, e depois vira aquela lua de mel, depois ele explode de raiva, depois ele bate de novo, e que ela explicou sobre o ciclo de violência, sobre o retorno, elas me falaram sobre

isso, só que depois elas começaram a falar sobre religião, sobre que eu tinha que levar as crianças numa igreja, que tinha que procurar (...) chego numa casa ... né? Que é ali pra atender a mulher que sofre violência e tal, eu tenho que escutar, que é o dever da mulher na igreja, no lar, o dever que eu cumpri, que eu não me sinto culpada por não ter cumprido, eu cumpri esse dever e eu fui agredida, então assim eu não queria ouvir falar de Deus, não queria saber de Deus, eu não queria saber de nada, eu queria saber de justiça. (Entrevista de 8 de março de 2018)

Notamos que a psicóloga a princípio seguiu o protocolo de atendimento da CMB para seu setor, conforme recomendado no documento prescrito para esse fim⁵. Todavia, após concluir o encaminhamento de Eva se utiliza do discurso religioso numa espécie de complemento terapêutico para a mulher e seus filhos.

A psicóloga da CMB também demonstra sinais dessa auto-representação pautada na moral cristã ao questionar a atendida sobre seu “dever” de mulher. Dever este que Eva afirma ter cumprido, livrando-se da “culpa” (outra preceito cristão). Eva “fez de tudo”, se sacrificou assim como Maria mãe de Jesus, ao cuidar dos filhos, da casa e do esposo. Quando se esperava uma reciprocidade do companheiro na volta pra casa (espaço de seu poderio e onde se sentia protegida) foi recebida com agressões. A moral cristã determinou para a mulher o reino dos sentimentalismos, do amor, a condição de “rainha do lar”, dando-lhe domínio sobre a família, delimitando que ali estava seu espaço de poder (TEDESCHI, 2008, p.102).

Percebemos que mesmo que a psicóloga tenha se referido a um ideal cristão, Eva Brasil a contrapõe clamando por justiça, o que demonstra que apesar das regras que definiram sua conduta até aquele momento ela tomou a decisão de manter sua integridade física e moral e denunciar o agressor. No entanto, isso não significa que seu processo pessoal de libertação do ciclo da violência doméstica tenha sido finalizado. Sobre isso, Safiotti explica que:

(...) são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência. (SAFFIOTTI, 1999, p. 84)

⁵ O Protocolo e Diretrizes Gerais de Atendimento da CMB, estabelece, entre outras prerrogativas, a capacitação sobre a Lei Maria da Penha a fim de esclarecer a mulher vítima de violência doméstica. <https://pt.scribd.com/document/300672613/Diretrizes-Gerais-e-Protocolos-de-Atendimento-da-Casa-Da-Mulher-Brasileira>

Tendo sido encaminhada para o Núcleo de Defensoria da Mulher (NUDEM), conforme previsto pelo protocolo da CMB para dar continuidade ao atendimento com equipe psicossocial, a abordagem foi diferente:

A psicóloga ela me ouviu, ela me fez entender que eu não tive culpa nisso, que eu não tinha responsabilidade nisso, que eu não tinha responsabilidade de edificar o lar, que eu não tinha responsabilidade nenhuma em relação a isso, que mesmo que o que eu fizesse não influenciaria na atitude dele entende? Que cada um é responsável pelas suas atitudes (...) Então a psicóloga me fez entender que eu já estava refém de um relacionamento abusivo a muito tempo antes de chegar na agressão, a agressão foi o estágio final né? Desse relacionamento. (Entrevista de 8 de março de 2018)

Acerca do mesmo atendimento psicossocial, a entrevistada afirma:

(...) eu cheguei a pedir ajuda da igreja onde eu frequentava, que eu falei pra todo mundo que eu tinha, que meu marido tinha me agredido (...) e ai eu pedi ajuda da igreja, e a igreja me virou as costas, que era a igreja que nós dois frequentávamos, e ai elas falaram, há mais é eles, isso acontece mais assim você tem que entender que as crianças precisa de igreja, precisa de um Deus, você tem que frequentar uma igreja, ai começaram a ir por um outro rumo, a conversa(...) (Entrevista de 8 de março de 2018)

Outros fatores culturais e sociais moldaram o feminino, porém a moral cristã foi um mecanismo determinante, já que se perpetuou na cultura ocidental em vários aspectos, dentre eles os papéis sociais de gênero e na forma como a mulher se auto-representa baseados em preceitos dogmáticos que ditam seus comportamentos.

Entendemos que quando a igreja “dá as costas”, Eva se sente desabrigada. Perrot (2007) afirma que por muito tempo o ambiente doméstico pôde ser visto simbolicamente como representação do útero materno, espaço de proteção e santidade, assim como a igreja. Muitas santas católicas eram mulheres que tornaram-se freiras porque ali estariam amparadas e protegidas, distantes do olhar e dos julgamentos masculinos. Segundo a autora:

Para Kant, a mulher é a casa. O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar. (IDEM, P.130)

Sendo assim, a associação entre “casa” e “igreja” como espaço de proteção e abrigo atravessou o tempo. Isso não quer dizer que os conceitos cristãos sejam sempre utilizados para

denegrir a imagem das mulheres ou lhe atribuir papéis e definir comportamentos que as inferiorizem. A ministra Eleonora Menicucci⁶, se referia à CMB como fim da *via crucis*⁷ da mulher, dando sentido de libertação e fim da peregrinação das mulheres vítimas de violência em busca de atendimento.

A nomenclatura *Casa* da Mulher Brasileira é uma apropriação de prática discursiva. Ao utilizar o termo *casa* o faz no sentido de se referir a abrigo e proteção de mulheres que sofrem violência doméstica e também para assegurar que a mulher permaneça naquele espaço até que se entenda que ela esteja segura, evitando sua fuga do mesmo⁸. Assim, usa uma linguagem que reconstrói o sentido e tem o poder de apontar mundos possíveis (IBAÑEZ, 2004) mesmo que seja sem intencionalidade para tal.

Em matéria do jornal Correio do Estado encontramos a seguinte manchete⁹:

FRÁGEIS

Com 5,5 mil casos, 20 mulheres são vítimas de violência por dia em Campo Grande

Nos últimos dias, quantidade de casos violentos chamaram atenção

Fonte: Jornal online Correio do Estado- 30 de setembro de 2015 Disponível em <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/com-55-mil-casos-8-mulheres-sao-vitimas-de-violencia-por-dia-na/259115/> Acesso em 23/04/2017

⁶ Eleonora Menicucci de Oliveira possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1983) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1990). Possui o título de Profa. Livre Docente em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Pós doutorado em Saúde e Trabalho das Mulheres, na Facultad de Medicina della Università Degli Studi Di Milano. Professora Titular em Saúde Coletiva - na Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva. Tem experiência na área de Sociologia e Saúde Coletiva com ênfase em Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos reprodutivos e sexuais, saúde integral da mulher, envelhecimento, Violência de gênero, aborto, direitos humanos, autonomia, avaliação qualitativa, políticas públicas de saúde e auto-determinação. É pesquisadora 1B do CNPq, com Bolsa suspensa a pedido da pesquisadora, em função do cargo de Ministra Chefe de Políticas para as Mulheres da Presidência da República que ocupou de 9 de fevereiro de 2012. Foi Pró Reitora de Extensão da UNIFESP durante 3 anos (2009 a 2011) gestão do Reitor Prof. Dr. Walter Albertoni. Exerceu o Cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Dilma Rousseff, de 02/2012 até 05/2016. Atualmente, desde dezembro de 2016 é Profa. Titular Sênior do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina de UNIFESP. (Informações coletadas da plataforma Lattes em 10/04/2019)

⁷ Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/especial-por-dentro-da-primeira-casa-da-mulher-brasileira-do-pais/>

⁸ A CMB dispões abrigamento de passagem para mulheres que correm risco de morte. Elas ficam abrigadas por até 48 horas aguardando medida protetiva de urgência ou pelo descumprimento da mesma. O Protocolo de atendimento assegura que “Em caso de descumprimento de medida protetiva de urgência e fuga do/a agressor/a, a equipe do Apoio Psicossocial deve encaminhar a mulher à Casa-Abrigo ou outro local seguro, conforme avaliação de riscos realizada pela segurança pública (DEAM) e pelo sistema de justiça da Casa (Defensoria Pública, Promotoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)”, evitando que ela saia do abrigamento até ser alocada para local que assegure sua vida e integridade.

⁹ Disponível em <https://correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/com-55-mil-casos-8-mulheres-sao-vitimas-de-violencia-por-dia-na/259115/>

Notamos que as redatoras da matéria colocam no cabeçalho a designação “frágil” ao referirem a mulheres vítimas de violência, que constrói um discurso distorcido acerca da violência de gênero e sobre as próprias mulheres. Saffioti esclareceu isso, alegando que:

É voz corrente que a mulher vence no campo verbal. Entretanto, entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica têm revelado que o homem é, muitas vezes, irremediavelmente ferino. Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De uma forma ou de outra, sempre reage. Quando o faz violentamente, sua violência é reativa. Isto não impede que haja mulheres violentas. São todavia muito raras, dada a supremacia masculina. (SAFFIOTI, 1999, p.83)

A matéria aborda vários tipos de violência contra a mulher e atribui o mesmo tratamento a todas elas¹⁰. Em se tratando de feminicídio dificilmente há tempo da mulher reagir, uma vez que na maioria das vezes o crime não é premeditado, diferentemente do homicídio que exige um planejamento; a mulher na maioria das vezes é surpreendida com a violência não conseguindo confrontar o homem. (IDEM)

Esses discursos inferiorizam a mulher e influenciam a elaboração de normas de conduta e códigos que generalizam a desigualdade de gênero. Saffioti (1999) aponta em seus estudos que em se tratando da *práxis* da violência doméstica, as mulheres reagem; senão com violência física o fazem de outra forma.

Eva Brasil afirma que procurou membros da igreja e expôs:

(...) eu tinha falado isso pra falar, justificar que eu não tinha como ficar na cidade, que eu precisava de uma passagem pra ir embora, que eu não tinha como ficar na cidade, que eu não tinha como me manter, e que eu corria risco de vida, que meu ex ainda me ameaçava de morte, que ele me ameaçava me matar, e que eu morava num condomínio fechado, que era caríssimo, que eu não tinha condições de bancar casa, que eu não tinha condições de bancar alimentação, água e luz, e, trabalhando como autônoma, sendo que eu tinha medo de sair do condomínio e ele me matar lá fora, entendeu? (Entrevista de 15 de abril de 2018)

Percebemos que a entrevistada enfatiza a violência que sofreu, repetindo em sua fala a ameaça de morte iminente, esclarecendo aos membros da igreja que seu ex-companheiro era agressor. Ao coloca-lo como algoz mostra resistência, uma vez que expõe o agressor perante pessoas de seu convívio, na tentativa de denegrir sua imagem. Ela assume sua postura de

¹⁰ Analisaremos mais aprofundamente os tipos de violência contra a mulher no segundo capítulo.

vítima naquele momento, mas estar em condição de vítima (que de fato ela foi) não é o mesmo que ser passiva, frágil e/ou cúmplice. Para poder ser cúmplice, Eva Brasil deveria estar no mesmo patamar de poder que seu agressor. Só este fato a colocaria numa postura de consentimento da violência¹¹ (SAFFIOTI, 1999, p. 70)

A palavra que melhor poderia ter sido usada no topo da manchete seria “impotência”, pois como afirma Saffioti e Almeida:

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens — sempre vinculados à força — são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo (SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995).

Masculino e feminino são forças simbólicas que não tem relação com sexo biológico e sim com atributos que foram criados para tais designações através de discursos que os naturalizam. Valores como agressividade, virilidade e defesa da honra foram relegados ao masculino e arraigados socialmente aos homens; ao passo que ao feminino designaram um papel de inferioridade, passividade, sentimentalismo e cordialidade e os relegaram às mulheres¹².

É o que podemos ver representado no jornal e que contribui para reforçar a desigualdade de gênero, gerando códigos que se transformam em verdades sobre o fenômeno da violência de gênero.

Noutra matéria de setembro de 2015, o jornal Correio do Estado¹³ trazia a seguinte manchete:

¹¹ Elza Soares na música “Maria da Vila Matilde” cujo trecho foi utilizado no título deste trabalho, mostra a resistência da mulher vítima de violência doméstica com trechos como “eu solto os cachorro e apontando pra você eu grito ‘peguix guix guix’”

¹² Emma Jung e seu parceiro Carl Gustav Jung, psicanalistas suíços, elaboraram a teoria sobre masculino e feminino, denominada respectivamente de animus e anima, que funcionam como forças autônomas que exercem influência nos níveis individual e coletivo. Sobre isso ler: JUNG, Emma. Animus e anima. (Tradutor Dante Pignatari). São Paulo: Editora Cultrix, 1991, 112 p. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1997000200033

¹³ Disponível em <https://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/agressao-fisica-lidera-denuncias-de-violencia-contra-as/241126/>

LEVANTAMENTO

Agressão física lidera denúncias de violência contra as mulheres

6 MAR 15 - 10h:32 | FOLHAPRESS

Fonte: Jornal online Correio do Estado de 6 de março de 2015 Disponível em <https://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/agressao-fisica-lidera-denuncias-de-violencia-contra-as/241126/> Acesso em 08/09/2018

A matéria se referia a dados nacionais disponibilizados pela então Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Por ela, entendemos que assim como Eva, a decisão de denunciar parte após a agressão física. Desconsiderando outras formas de violência (psicológica e moral, por exemplo) que podem ter ocorrido anterior e/ou concomitantemente à violência física¹⁴.

Isso mostra que a naturalização dessas relações de dominação masculina são, de acordo com Bordieu (2003, p.56) “produto de um trabalho incessante” e histórico, portanto, nos quais os homens contribuem com as armas da violência física e simbólica, bem como instituições, família, igreja, escola, Estado. A violência simbólica acontece nesses meios, numa relação onde o dominado incorpora essas relações de dominação como algo natural. Porém, não se trata de consentimento da mulher vítima de violência de gênero, e sim do desconhecimento dessas estruturas que geram a dominação, fazendo com que ela tenha sentimentos de culpa e vergonha, como demonstra nossa entrevistada.

Assim, a tomada de consciência individual que fez Eva Brasil reivindicar justiça via de regra, não faz com que mulheres que passam pelo mesmo reconheçam a violência simbólica, sendo elas muitas vezes perpetuadoras do discurso de culpabilização e generalizantes sobre a mulher e o fenômeno da violência de gênero. Sob tal tessitura, a transformação dessa

¹⁴ A psicóloga americana Lenore Walker, a partir de um estudo em que ouviu 1500 mulheres em situação de violência doméstica, percebeu que tal tipo de violência apresentava um padrão, que denominou "Ciclo de Violência". De acordo com tal modelo a violência que envolve relações afetivas e íntimas apresenta três fases: acumulação da tensão; explosão; e lua-de-mel. Durante a fase de acumulação da tensão, dá-se uma escalada gradual da violência, que vai desde agressões verbais, provocações e discussões até incidentes de agressões físicas leves. A tensão vai aumentando até fugir ao controle e dar ensejo a uma agressão física grave, em um ataque de fúria, já caracterizando a fase de explosão.

Após o incidente agudo de violência, inicia-se a fase de lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento extremamente amoroso e gentil, tentando compensar a vítima pela agressão por ele perpetrada. O comportamento calmo e amoroso, contudo, depois de um tempo, dá lugar a novos pequenos incidentes de agressão, reiniciando-se a fase de acumulação de tensão e, conseqüentemente, um novo ciclo de violência. Com o passar do tempo, as fases tornam a se repetir mais frequentemente e, mais do que isso, a cada retomada do ciclo, a fase da explosão se torna mais violenta, podendo ter por consequência, caso não seja interrompida, o feminicídio, ou seja, o assassinato da mulher pelo agressor. Outros desfechos trágicos também são possíveis, podendo a mulher em situação de violência vir a cometer suicídio, ou mesmo a assassinar seu agressor. (WALKER, 2009)

inconsciência sobre a violência simbólica só é possível “com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (BORDIEU, 2014, p.65).

A noção de patriarcado reflete as condições desiguais, nas quais as noções de masculino e feminino são interiorizados socialmente. O patriarcado, portanto, trata-se:

[...] de um sistema cultural, político e econômico que arbitrariamente constrói e valoriza desigualmente os sexos, definindo-os com “mulheres/femininos/domináveis” e “homens/ masculinos/dominadores”, a partir de uma determinação do sexo biológico. Essa construção desigual organiza socialmente, polariza, naturaliza e hierarquiza os corpos e as subjetividades, de maneira arbitrária, inclusive usando discursos científicos evolucionistas para consolidar a naturalização da desigualdade dos sexos, dos papéis sexuais e sociais. (TIMM, 2015, P. 186)

Compreendemos que o sistema patriarcal decorre de relações de poder – onde o masculino se sobrepõe ao feminino, resultando em submissão e perpetuação. Carole Pateman (1992) aborda que as mulheres não estão apenas subjugadas pelos homens na esfera privada, mas também na pública, o que naturaliza aquilo que Saffioti chamou de ideologia machista. A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, o masculino sobreposto ao feminino, não é exclusividade dos homens, pois não se referem ao sexo e sim a adequação de papéis sociais definidos pelo discurso onde predomina o poder do macho. (SAFFIOTTI, 1992, p. 34).

Segundo Foucault, (1979) o poder tem origem no cotidiano e impõe um regime de verdade. O poder é uma prática social, construído historicamente, tem relação com o cultural, o político e o econômico e atinge, portanto, diferentes bases sociais a partir do que ele denominou de micropoderes. O poder não é algo que se tem, não é possível possuir o poder, o que ocorre é um exercício pleno do poder. E nesse sentido, o patriarcado sendo um sistema dominante na sociedade exerce esse poder sobre as mulheres.

Foucault parte do princípio que o poder circula, destaca que existem duas esferas em que as práticas de poder se constituem, uma pela ciência, outra pelo campo cultural, ou seja, o poder encontra-se no campo ideológico, mas, também nos processos discriminatórios, e sobretudo, nas diferenciações de gênero.

Essa lógica de funcionamento social que se baseia no patriarcado atinge diferentes modalidades de relações. Entendemos que o que legitima o direito de dominação do corpo

feminino como objeto comercial, são as práticas culturais que se formam pela lógica patriarcal .

A violência de gênero faz parte de uma rede de poderes e micropoderes onde encontramos diferentes sujeitos envolvidos nessas práticas, são redes de saberes e poderes que tem na exploração do corpo feminino a motivação para a naturalização da violência. Contudo, se há micropoderes, se o poder se infiltra nas relações, existe resistência, que nos faz entender que há como fugir desse sistema.

A *dominação masculina* que atravessa as relações parentais, ou seja, pai e filha, marido e mulher. O patriarcado exerce uma força simbólica e poder sobre diferentes aspectos e está presente em todas as esferas da sociedade, em instituições e nos discursos de todas as pessoas. Segundo Pierre Bourdieu (2003) o poder exercido pelo masculino se mascara nas relações impondo significações, que são tomadas como legítimas, de forma a dissimular as relações de força, que se infiltra no nosso pensamento e na nossa concepção de mundo:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (IDEM, p.17)

Entendemos que as sociedades patriarcais se definem a partir de uma lógica falocêntrica¹⁵ onde o poder masculino é exercido e culturalmente naturalizado a partir de práticas e discursos que estabelecem papéis que constroem a desigualdade de gênero. A linguagem utilizada nos discursos é uma importante ferramenta para analisarmos a desigualdade. Muitas vezes entendemos que a o discurso jornalístico é neutro, não questionamos a escolha de expressões, palavras, símbolos, imagens, mas na realidade a língua não apenas expressa relações de poder; ela é o “campo mais eficaz e persistente onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades” (LOURO, 1997, p. 65).

a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo

¹⁵ Saffioti utiliza o termo “falocentrismo” para se referir ao patriarcado, sistema onde impera a primazia masculina. A autora aponta outros termos análogos: viriarcado, androcentrismo e falo-logo-centrismo. (SAFFIOTI, 1999)

como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades, etc.) (IDEM, p. 67)

Em 2017, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), publicou uma revista intitulada *Empoderadas*, para divulgar as ações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – (CEMSVDF)¹⁶. Duas matérias tratavam da autonomia financeira. Em uma delas, campanhas foram feitas em salões de beleza para difundir a lei Maria da Penha, noutra a temática era a autonomia financeira através da profissão de cabeleireira.



Mulher, mãe e empresária: pelos filhos ela venceu os obstáculos e abriu seu próprio negócio

Gaúcha nascida na cidade de Sarandi, Maristela Sordi veio para Campo Grande com seus pais aos 10 anos de idade. Hoje, aos 50, ela é diretora de uma indústria de alimentos e dona do salão de beleza "Morena Mulher", que possui seis unidades na Capital. Mãe e empreendedora, ela acredita que tudo o que é feito com amor, determinação e foco não tem como dar errado.

Foi no ano de 1996, quando teve seu primeiro filho, que ela decidiu que seria dona do seu próprio negócio. O desejo surgiu de uma realidade cruel do mercado para muitas mães: trabalhando numa multinacional, ao retornar da licença maternidade, foi dispensada do serviço e já havia até outra funcionária em seu lugar.

O desejo permaneceu latente. Ela continuou trabalhando para outras empresas na parte administrativa e foi para a faculdade em busca do diploma superior na área para auxiliá-la a concretizar seus planos. Mas foi em 2005 que, definitivamente, tirou o sonho do papel. Desta vez, impulsionada por outro baque da vida: a separação e a necessidade de garantir o futuro dos filhos de forma autônoma. Isso foi o empurrãozinho que faltava para abrir as portas de seu primeiro empreendimento.



Fonte: Revista Empoderadas Edição 01 - Ano I - Julho 2017, p.8. Disponível em <https://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/estaticos/revistaMulher.pdf> Acesso em 20/01/2019

¹⁶ A referida coordenadoria está vinculada diretamente ao TJMS a fim de garantir a efetivação da Lei Maria da Penha através da gestão de políticas, ações e divulgação do trabalho exercido pelo Tribunal no combate e prevenção à violência doméstica e familiar.

A referida matéria traz uma mulher branca que conquistou sua autonomia motivada pelos filhos, naturalizando o feminino ligado à função materna. A mulher assume nesse sentido, uma função “mágica” de que independente da classe e da raça consegue sua autonomia pelos filhos, em nome deles, ressaltando o mito da função materna. Como expõe Elizabeth Badinter:

A natureza feminina é, propriamente falando, "alienada" pelo e para o homem. Sua essência, sua finalidade, sua função são relativas ao homem. A mulher é feita não para si mesma, mas "para agradar ao homem.. para ser subjugada por ele... para lhe ser agradável ... para ceder e para suportar até mesmo a sua injustiça". Logo, essa mulher será uma mãe, pronta a viver pelo e para o filho. (BADINTER, 1980, p. 241)

O pai não aparece no discurso dessa e de outras matérias que a revista apresenta, ressaltando a normatização do papel feminino de mulher-guerreira, sempre pronta a fazer de tudo pelos filhos como se isso não exigisse dela um desgaste. Como se a mulher violentada dentro de casa e pela sociedade patriarcal conseguisse romper suas amarras tendo no amor dos filhos a força motriz para romper com a violência sofrida sem se levar em conta seus desejos, anseios e necessidades. Uma mulher nula, presa à ideia liberal de Rousseau que afirmava no século XIX que a mulher era um complemento do homem, e da sociedade patriarcal, portanto.

Na mesma publicação, a empresária em questão expõe:

“Não quero dizer que todas precisam abrir seu próprio negócio. Mas seja empreendendo ou prestando serviço, o importante é que a mulher nunca desista do seu lado profissional”.

Fonte: Revista Empoderadas, p.9 Disponível em <https://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/estaticos/revistaMulher.pdf> Acesso em 20/01/2019

Assume uma prerrogativa de que pelo próprio esforço solitário a mulher consegue ter autonomia, desconsiderando as questões de classe e raça para que se atinja o empoderamento. O conceito de empoderamento é questionável, portanto, quando se trata de uma postura individual, pois não se aplica muitas vezes a mulheres de baixa renda, de cor e da periferia. O empoderamento individual corrobora com a opressão de mulheres, segundo Saffioti:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é sua, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil. (SAFFIOTI, 2009, p.18)

Ao dizer que uma mulher branca e de classe média conquistou sua autonomia financeira sozinha, transformando essa mulher em guerreira, exclui-se as dificuldades de outras mulheres em conseguir o mesmo, ao mesmo tempo que constrói um modelo de empoderamento que elas podem tentar seguir a todo custo, sendo inalcançável para muitas, haja vista a realidade sócio-econômica das mulheres brasileiras.

Sobre isso, Madaglena de León explana:

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoa. E “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro. (LEON, 2001, p.97).

Segundo a mesma autora, o empoderamento individual, distante de ações coletivas seria ilusório, uma vez que:

O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança” (LEON, 2001, p.97).

Compreendemos que os papéis sociais de homens e mulheres foram construídos a partir da lógica burguesa e falocêntrica. Ao compreendermos a importância do gênero para a análise histórica, percebemos a mutabilidade do sistema patriarcal e a atuação de mulheres para que seus direitos pudessem ser reconhecidos, como estes processos puderam ser inseridos e foram representados socialmente.

Partimos do pressuposto de que a violência de gênero é calcada culturalmente e tais discursos acerca das mulheres são tidos como “normais”, tanto estereótipos da mulher vítima de violência quanto nos relatos das mulheres que se libertaram da violência de gênero a partir de uma noção centrada numa mulher pré-concebida, maternal, branca, guerreira.

A moral cristã foi inculcada desconsiderando a diversidade de mulheres da realidade latino-americana. Negras, indígenas, mulheres que desde o Brasil- colônia trabalham nas ruas, lavouras, em suas comunidades; que não tem Adão e Eva como símbolos mitológicos originários, mas que os adotaram devido ao processo colonizador; que foram destituídas de suas autonomias pelo Estado colonial e republicano, este que interferiu em seus corpos as tratando como “coisas”, e na forma como se organizavam socialmente, Estado este que introduziu o machismo onde sequer isso nem existia (CARNEIRO, 2003; SEGATO, 2012)

Esses ideais são remanescentes, percebemos nos discursos que ao afirmarem a mulher como sujeito universal, branca, ao distribuírem revistas mascaradas com uma roupagem democrática divulgando um empoderamento sob viés liberal, esses discursos excluem a multiplicidade de mulheres e suas lutas (CARNEIRO, 2003, p.50)

A mudança dessas verdades instituídas deverá acontecer a partir de uma reconstituição dos afetos e dos aspectos considerados normais, o que Rita Segato (2003, p.4) chamou de “ética feminista” que deve ser estendida a toda sociedade, na publicidade, nas práticas pedagógicas de gênero, nas políticas públicas, nas instituições levando-se em conta a interseccionalidade de gênero que considera classe, raça e etnia para a efetivação de ações com força política.

Nesse sentido, empoderamento refere-se a poder, poder que circula e tem como outra face da moeda o desempoderamento imbricado em todas as relações sociais. O empoderamento seria portanto, devolver às mulheres o poder que lhes foi destituído em séculos de exclusão. No entanto isso depende do contexto de um grupo. Há muitos equívocos com relação a esse conceito, quando desvinculado de uma análise mais abrangente que situa mulheres num determinada conjuntura histórica e social.

O empoderamento individual aparece numa proposta neoliberal de que a mulher é sua própria empresa e, portanto, capaz de ter sucesso em sua profissão e no cuidado de si, e faz isso sozinha, é uma guerreira. Sem percebermos, as mulheres que adotam essa perspectiva contribuem para desempoderar outras que não conseguem ter o mesmo sucesso individual.

Para Foucault (1979) essas são técnicas neoliberais de governamentalidade, uma forma de governar os corpos que estende o valor econômico a todas as dimensões sociais e na

produção das subjetividades, criando normas de conduta para o que é ser mulher. Ser empresária de si mesma faz parte desse regime de verdade.

Ao expor o empoderamento individual, a revista do TJMS desconsidera essas nuances e ao passo que faz isto, cria uma regra acerca do empoderamento, não compreendendo como o poder está alocado na realidade histórica e social das mulheres. (LÉON, 2000, p.20)

Sob tal tessitura os feminismos surgem como contraconduta , uma vez que rejeitam o governo de si mesmas e sua anulação como sujeitos, introduzindo pautas que vão desde o cuidado de si, como saúde da mulher, aborto e sexualidade, como a violação dos corpos femininos pela violência de gênero.

No capítulo seguinte, analisaremos como os movimentos de mulheres e feministas se organizaram historicamente seguindo essa perspectiva de unir mulheres para que o empoderamento coletivo tivesse a força de alterar legislações e construir políticas públicas como a que inaugurou a CMB.

CAPÍTULO 2

AS FEMINISTAS DESENHARAM A CMB

MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

*São donas-de-casa, professoras, bailarinas
Moças operárias, prostitutas, meninas
Lá do breu das brumas, vem chegando a bandeira
Saúda o povo e pede passagem, a mulher brasileira*

Maria Bethânia

Intitulamos esse capítulo com a frase proferida por Leyde Pedroso em entrevista¹⁷.

Leyde Pedroso é jornalista. Feminista. Especialista em gênero e políticas públicas. Foi fundadora Núcleo de Mulheres Socialistas do PSB MS. Dirigente no Movimento Popular de Mulheres de MS. Uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito. Presidenta do Comitê Estadual Suprapartidário de Mulheres de MS. Assessora técnica na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres no Governo de MS. Coordenadora de comunicação na Secretaria Nacional de Mulheres Socialistas do PSB. Assessora técnica na Secretaria nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Assessora técnica Unifem e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Secretária municipal de políticas para as mulheres de Campo Grande - MS. Atualmente é microempreendedora de empresa própria.

Militante de movimento social e feminista desde a década de 1980, ela se reporta às primeiras manifestações de mulheres que lutaram por direitos em MS. Segundo ela, a CMB foi um “sonho realizado” das feministas. Ao dizer isto, Leyde não se reporta apenas às mulheres de seu estado, mas de todo Brasil, uma vez que o enfrentamento à violência de gênero foi pauta prioritária dos movimentos de mulheres e feministas desde que o feminismo de segunda onda se espalhou pelo país na década de 1960.

Esmiuçaremos o percurso dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil e em MS e as especificidades da atuação de mulheres de MS no tocante a suas lutas por políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, sobretudo doméstica e familiar.

Compreendemos a partir da fala de Leyde que a CMB surgiu a partir da luta feminista por políticas públicas desde a década de 1980, uma vez que não se tinha nenhuma, e que a constante pressão feminista permitiu que se instalassem delegacias especializadas e casas de abrigo, apoio jurídico, redes de enfrentamento, até que se chegasse à constituição de um espaço que integrasse todos esses serviços, conforme a demanda feminista propunha.

Assim, esse capítulo visa mostrar a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil e em MS para compreendermos como o desenho da política pública CMB pôde ocorrer em 2015.

¹⁷ Entrevista de 18 de maio de 2017.

2.1 VOTO, VETO E REDEMOCRATIZAÇÃO : FEMINISMO À BRASILEIRA E SUL-MATOGROSSENSE

A luta pelo voto marcou o início da primeira onda feminista. Conhecidas como sufragistas, mulheres inglesas conquistaram o direito ao voto no século XIX. No Brasil, a onda feminista também foi marcada pela mobilização e conquista do voto e reivindicações por melhores condições de trabalho para as operárias. As sufragistas brasileiras lideradas por Bertha Lutz¹⁸ iniciaram suas movimentações em 1910 e tiveram o direito ao voto reconhecido no Novo Código Eleitoral, em 1932. E em 1917 operárias de ideologia anarquista reuniram-se na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” exigindo melhores condições de trabalho. Esse feminismo inicial perde sua força a partir da década de 1930 (SOIHET, 2013; PINTO, 2010) mas um livro vai ser fundamental na retomada das movimentações feministas em 1960: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir¹⁹, publicado em 1949.

A segunda onda feminista inicia-se nos Estados Unidos e Europa na década de 1960, período relevante para o mundo ocidental. Nos Estados Unidos a Guerra do Vietnã fez emergir a contracultura dos *hippies*, jovens que pediam “paz e amor” e contrariavam a sociedade de consumo. Em 1968, ocorria o “Maio de 1968” em Paris, quando estudantes ocuparam a Universidade de Sorbonne questionando a academia e exigindo mudanças. A juventude mostrava sua ânsia por liberdade ao som de Beatles e Rolling Stones. Em meio a essa efervescência, o livro *O Segundo Sexo* se espalhou pelo Ocidente, levando a todo o mundo a célebre citação que se tornou lema feminista “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*” que considerava a invisibilidade histórica das mulheres. Nesse interim a pílula anticoncepcional já era realidade. Em 1963, Betty Friedan²⁰ lança o livro “*A mística*

¹⁸ Bertha Lutz, bióloga. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, quando em 1927 levou um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932. (PINTO, 2010, p.16)

¹⁹ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora francesa, filósofa existencialista, memorialista e feminista, considerada uma das maiores representantes do existencialismo na França. Em 1949, Simone de Beauvoir publicou “*O Segundo Sexo*”, sua obra mais importante, que alcançou repercussão internacional e marcou toda uma geração interessada, como a autora, na abolição das questões ligadas à opressão feminina em busca da independência da mulher diante da sociedade.

²⁰ Betty Naomi Goldstein, mais conhecida como Betty Friedan, (1921 — 2006) foi uma importante ativista feminista estadunidense do século XX. Em 1963, publicou o livro “*The Feminine Mystique*” (“*A Mística Feminina*”), um best-seller que fomentou a segunda onda do feminismo, abordando o papel da mulher na indústria e na função de dona-de-casa e suas implicações tanto para a sobrevivência do capitalismo quanto para a situação de desespero e depressão que grande parte das mulheres submetidas a esse regime sofriam. Foi também co-fundadora da Organização Nacional das Mulheres, nos Estados Unidos, juntamente com Pauli Murray e

feminina”, também considerado um importante referencial dos movimentos feministas na segunda onda (PINTO, 2010, p.16).

Por “mística”, Friedan considerava que se tratava de um modelo de mulher que tentavam formar através do consumo, incentivado pelo marketing e pela mídia, que insistia em definir um padrão para a mulher: o de dona de casa satisfeita e consumista, o que, segundo sua pesquisa com mais de oitenta mulheres, era discrepante da realidade em que viviam (FRIEDAN, 1971, p. 12).

Segundo Céli Pinto (2010), a Segunda Onda do feminismo nos Estados Unidos e Europa caracterizou-se por trazer a tona as relações de poder entre homens e mulheres, apontando pela primeira vez a dominação de homens sobre a liberdade individual das mulheres. Surge como um movimento libertário, alargando o debate que antes se referia ao trabalho, voto e educação e à dominação de classe incluindo questões relacionadas à sexualidade e autonomia sobre seus corpos.

No Brasil, a segunda onda feminista segue características próprias devido ao contexto político. Desde o início da década de 1960 o país se encontrava dividido em duas frentes antagônicas: direita conservadora e esquerda progressista. As Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart visando mudanças como a reforma agrária alarmaram os conservadores, compostos por uma elite agrária e industrial. A reação conservadora foi mobilizar a sociedade para frear as reformas de Jango e destituí-lo do poder, sob o discurso de que existia uma suposta ameaça comunista no país e para isso precisavam de demonstrações contrárias em massa para legitimar o golpe.

As mulheres da elite conservadora já se encontravam organizadas em associações que visavam acabar com a “ameaça comunista” e contrapor-se a qualquer manifestação de caráter popular²¹ Nessas organizações arregimentaram o apoio de mulheres pobres, sobretudo empregadas domésticas e trabalhadoras, utilizando-se do discurso religioso que anunciava a necessidade de “salvar o país” do comunismo. Uma vez que as mulheres de esquerda não estavam organizadas, a ala conservadora não encontrou dificuldades em manipular as trabalhadoras pobres. (TELES,1999, p.55)

Bernard Nathanson, e também participou da criação do VARAL, organização de fomento aos direitos reprodutivos, inclusive o do aborto.

²¹ Desde 1962, mulheres da elite conservadora se organizaram em associações como a União Cívica Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e Campanha da Mulher pela Democracia. (TELLES, 1999, p. 53)

Às vésperas do golpe, Jango alertou no Comício da Central do Brasil²² que manteria as reformas, entre elas a reforma agrária, e alertou a população sobre a reação das forças conservadoras. A partir disto, os golpistas conservadores passaram a mobilizar as bases da sociedade para legitimar o golpe contra o regime democrático. Entre a massa popular manobrada pelos conservadores estavam as mulheres, que demonstraram publicamente apoio ao conservadorismo estando presentes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade²³. A participação dessas mulheres engrossou o coro contra Jango e em 1964 o Golpe ocorreu instaurando o governo militar no país, governo este que não abriu espaço nem mesmo para as mulheres conservadoras, relegando-as a segundo plano. (IDEM).

Em contrapartida, mulheres de esquerda estiveram presentes na Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro, fazendo oposição ao governo militar. Porém, em dezembro do mesmo ano o Ato Institucional número 5 (AI-5) silenciou quem se opusesse ao regime. O Ato Institucional número 5 (AI-5) deu plenos poderes ao presidente militar que instituiu o autoritarismo no país. Não havia espaço para o debate feminista por aqui, principalmente se relacionado à liberdade dos corpos, questões como a sexualidade, aborto e luta por direitos das mulheres. O AI-5 impossibilitou que movimentos identitários pudessem ocorrer, incluindo os movimentos de mulheres e feministas com perspectivas progressistas.

Na década de 1970, a crescente industrialização e arrochos salariais impostas à classe trabalhadora contribuíram para a concentração de renda nas mãos da elite brasileira, corroborando com a desigualdade social (GASPARI, 2002). Em contrapartida, permitiu que mulheres de periferia se organizassem em associações de bairros. Enquanto as mulheres estadunidenses e europeias se mobilizavam por sua liberdade individual, as mulheres brasileiras buscavam resolver questões no âmbito familiar, contra o aumento dos preços dos produtos (carestia) e a fome (panelas vazias) devido a concentração de renda e a repressão do período. Estavam presentes também em organizações clandestinas: na luta armada, em partidos políticos, sindicatos ou em setores progressistas da Igreja Católica, que visavam a redemocratização do Brasil (PEDRO, 2013, p. 241).

Esses grupos de mulheres periféricas tinham apoio dos setores progressistas da Igreja, amparados pela Teologia da Libertação²⁴. As mulheres coletavam assinaturas nos bairros e

²² O comício anunciando as Reformas de Base aconteceu no dia 13 de março de 1964 em frente à estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

²³ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é o nome dado a uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964 encabeçadas pela direita conservadora em resposta ao pronunciamento de Jango sobre as Reformas.

²⁴ Surgiu como movimento teológico na América Latina na década de 1960, junto aos movimentos políticos libertadores, em plena mudança institucional da Igreja Católica. Suas características fundamentais foram a defesa

questionários, que permitiam a elaboração de cartas contendo reivindicações, muitas vezes lidas nas missas de domingo (TELES, 1999, p.75). Não se configuravam em movimentos feministas, pois não discutiam questões identitárias das mulheres ou de gênero, constituindo-se como movimentos populares que lutavam por demandas locais e gerais, geralmente amparadas pelas Comunidades Eclesiais de Base²⁵ (OLIVEIRA, 2016, p. 205). No entanto, serviram para unir mulheres que a partir de meados da década de 1980 irão constituir movimentos de mulheres, como o Movimento Popular de Mulheres em MS, no qual figura Aparecida Gonçalves, que em 2003 irá assumir a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a mulher da Presidência da República estando à frente das decisões que permitiram a instalação da CMB em Campo Grande.

Aparecida Gonçalves é natural de Clementina-SP. Foi agente comunitária de saúde nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) católicas na década de 1980 quando morava em Andradina-SP, onde iniciou sua militância política em meio a ditadura militar. Nessa época, Aparecida se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1985, organizou junto com outras mulheres de MS o Movimento Popular de Mulheres. Em 2003 assumiu o cargo de Secretária-executiva de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, órgão ligado à Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), cargo que manteve até 2017, quando na iminência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em 2015 foi premiada com o título “Guardiã dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. A premiação é concedida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também foi premiada em 2007 pelo concurso Inovação na Gestão Pública Federal, devido à suas ações à frente da Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Aparecida Gonçalves²⁶ descreve o contexto da época:

[...] final da década de 70 né (...) quando a gente vai ter um movimento de Anistia né que as feministas que tavam exiladas fora do Brasil na França, no Chile, nos Estados Unidos, voltam pro Brasil efetivamente e vai ter junto com o Movimento pela Democracia você vai ter um movimento de mulheres forte né. Naquele período, você vai ter no início da década de 1980, a luta

dos pobres, a organização dos grupos populares, a reivindicação de justiça para todos, o respeito aos grupos étnicos indígenas e africanos, além de outras causas de emancipação social, econômica adaptadas a realidade latino-americana. Sobre isso, ler: OLIVEIRA, Mariana Esteves de. O grito abençoado da periferia: movimentos populares entre a religião e a política na noroeste paulista. Curitiba: 2016. Editora CRV.

²⁵ As CEB's eram grupos organizados em torno das paróquias dos bairros periféricos ou da zona rural. Esses grupos podiam ser formados por leigos, padres ou bispos e eram ancorados pela Teologia da Libertação, que priorizava os pobres, portanto, faziam discussões sobre as necessidades básicas dos bairros (moradia, alimentação, saúde, entre outros) (OLIVEIRA, 2016).

²⁶ Entrevista de Aparecida Gonçalves, concedida em 22 de maio de 2017.

pelo fim da Ditadura e a luta pela Anistia que vai ser forte e no Movimento de Mulheres você vai ter a luta contra a carestia, você vai ter uma luta né, passeata pelas panelas vazias, você vai ter as mulheres a favor da greve dos metalúrgicos né, então você vai ter esse movimento. (Entrevista- 22 de maio de 2017)

Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a data como Ano Internacional da Mulher e os dez anos seguintes como a Década da Mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com do Centro de Informações da ONU. A data é considerada um marco do feminismo de Segunda Onda no Brasil, pois deu brecha em meio à ditadura para que as mulheres voltassem a se organizar. A partir de uma reunião, ocorrida em julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e com a constituição do Centro da Mulher Brasileira, também naquela cidade. A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimento feminista em outros lugares do Brasil, inclusive a inauguração do referido Centro também em São Paulo. (PEDRO, 2006, p.250)

No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel relevante para a anistia política em 1979. Entre as pessoas exiladas na Europa, estavam mulheres que entraram contato com as leituras feministas, sobretudo com O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir e grupos feministas europeus. A partir da Anistia, as mulheres que estavam exiladas retornam ao Brasil e trazem consigo ideias feministas, que contribuíram com o percurso das mulheres brasileiras na luta pela efetivação de direitos a partir da década de 1980.

Aparecida Gonçalves nos reporta²⁷ que quando já no MPM, trouxe de sua militância ligada às Pastorais Sociais da Igreja Católica um aprendizado:

O movimento popular de mulheres em Mato Grosso do Sul né, que foi, na verdade, o grande precursor, tanto da minha entrada pra estudos feministas, quanto... porque mesmo estando em Campo Grande, mesmo estando um pouco mais distante do João Carlos, é, umas das coisas que o João Carlos ensinou é que você nunca entre num negócio sem ler né, então aí que eu fui ler a Simone de Beauvoir, aí que eu fui ler, né, as grandes teóricas feministas, pra juntar, junto com a teoria marxista, e ser o que eu sou hoje, na verdade né. (Entrevista de 01 de janeiro de 2016)

²⁷ Entrevista cedida pela Prof^a Dr^a. Mariana Esteves de Oliveira, coordenadora do acervo do Iajes (Acervo Giancarlo Oliveri) no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, na UFMS, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

Os estudos feministas em voga na Europa e EUA desde os anos 1960, chegam ao Brasil mais tarde, em função do momento político que o país atravessava e se delineia de forma diferenciada, compondo um arcabouço composto por movimentos de luta por democracia e movimentos de mulheres que ao terem contato com as teorias feministas vão formando um feminismo que Céli Pinto (2003) chamou de “feminismo difuso”. O que difere esses movimentos de movimentos feministas propriamente é que não desenvolveram discussões específicas sobre a opressão, o gênero e o direito das mulheres. Tais discussões surgiram a partir da década de 1980, com o amadurecimento dos movimentos em torno de grupos de reflexão, estudos e movimentos feministas a partir da abertura política que se iniciava.

Nesse período também surgem os grupos feministas temáticos (PINTO, 2003, p.68) que tratavam de discutir o combate à violência e a saúde da mulher. Surgiram também “casas da mulher”, que Joana Maria Pedro menciona como lugares de abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. (PEDRO, 2013, p.241)

Podemos dizer que por mais que os grupos de mulheres que surgiram não seguiram o mesmo modelo dos países ditos de primeiro mundo, se formaram a partir de um viés próprio, principalmente porque somaram a experiência dos movimentos populares com o feminismo acadêmico. Entre o amadurecimento do movimento, a experiência de viver sob um período de repressão levou essas mulheres a pensarem na questão da violência de gênero, pois viveram-na de todas as formas, seja por parte do governo repressor que as torturava ou dentro das organizações de esquerda onde perceberam que por mais que lutassem por causas gerais, a desigualdade de gênero se fazia presente entre homens e mulheres. Foi o impulso que precisavam para se agruparem e se organizarem em torno de pautas próprias.

Grupos de reflexão ou consciência se formavam em todo país. Segundo Joana Maria Pedro:

Esses grupos eram constituídos apenas por mulheres- elas diziam que a presença de homens as inibia- que se reuniam nas casas umas das outras, ou em lugares públicos como cafés, escritórios, bares e bibliotecas, para discutir problemas específicos das mulheres e se contrapor ao machismo vigente. (IDEM, p.241)

Em MS existiu um desses grupos. Formado em 1983, pela socióloga Regina Arakaki, o Guavira Grupo de Mulheres de MS era:

[...] uma primeira forma de organização das mulheres sul-matogrossenses

inspirada nos ideais feministas da década de 1970 [...] um grupo de reflexão composto inicialmente por estudantes da classe média, que faziam psicologia, jornalismo, educação física e outros cursos. Este grupo se reunia para estudar, debater e refletir sobre a problemática da mulher. Organizavam eventos para celebrar o Dia Internacional da mulher, ocasiões utilizadas para difundir ideias feministas e promover atividades culturais. (PEDROSO, 2008, p. 41)

Paralelamente ao MPM e o Grupo Guavira, figurou em MS o Sistema de Informação Mulher- um grupo de mulheres que auxiliavam os demais movimentos de mulheres do estado na coleta de dados e informações (GOMES, 1997, p.51). Segundo Bárbara Nicodemos, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) também aparecia entre os movimentos que compunham sindicatos e partidos políticos (NICODEMOS, 2007)

Com a reabertura política em curso, as mulheres voltaram a se organizar e em grupos diversificados. Na década de 1980, entre as pautas especificamente feministas a violência de gênero será prioritária e os movimentos que se formavam vão canalizar suas ações para combatê-la. As mulheres perceberam que a redemocratização também era uma oportunidade de ocuparem espaços de poder para que suas reivindicações pudessem ser representadas e canalizadas para efetivação de direitos.

Em 1985 foi criado o CNDM (Conselho Nacional Dos Direitos da Mulher), no governo José Sarney, devido à pressão exercida pelos movimentos de mulheres. O CNDM se compôs enquanto um espaço de deliberação das questões das mulheres, articulando e promovendo debates e campanhas, a fim de auxiliar na promoção dos direitos das mulheres, garantindo igualdade de condições perante os homens no tocante à participação na vida pública.

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução com o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 (RODRIGUES, 2005, p. 30).

O papel do CNDM foi importante no agenciamento de mulheres e no diálogo com os diversos movimentos sociais pelo país. Já na sua primeira gestão, de 1985 a 1989, atuou na Campanha pela Constituinte, intitulada *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher* juntamente com os movimentos de mulheres e feministas, reivindicando a inclusão de direitos das mulheres na nova Constituição.

O referido conselho foi liderado por mulheres de classe média como a socióloga Jacqueline Pitanguy e a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB) e promoveu a participação das mulheres no debate Constituinte, realizando encontros que tratassem da elaboração de uma plataforma política que contemplasse as mulheres na Constituição que estava sendo elaborada. Para isso, contaram com o apoio dos movimentos populares de mulheres de todo o país, a fim de conseguirem mapear as principais reivindicações e incluí-las no rol de direitos que constariam na nova Carta Magna. Por terem ligação estreita com os constituintes, o movimento ficou conhecido como “Lobby do Batom”²⁸. (CORTÊS, 2013, p. 263).

O MPM de MS também aderiu à campanha constituinte. Em dois de junho de 1987, uma carta é manuscrita no verso de quatro panfletos e enviada para lideranças do MPM de outros municípios do estado, expondo critérios para assinatura de proposta de emenda popular. A carta propunha a formação de um Comitê da Campanha de Direitos da Mulher e os panfletos traziam os dizeres “Iniciativa Popular na Constituinte: Propostas: instrumentos de participação popular que remete à proposta apresentada à Assembleia Nacional Constituinte para incluir no seu regimento interno a possibilidade de abrir espaços à iniciativa popular”. (SANTOS, 2009, p.31)

Campo Grande, 2 de junho de 1987.

Companheiras (os)!

Esperamos que o trabalho de coleta de assinaturas já tenha iniciado e
esteja sendo um sucesso!

Vamos fazer nossas leis!

Sucesso na coleta das assinaturas, estamos juntas nesta luta!

Fonte: Panfleto MPM Campanha Constituinte

A escrita da carta no verso do panfleto com os dizeres “abrir espaços à iniciativa popular” e remetendo-se a “fazer nossas leis” nos faz perceber o quanto era importante para os movimentos populares de mulheres que as pautas desses movimentos periféricos, distoantes das mulheres de classe média alta do Lobby do Batom situadas no eixo Rio-São Paulo, fossem atendidas na Constituição que estava por vir. Ademais, demonstra incentivo ao “sucesso” da campanha de coleta de assinaturas para que conseguissem uma importante oportunidade das iniciativas populares fazerem valer suas reivindicações no documento de supra importância num país democrático.

²⁸ “Lobby” é uma articulação política, organizada por um grupo que procura influenciar legisladores através de ações políticas diretas, buscando junto os governos municipais, estaduais ou federais, atender a demanda desse grupo.

Valendo-se de suas próprias experiências pessoais de mulheres que viveram a opressão de uma ditadura militar, por serem mulheres e de movimentos populares, a atmosfera de desconfiança e descrédito ao novo governo dito democrático ainda parecia pairar sobre suas cabeças. O resultado da campanha foi o recorde de assinatura (onze mil), se comparado aos outros estados, no projeto de Emenda Popular dos Direitos da Mulher. Em se tratando de conquistas de direitos das mulheres, o estado de MS saiu na frente de muitos outros estados.

No contexto de ditadura civil-militar e redemocratização, em 1977 o estado de MS passava por um processo político à parte, a divisão do antigo Mato Grosso, sofrendo impactos com isso. Enquanto o restante do Brasil vivia a crescente industrialização, MS aparecia como o estado de vocação agrícola responsável pela produção de grãos e bovinos de todo mercado nacional. Em contrapeso à cobrança da dívida externa que ocorria naquela década, o estado captava recursos com as exportações desses produtos, gerando saldos para o governo federal quitar a dívida.

A historicidade sul-matogrossense é definida por essa vocação agrícola e latifundiária, dominada por elites agrárias (REBÊLO JÚNIOR, 2009) e pelo patriarcalismo. Sob essa égide, a violência de gênero sempre foi causa prioritária a ser enfrentada no estado, que recebeu as primeiras políticas públicas com essa finalidade: a segunda Delegacia de Defesa da Mulher do Brasil (1986) e a primeira Casa da Mulher Brasileira do país (2015).

2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRIORIDADE FEMINISTA- AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER.

Com a redemocratização do país na década de 1980 e a reorganização dos movimentos de mulheres e feministas, casos de violência de gênero foram publicizados. A partir daí a violência foi colocada como pauta prioritária nos debates feministas, conforme Aparecida Gonçalves relata:

Naquele período, você vai ter no início da década de 1980, a luta pelo fim da Ditadura e a luta pela Anistia que vai ser forte e no Movimento de Mulheres você vai ter a luta contra a carestia, você vai ter uma luta né, passeata pelas panelas vazias, você vai ter as mulheres a favor da greve dos metalúrgicos né, então você vai ter esse movimento. Portanto, quando termina esse

movimento e a gente vai pra dentro do próprio Movimento de Mulheres constituir o Movimento a gente já tá com a questão do “Quem Ama não Mata” né, que é o assassinato da Ângela Diniz, o julgamento do Doca Street, que vai fazer com que o Movimento então volte para as questões específicas das mulheres, que é a questão da violência especificamente. (Entrevista de 22 de maio de 2017)

O assassinato de Ângela Diniz provocou uma intensa reação social perante os denominados “crimes passionais” contra mulheres.

O crime ocorreu em 30 de dezembro de 1976 em Armação dos Búzios. Ângela era divorciada e estava se relacionando com o empresário Raul Fernandes do Amaral Street, conhecido por Doca Street, que havia deixado a esposa, Adelita Scarpa, para se relacionar com Ângela. Doca usou o fato de Ângela ser sua amante, condição que contrariava os padrões impostos às mulheres de “boa índole” no período, para construir sua defesa. A sustentação da defesa do assassino era a de que ele agiu em “legítima defesa da honra”. Ângela foi descrita pela defesa de Doca como “promíscua”, “bissexual”, uma “Vênus lasciva”, acusada de ter vários amantes. A imprensa a retratou como uma mulher provocativa e não afeita a relações duradouras, “Pantera de Minas”, de comportamento que “inquietava mulheres bem casadas”. Doca foi absolvido no primeiro julgamento e declarou posteriormente: “Matei por amor”, causando grande indignação das feministas que lançaram o *slogan* “Quem ama não mata”. A promotoria pediu revisão do caso e Doca foi condenado a 15 anos de reclusão, cumprindo apenas 3, por conseguir a liberdade condicional (LAGE E NADER, 2013, p.297).

A legítima defesa da honra no Código Civil tem sua historicidade baseada nos “bons costumes”:

O Código Civil de 1916 e o Código Penal 1940 puniam severamente os “crimes contra os costumes”, que entre outros bens jurídicos incluía a virgindade. A perda da virgindade era considerada pelo aparato jurídico como um crime contra a família, a “honra” dos homens da família. Essa legislação fundamentava-se na ideia de uma “crise moral” e na concepção de que a “mulher moderna” representava um perigo para a “moral e os bons costumes” de um tipo de mulher idealizada. (BENEDICTO, 2018, p. 191)

O adultério foi considerado crime no Brasil, desde as Ordenações Filipinas (base jurídica do Brasil até o Código Civil de 1916), chegando a ser considerado uma contravenção à moral e aos bons costumes no âmbito da família. No Brasil Império, apenas as mulheres eram consideradas adúlteras. O crime de adultério só foi retirado do Código Civil em 2005²⁹. Doca era adúltero e assassino, mas quem foi penalizada socialmente foi Ângela, devido aos ditames impostos às mulheres que a culpabilizaram. Segundo Edna Ferreira Benedicto: “O

²⁹ Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 .

adultério, apesar de ser classificado como crime, quando cometido pelo homem é visto como uma prática “natural”, mas sempre foi duramente combatido e penalizado quando praticado pela mulher” (BENEDITCTO,2018, p.176). Além disso, Doca não permaneceu preso, dando sentido à impunidade e reforçando os estereótipos atribuídos à Ângela. A imagem que se figurou na época reforçava a ideia de crime passional.

A ideologia patriarcal reflete diretamente nas leis e contribui para banalizar, justificar ou criar verdades sobre as formas de violência de gênero, que geram um sentimento de tolerância ou fragilidade das mesmas diante do fenômeno, dificultando ou impedindo a punição desses atos mesmo que já constem no código penal. As legislações se modificam, mas a transformação cultural do que é posto ao gênero só se dá a partir de um árduo trabalho de conscientização acerca das relações de poder incutidas no gênero. Nesse sentido, havia (e ainda há) muito trabalho a ser feito pelas feministas, desde a conquista de políticas à conscientização social.

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) já eram realidade desde 1985, em São Paulo- SP e em 1986 em Campo Grande-MS, todavia, as políticas não são feitas num único momento, sendo constantemente reavaliadas e implementadas conforme a demanda dos movimentos e dos debates feministas. Os movimentos de mulheres e feministas já reivindicavam por políticas públicas, mas elas ocorreram a priori como políticas de segurança como as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), como a própria atribuição “Defesa” usada na nomenclatura sugere.

A primeira delegacia especializada no atendimento à mulher foi implantada em São Paulo em 6 de agosto de 1985 por meio do Decreto 23.76927³⁰ a partir da determinação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de “promover em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos”³¹ .

Vinculado ao Ministério da Justiça, o Conselho seguia a vertente de uma política com vistas à segurança pública, incentivando a denúncia e a criminalização dos agressores (BUGNI, 2016, p.71), mas os movimentos feministas insistiam em casas de abrigo e proteção às mulheres vítimas de violência através da criação de Casas-Abrigo. A reivindicação dos movimentos era de que o atendimento fosse sensível às questões de gênero

³⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo; Seção 1, de 7 de agosto de 1985. Disponível em <http://imprensaoficial.com.br> Acesso em 23/01/2018

³¹ Lei 7.353/85. Art 1º

na delegacia e a proteção das vítimas que corriam risco de morte através de espaços de abrigo (FARAH, 2004, p.138).

O Jornal Correio do Estado noticiou a abertura da DDM de Campo Grande-MS:

10 - CORREIO DO ESTADO

Mulher terá unidade de defesa em Campo Grande

Com a presença da delegada Rosmary Correa, da Delegacia Especializada da Mulher, de São Paulo, será inaugurada amanhã às nove horas em Campo Grande, a Unidade Policial de Atendimento à Mulher, na Delegacia Central de Polícia, Rua 7 de Setembro, esquina com Rua 14 de Julho. Zenóbia Pedrosa dos Santos, será a titular da Unidade, escolhida pelo Diretor do Departamento de Polícia da Capital (DPC), Geraldo Eriberto de Moraes. A delegada trabalha na Secretaria de Segurança Pública do Estado desde 1975, sendo que cursou a Academia Estadual de Segurança Pública (AESP), e trabalhou na Delegacia Central de Polícia e Diretoria Geral, como assessora de gabinete.

Depois de seis meses do anúncio da criação de um órgão de defesa da mulher, finalmente, a Diretoria Geral de Polícia Civil (DGPC), concretizou-o, implantando a Unidade Policial, na Central de Polícia, e montando uma equipe com sete mulheres (que desde dirigir camburão) terão inúmeras outras tarefas a desenvolver frente ao órgão.

Segundo informou ontem a delegada Zenóbia, a equipe será formada com a seguinte estrutura. Delegada: Zenóbia Pedrosa dos Santos; inspetora, Maria Ferreira Zampiere e Ruth Vieira Botelho; agentes, Idegran Nunes dos Santos e Sonia Maria Azambuja. A Unidade ainda contará



Zenóbia Pedrosa dos Santos

com o trabalho da psicóloga Magali Coelho Caldas e da Assistente Social, Nélida Maria Cuttier.

CRIAÇÃO

A Unidade Policial de Atendimento da Mulher, foi criada através da portaria 011/86, do diretor do DPC, ficando encarregada de investigar e apurar os delitos contra as pessoas do sexo feminino, em Campo Grande. De acordo com a titular da Unidade, os crimes de lesões corporais, atentado violento ao pudor e posse sexual mediante a fraude serão os principais a serem investigados.

Outra informação de Zenóbia, é com respeito a obrigatoriedade de todos os delegados titulares de Distritos Policiais de comunicarem à Unidade, os crimes contra pessoas do sexo feminino, já que os inquéritos serão instaurados no órgão. Além do intuito de apurar e investigar os crimes contra as mulheres, a delegada e toda a equipe da Unidade, que será inaugurada amanhã, terão que servir como conselheiras das vítimas.

O telefone "382-5866" ficará à disposição das mulheres de

Campo Grande, para denunciar qualquer tipo de agressão. Segundo estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado, os bairros Jardim Paulista e Guandary, são onde ocorrem os maiores números de violências contra as mulheres na Capital. A delegada Zenóbia Pedrosa, disse que, por causa do baixo poder aquisitivo dos casais e, consequente número de casos de alcoolismo e viciados em tóxicos, o índice é explicável.

ESTEVE EM SÃO PAULO

Recentemente a delegada que assumirá o setor de Defesa da Mulher em Campo Grande esteve visitando São Paulo e, conheceu de perto a Delegacia Especializada da Mulher, que tem como titular a delegada Rosmary. Somente neste ano, houve em São Paulo cerca de 50 mil queixas de violências contra a mulher, uma marca assustadora, segundo as autoridades do assunto.

Hoje, possivelmente ao mesmo dia, a delegada Rosmary chegará a Campo Grande, para participar amanhã da inauguração da Unidade de Defesa da Mulher. No ano passado, pesquisas em Campo Grande comprovaram que a cidade ainda não comporta uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, conforme argumentaram fontes da Secretaria de Segurança do Estado.

Fonte: Jornal Correio do Estado- 24 de abril de 1986³²

Notamos que o jornal, ao aludir às mulheres que seriam responsáveis pelo atendimento (delegadas e policiais) refere-se a elas com os dizeres: "equipe com sete mulheres (que desde dirigir camburão) vão ter inúmeras outras tarefas". O discurso aponta que para se estar no comando de uma delegacia era preciso ter uma postura tipicamente masculina, pois pela primeira vez as mulheres assumiam o comando de uma delegacia voltada a atender mulheres. Além de ser incomum as mulheres assumirem posições de liderança, uma vez que eram

³² Acervo digitalizado do jornal Correio do Estado. Pesquisa: 28 de março de 2017.

destituídas de posições de poder. Segundo o jornal, suas posturas eram masculinizadas, já que dirigir camburão era tarefa mais comum a policiais do sexo masculino.

Portanto, a matéria atribui papéis baseados na diferença sexual, masculinizando as mulheres em posição de liderança na delegacia e considerando que a equipe da DDM serviria de “conselheira” das vítimas, mostrando um discurso que se propaga no senso comum até hoje, baseado na diferença sexual que naturaliza a concepção de que as mulheres são naturalmente boas ouvintes e maternais e que posições de poder são destinadas aos homens.

A pauta de ter uma escuta que entendesse as questões de gênero restringia-se a ter uma mulher à frente da delegacia, enquanto não se atingia a política feminista que se pretendia como qualificada. Em 1999 Saffiotti discorre sobre essa problemática no artigo “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”:

A ideia de criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher apresenta, inegavelmente, originalidade e intenção de propiciar às vítimas de violência de gênero em geral e, em especial, da modalidade sob enfoque, um tratamento diferenciado, exigindo, por esta razão, que as policiais conheçam a área das relações de gênero. Sem isto, é impossível compreender a ambigüidade feminina. Todavia, os poderes públicos não implementaram a idéia original. Em São Paulo, só em 1998 (a primeira DDM foi criada em 1985), houve um curso sobre violência de gênero, com duração de 40 horas, ministrado às 126 delegadas de DDMs do Estado. Embora haja demanda por mais cursos, o segundo ainda não se realizou. Não se trata de afirmar que as delegadas são incompetentes. Como policiais, devem ser todas muito capazes. O problema reside no conhecimento das relações de gênero, que não é detido por nenhuma categoria ocupacional. Profissionais da saúde, da educação, da magistratura, do ministério público, etc. necessitam igualmente, e com urgência, desta qualificação.

Ademais, há que se formularem diretrizes a serem seguidas por todas as DDMs, a fim de se assegurar um tratamento de boa qualidade e homogêneo a todas as vítimas de violência que buscam este serviço. Talvez a primeira escuta não deva ser realizada na DDM e por policiais. Uma assistente social ou uma psicóloga poderia, em local separado, mas próximo da DDM, fazer a triagem dos casos e dar a suas protagonistas o encaminhamento correto: serviço jurídico, de apoio psicológico, polícia, etc. Por enquanto, a orientação das DDMs depende das boas ou más intuições de suas delegadas, estando muito longe de ser uniforme. (SAFFIOTTI, 1999, p. 89)

Os movimentos de mulheres e feministas de todo Brasil desse período lutavam pelo caráter emergencial de proteger as mulheres em situação de violência e a punição dos agressores através das DDM's e Casas-abrigo para que a violência não se revertesse na morte de mulheres. Tinham também a noção de que deveriam ampliar as políticas para que ocorresse uma conscientização das mulheres acerca da violência.

A partir da publicização do assassinato de Ângela Diniz na mídia, várias mobilizações foram feitas pelos movimentos de mulheres e feministas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizaram reuniões para leituras e discussões acerca do que estava posto à condição feminina. Nesses momentos compartilhavam suas experiências, o que as levou a organizarem-se em torno do slogan *O pessoal é político*, que indicava que as relações entre homens e mulheres eram estruturadas desigualmente e que a transformação dessas relações só se daria para além do mundo doméstico e a partir de ações com força política (LAGE E NADER, 2013, p. 298).

Por político entendemos que se refere ao poder, assim:

A política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos (...) Entretanto, se o político é aquilo que tem relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente, não há setor ou atividade que, em algum momento da história não tenha tido uma relação com o político (...) ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. (RÉMOND, 1996, p.444)

A demanda da violência de gênero tomou viés político quando as ações dos movimentos de mulheres e feministas foram direcionadas para ouvir as mulheres e mapear casos de violência. As experiências pessoais dessas mulheres tornam-se campo de luta por direitos, ao passo que se dava voz às próprias mulheres e dali partiam campanhas e mobilizações para a conscientização das mesmas.

Os movimentos populares de mulheres foram de suma importância nessas campanhas. Através de questionários e das reuniões nos bairros, o MPM de MS elaborava estatísticas, mapeava a violência doméstica, canalizava campanhas e exigia direitos (SANTOS, 2009).

O MPM já inicia suas atividades em torno da temática da violência de gênero, motivado pela publicização de casos como o de Angela Diniz. Em 1992, o referido movimento promoveu o 8º Encontro do Movimento Popular de Mulheres para debater essa realidade. Iniciou a campanha intitulada *Violência! É Preciso dar um basta!*, que se estendeu até 1995. Consistia em entrega de panfletos e questionários para mapear a violência doméstica nos bairros e aconteceu em vários municípios do estado³³. O panfleto trazia os dizeres:

³³ Conforme ata de fundação do MPM, registrado em cartório como Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul, havia 18 lideranças nas seguintes cidades e suas imediações: a) Região de Campo Grande; b) Região de Dourados; c) Região de Três Lagoas; d) Região de Coxim; e) Região de Corumbá; f) Região de Jardim. Extraído de SANTOS, 2009, p.73.

Violência! É Preciso dar um basta.
 A violência contra a mulher tem crescido assustadoramente.
 Ameaças, espancamentos, estupros são manifestações de força que permeiam
 o cotidiano das mulheres. É preciso dar um basta!
 É preciso que a sociedade e autoridades nos engajemos nesta luta.
 Medidas importantes devem ser tomadas na defesa dos Direitos da Mulher e da sua Cidadania:
 Implantação do Programa Integral à Saúde da Mulher; Descriminalização do Aborto;
 Proibição da exigência de atestado de esterilização, de teste de gravidez e de anti-HIV
 como condição para admissão e/ou permanência no emprego; Criação de
 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher vítima de violência³⁴;
 Criação e manutenção de abrigo para mulheres vítimas de violência
 doméstica; Execução de programas que visem coibir a violência e a
 discriminação sexual, racial ou social contra a mulher.

Fonte: Panfleto MPM, 1993

Como podemos perceber, os casos que se tornaram públicos mesmo que retratassem a violência doméstica que abatia mulheres de classe média alta conseguiu mobilizar os movimentos populares, permitindo que adotassem a questão da violência contra a mulher como prioridade em suas lutas. Uma das reivindicações do MPM eram as delegacias especiais de atendimento à mulher, o que demonstra que elas percebiam que a delegacia como política de segurança não estava a contento dos movimentos de mulheres e feministas. O mapeamento da violência feito pelo MPM é descrito por uma das integrantes, Bárbara Jandaia Nicodemos:

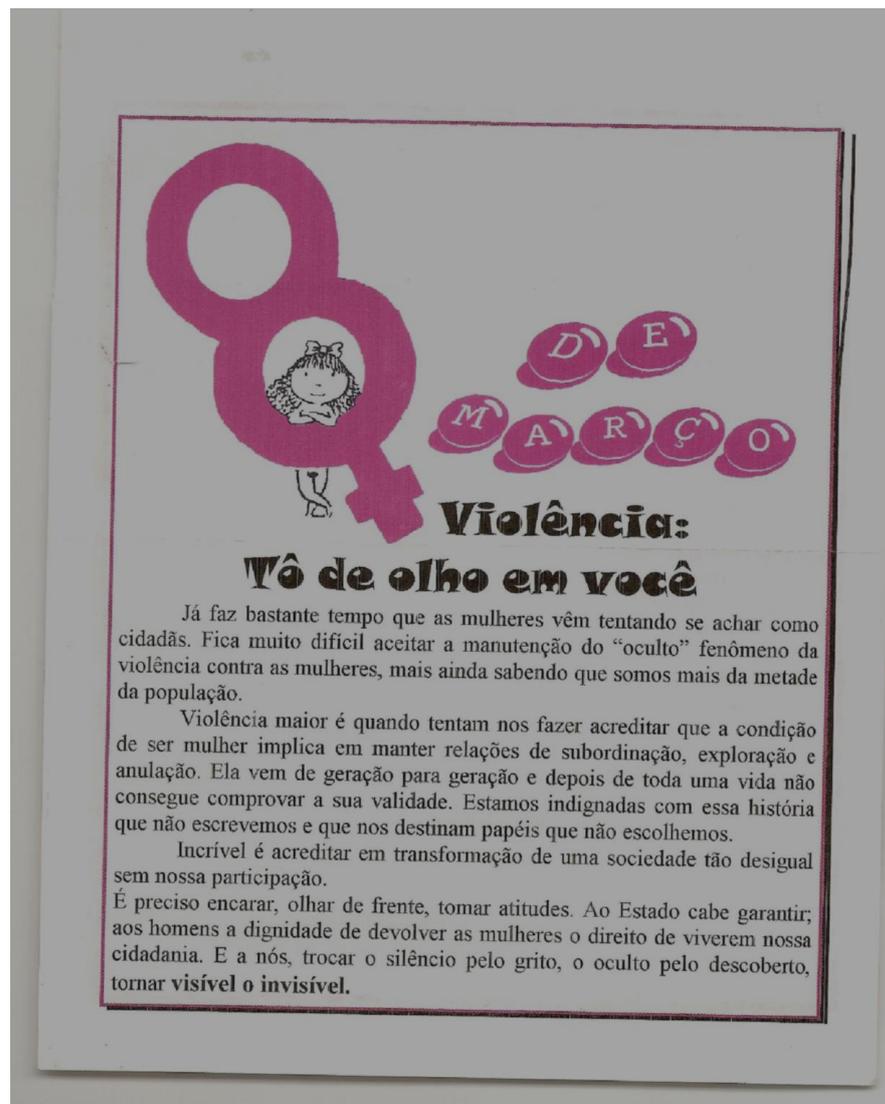
[...] e foi legal que num dos encontros foi dito 'então vamo fazer a pesquisa', pesquisa informal mesmo, sem nenhum cunho científico (...) as mulheres iam pro posto de saúde conversavam com as mulheres, conversavam com os médicos [...] essa coisa ficou muito mais visível (...) porque as mulheres quando começaram a ir pros bairros, no sentido da pesquisa, de conversar mais com as mulheres, elas descobriram um universo que a gente sabia que tinha (...) algumas lideranças já percebiam isso, mas não se tinha como abordar, e elas, as mulheres quando foram pro bairro, pro posto de saúde foram discutir isso com as mulheres ali que estavam na fila do posto ou sofrendo algum tipo de violência e a falar [...] (Entrevista: Bárbara Jandaia Nicodemos, 2007- Apud SANTOS, 2009, p. 42).

A experiência das mulheres dos movimentos sociais populares da década de 1970, da abordagem pessoal com as pessoas nos bairros, foi impressa quando estas se tornaram movimentos voltados às questões específicas das mulheres nas duas décadas posteriores e lhes

³⁴ Texto de panfleto extraído de SANTOS (2009, p.87). A autora não disponibilizou o panfleto original em sua dissertação.

permitiu mapear uma realidade: a de que as mulheres só denunciavam a violência mediante uma escuta que tivesse um certo entendimento acerca das questões de gênero para que não se sentissem julgadas e assim, fossem, de certa forma, acolhidas pelas outras mulheres. Além disso, propunham o debate acerca da criação de programas que coibissem a violência, percebendo que uma política mais ampla e apoiada pelos governos era necessária para erradicar a violência que se abatia sobre elas.

O MPM valeu-se ativamente de campanhas de conscientização através de panfletagem e questionários para compreender o contexto da violência de gênero, recursos bastante utilizados pelo movimento.



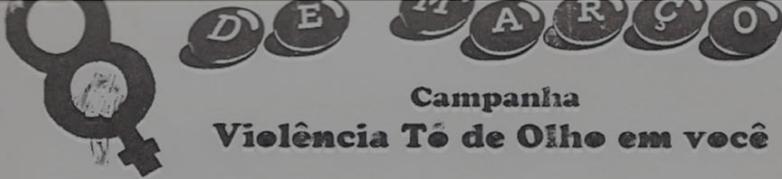
Fonte: Panfleto da campanha do MPM: *Violência, tô de olho em você*- Março de 1996

Através desses meios elas conseguiam o que Foucault (1995) apontou como uma ligação do sujeito com a verdade, proferindo um discurso panfletário de conscientização das mulheres sobre a violência, puderam marcar um discurso formador de uma nova identidade para essas mulheres, em contraposição ao que era veiculado pelos jornais e no senso comum.

Esses materiais ampliavam as questões para além da violência e apontavam caminhos para a visibilidade das mulheres como cidadãs.

O trabalho dos movimentos de mulheres e feministas era incessante, a fim de modificar os discursos predominantes. Os questionários produzidos pelo MPM formulavam questões para mapear o problema da violência de gênero e também induzia-as a pensar novas possibilidades, como a de ampliação e melhorias das DDM no estado.

Um deles foi utilizado na já citada campanha no município de Dourados-MS e trazia as seguintes questões:



Campanha
Violência Tô de Olho em você

01. Existe delegacia especializada de mulheres em seu município?
nao pa que qualquer uma delegacia e' assim todas tem o mesmo problemas.

02. Se tem qual o atendimento? Por que?
 Bom Regular Muito ruim
Porque as mulheres soe la' toda machucada e elas nem ligam e nao' atender o. Hora que quer, porisso eu falo que e' um pessimo atendimento!

03. O que pode ser feito para melhora?
Eu acho que e' que comanda este municipio, ele tem que dar uma dica nos funcionarios e assim, ele que nao' foga e' mandasse pra rua.

04. Se não tem como e o atendimento nas delegacia?
nao consigo explicar.

05. Você acredita na importância de Delegacia de mulheres? Por que?
nao porque nenhuma coisa todas sao iguais de nao' for as mulheres se desforarem nao e' ninguém mais não acudiria!

06. Você conhece muitas mulheres vítimas de violências?
Eu conheço ate 3+ tres.

07. Elas denunciam? Por que?
 Sim Não
Porque tem medo de precisar deixar a punia e muito por causa de seus filhos.

08. As que denunciam, qual a solução apresentada?
isto ai eu nao sei informar.

09. Os agressores são punidos? De que forma?
muitos nao porque foi a mulher que errou.

10. Qual o meio mais pratico para acabar com a violência contra a mulher em seu município?
Bem e' o homem tomar vergonha na cara e respeitar a mulher que esta ali' da lado dele, pa' que homem que bate em mulher e' covarde, bom... se não' sou covarde, mais quando eu cavar aquele que rebat a mão em mim, de arrependido da dia que...

Movimento Popular de Mulheres - MS

Fonte: Questionário MPM, campanha *Violência, tô de olho em você* - março de 1996

Percebemos por essa representação a descrença das mulheres com relação ao serviço público oferecido às mulheres vítimas de violência doméstica. No município de Dourados-MS não havia DDM e tal pesquisa foi feita para que as mulheres do movimento pudessem reivindicar a instalação da delegacia no município. O questionário foi feito em todas as cidades de MS que tinham representantes do MPM, inclusive na capital, que já contava com a única DDM do estado.

Ao questionar sobre os serviços oferecidos, as militantes buscavam além de pensar na instalação das delegacias onde ainda não existiam, em ampliar e melhorar os serviços em Campo Grande. Percebemos que a mulher que respondeu também traz uma bagagem patriarcal, ao culpabilizar as vítimas de violência e desconhecer a problemática da violência, ao se referir ao fenômeno da violência de gênero como exclusividade de relações conjugais.

Sob tal tessitura, não bastava a política das DDM, havia que se pensar em políticas que modificassem as questões postas ao gênero, servindo como prática pedagógica. Ao entender como essas verdades sobre o gênero foram constituídas, como são valorizadas e distribuídas socialmente, há a possibilidade de desfazê-las (FOUCAULT, 1996).

Sobre a campanha, Santos discorre que:

De posse desses dados, o Movimento Popular de Mulheres, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Grupo de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e outros parceiros, como entidades de direitos humanos e parlamentares, iniciaram uma série de discussões locais e, posteriormente no âmbito estadual, para a proposição da criação de serviços como centros de atendimento, casa-abrigo e delegacias especializadas para o atendimento às mulheres em situação de violência no Estado de Mato Grosso do Sul. (SANTOS, 2009, p.88)

Campanhas como essa eram feitas em todo o Brasil a partir do lançamento da campanha nacional *Quem ama não mata*. As mulheres lutaram em várias frentes: mapeando a violência nos bairros, fazendo discussões sobre gênero nos grupos e permitindo que denúncias surgissem nessas oportunidades (disponibilizando também telefones como disk-denúncia).

Seus direitos de cidadãs como previa a constituição só seriam reconhecidos a partir da pressão incessante aos governos, pois a lei por si só não permitia que séculos de exclusão fosse modificada culturalmente. Para isso, buscaram apoio de órgãos jurídicos (como a Ordem dos Advogados do Brasil) e apresentaram suas demandas a parlamentares. Um longo caminho e árduo trabalho teve que ser feito para que o pessoal de fato se tornasse político.

Em 1999, modifica-se o cenário político no Mato Grosso do Sul. Pela primeira vez na história política do Estado³⁵, o Partido dos Trabalhadores (PT), através de José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, assumiu o governo e foi convocado pelo MPM a firmar um compromisso em implantar políticas públicas para as mulheres, com base nas experiências de outras administrações municipais do mesmo partido. A partir disto centros de atendimento,

³⁵ Até a eleição de Zeca o estado foi governado por uma elite militar e latifundiária. Sobre isso, ler: BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1987). Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1997.

Centros de referência e Casas-Abrigo foram criados para atender mulheres vítima de violência. (SANTOS, 2009, p. 89). Essas demandas já estavam sendo atendidas em outros estados. Em São Paulo foi criado o Centro de referência Eliane de Grammont.

Em 1996 foi lançado no dia 8 de março o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, pelo Conselho Nacional da Mulher (CNDM), posteriormente denominado Programa Nacional de Combate à Violência Contra A Mulher. O Programa nasce num contexto marcado pelas dificuldades políticas e financeiras do CNDM que não encontrava respaldo do governo federal, que ao passo que se dizia comprometido com as Convenções Internacionais no tocante aos Direitos Humanos na promoção da igualdade, não deliberava o que se precisava para o comprometimento frente ao proposto na Conferência Mundial de Viena (1993) e na Conferência de Beijing (1995) no tocante à promoção da igualdade de gênero e das políticas para mulheres.

O governo Fernando Henrique Cardoso revigorou medidas neoliberais, que visava o ajuste econômico com vistas à globalização, reformando o aparelho estatal para um novo padrão de controle e regulação econômica e social.

O Programa Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher foi integrado ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH³⁶) e em 1997, ao Documento de Estratégias de Igualdade, do CNDM. Consta no Documento que a violência contra a mulher é um problema social que nega direitos de cidadania às mulheres e que, portanto, é papel do Estado intervir sob a ótica de gênero e seu dever constitucional de criar mecanismos que coíbam a violência, sobretudo as violências doméstica e sexual. No entanto, o CNDM não definiu estratégias de enfrentamento inserido no projeto de reforma do Estado, com vistas a políticas públicas com viés de gênero (ROCHA, 2005).

A pressão feminista delineia as políticas públicas, uma vez que faz parte do processo de formação de agenda das políticas, sugerida devido a um problema de forte apelo social, como é a violência de gênero.

Através da pressão dos atores e do interesse dos governos a política pública surge como alternativa que media o problema da melhor forma possível, sendo constantemente reavaliada e corrigida (RUA, 2012). Isso implica dizer que não são exclusividade do governo, embora estes tenham interesse em atender a demanda por uma questão de manter a sociedade

³⁶ Lançado em 1996, o PNDH foi um programa do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, que visava à proteção do direito à vida, à integridade física, à liberdade e à igualdade perante lei, assim como se propunha a fortalecer “a atuação das organizações da sociedade civil, para a criação e consolidação de uma cultura de direitos humanos” no país (PNDH, 1996). No capítulo referente à mulher, definiu metas de curto e médio prazo e quanto aos atos normativos internacionais, destacando-se entre estas: o apoio ao Programa Nacional de Combate à Violência Contra A Mulher.

sob controle através da mediação dos problemas sociais, conforme aponta Foucault acerca da governamentalidade (FOUCAULT, 1979). As políticas públicas possibilitam novos saberes acerca da temática violência de gênero. Um exemplo disto foi a realização da primeira especialização lato sensu em Gênero e Políticas Públicas do Brasil, na capital Campo Grande, em 2007, organizado por mulheres que pertenceram ao MPM na década anterior, como Bárbara Jandaia Nicodemos e Jacy Corrêa Curado.

Na década de 1980 o Estado brasileiro já havia se comprometido com a ONU a cumprir medidas de erradicação da violência contra a mulher. A Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)³⁷. A Convenção é o principal instrumento internacional na luta pela igualdade de gênero e para o fim da discriminação, seja ela perpetrada por Estados, indivíduos, empresas ou organizações. O Brasil ratificou seu compromisso com a CEDAW em 1984. Mas o combate à violência de gênero só foi garantido como política de governo através da criação da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) em 2003, que permitiu que políticas públicas para mulheres pudessem acontecer em âmbito nacional e transversal, dentre elas a criação do Programa “Mulher viver sem violência”, que originou a CMB.

A partir da criação da SPM/PR, políticas públicas foram sendo delineadas a partir do diálogo constante com movimentos de mulheres e feministas. Conferências nacionais³⁸ e estaduais foram feitas para estabelecer diretrizes e reavaliar as políticas públicas para mulheres no país.

A Iª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM) ocorreu em 2004 em Brasília-DF, entre os dias 15 a 17 de julho. Presidida pela então secretária da SPM/PR Nilcéia Freire³⁹, contou com a participação de mais de 120 mil mulheres de todo país. No documento

³⁷ Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/o%20que%20e%20CEDAW.pdf>. Acesso em 17/02/2017

³⁸ Ao todo foram 4 Conferências Nacionais nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016

³⁹ Nilceia Freire graduou-se em medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde tornou-se professora e, em 1999, reitora. Como reitora da UERJ implantou o sistema de cotas que reserva vagas para alunos e alunas negros e negras de baixa renda.

Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1995, em 27 de janeiro de 2004 foi empossada Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) do Governo Lula. Em julho de 2004 realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A partir desta Conferência, publicou, no final de 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Sob sua condução, foram implementadas as mais relevantes políticas públicas voltadas às mulheres da história do país. A lei Maria da Penha, seguida da formulação e execução do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e programas como Gênero e Diversidade na Escola e Pró-Equidade de Gênero. Nilcéia conduziu, ao longo dos sete anos em que esteve à frente da SPM/PR, uma forte articulação internacional sobre o tema. Temas como garantia de direitos às trabalhadoras domésticas, políticas específicas para as trabalhadoras do campo e para as mulheres negras, promoção da memória da mulher brasileira e articulação em torno da garantia de direitos sexuais e reprodutivos.

apresentado aos Grupos de Trabalho para a I CNPM, consta entre os princípios: laicidade do estado, universalidade das políticas em todas as esferas governamentais e participação dos movimentos de mulheres e feministas. Sobre este, discorrem os princípios 19 e 20:

19. PARTICIPAÇÃO. A Política Nacional para Mulheres, e quaisquer projetos, programas e planos governamentais dela decorrente, deve ter presente à necessidade de debater com o segmento interessado que busca beneficiar, o que implica estabelecer um diálogo com os movimentos de mulheres, respeitando sua diversidade e ampliando a cidadania.
20. A discussão das políticas públicas junto ao segmento interessado só será instrumento de mudança se vier acompanhada de poder de decisão sobre elas.

Fonte: Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Documento para os Grupos de Trabalho, p.13

A proposta dos movimentos era de que fosse elaborada uma política nacional e para isso, haveria de ter além da participação dos movimentos, poder de decisão sobre as políticas públicas. Portanto analisamos que a partir da SPM/PR os movimentos de mulheres e feministas asseguraram sua participação efetiva na elaboração e implementação das políticas públicas, podendo deliberar reivindicações que fossem de seu interesse, respeitando a multiplicidade dos movimentos de mulheres e feministas que ao longo de décadas construíram suas pautas.

A partir das discussões e determinações da Conferência foi elaborado, em 2005, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. O objetivo era universalizar uma Política Nacional para Mulheres, de forma que norteasse todas as políticas públicas para mulheres do país.

Um dos pontos centrais proposto na I CNPM foi o da transversalidade em gênero. Entendemos por transversalidade em gênero nas políticas públicas a elaboração de uma matriz que oriente políticas, instituições e a administração e que implique a responsabilidade dos agentes públicos para superar a assimetria de gênero nas diferentes esferas de governo para assegurar uma forma de governar mais democrática ao incluir as mulheres (BANDEIRA, 2005, p.5).

Em 1995 a 4ª Conferência Mundial das Mulheres em Beijing propunha aos governos políticas transversais em gênero a serem incorporadas em todas as esferas governamentais, a

serem assimiladas em todas as políticas públicas considerando as especificidades das mulheres e dos homens.

Para Jaci Curado, a principal experiência de transversalidade em gênero nas políticas públicas aconteceu com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003, da presidência da República (SPM/PR). O caráter de “secretaria” deu ao órgão maior autonomia, sobretudo recursos próprios para que pudessem desenvolver políticas públicas. O que não ocorre se a pasta se designar Ministério da Mulher, pois essa configuração, como o próprio nome sugere não se destina a atender a demanda dos movimentos de mulheres e feministas de inserir o viés de gênero em todas as esferas governamentais, o que implica na normatização do sujeito mulher, desconsiderando a multiplicidade do mesmo (CURADO, 2017, p.99).

A referida autora pontua que o caráter de secretaria significa:

Não criar novos programas, megaprojetos, e reinventar um mundo exclusivo para as mulheres, mas, sim, atuar nas políticas, programas, projetos que estão em andamento e os que estão sendo implantados pelo governo, ou seja, “colocar uma lente” que possibilite aos gestores públicos um olhar de gênero ativo sobre toda e qualquer ação, relação, análise, orçamento, que constituem a sua prática cotidiana. (CURADO, 2002, p.29)

A atual crítica epistemológica se refere a desconstrução da identidade primária da diferença sexual, visando desconstruir o binarismo e contribuindo para a diversidade e para a redefinição do sujeito do feminismo de forma que a ação política se volte para a multiplicidade do sujeito integrante das políticas públicas para mulheres.

No entanto, as políticas são reavaliadas e implementadas com frequência, não se tratando de um processo linear no que se refere à constituição da mesma. Segundo Bandeira:

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito. A partir do momento em que os/as agentes públicos não têm clareza em relação a tais pressupostos, volta-se a tratar, por exemplo, a violência e as condições de saúde centradas na mulher, exclusivamente, e não na natureza das relações e nos padrões de comportamento entre os sexos, o que acaba reduzindo as possibilidades de sua resolução.

As políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham perspectivas restrita, pontual e de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino. Em longo prazo, as políticas para as mulheres devem se transformar em política de gênero. A

consolidação de uma perspectiva relacional e crítica pode vir a fundamentar a formulação de políticas públicas de gênero (BANDEIRA, 2005, p.9)

A criação da SPM/PR possibilitou a inserção do gênero nas políticas públicas com viés transversal, com vistas a um longo trabalho a ser feito para que décadas de naturalização de discursos acerca das relações de poder em sociedade fossem desconstruídos e ressignificados, levando em conta a complexidade desse fenômeno. Problematizar o sujeito “mulher” nas políticas públicas dá indicações de quais caminhos devemos tomar para atravessarmos a seara do binarismo e abarcar a multiplicidade de mulheres nas políticas públicas.

A I CNPM traz o termo “violência contra a mulher” em razão do gênero. Em se tratando de “violência contra a mulher”, as diretrizes da Conferência apontam “especial atenção à violência doméstica e sexual” (BRASIL, 2004, p.22). O Plano Nacional de Política para Mulheres (2006) também usa o termo violência *contra* a mulher e se refere à relação de “homens e mulheres”. A própria Lei Maria da Penha (11340/06) ainda há de ser revista em se tratando do termo, para que se configurem as políticas públicas para mulheres que considere sujeitos inter e intra-gêneros, conforme os estudos feministas mais recentes propõem. Tal trabalho é feito a longo prazo, mas para isso é preciso um órgão governamental que se atente para essas questões, como “Secretarias”, com autonomia suficiente e que atenda às demandas feministas e dos movimentos de mulheres para sua implementação.

2.3 SE A DA PENHA É BRAVA, IMAGINE A DA VILA MATILDE...E A DO MUNDO-ALDEIA: A LEI MARIA DA PENHA (Lei 11340/06) SOB DEBATE INTERSECCSIONAL

Uma das reivindicações propostas na I CNPM, de 2004, era:

A qualificação da atuação do judiciário no enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (tráfico e exploração sexual, violência doméstica e sexual) e a criação de juizados especiais criminais específicos ou outros mecanismos específicos para o enfrentamento das questões relacionadas à violência contra as mulheres se apresentaram com a força que

o tema exige. Vale destacar o grande número de sugestões no sentido da elaboração de novas leis ou reformulação e divulgação de legislações já existentes, com o objetivo de tornar as políticas de enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres mais efetivas. (1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres- Diretrizes para Grupos de Trabalho, p.41)

A qualificação do Judiciário e a elaboração de leis mais eficientes no enfrentamento à violência doméstica e sexual era prioridade nesse momento, principalmente porque o Brasil já havia se comprometido com entidades internacionais no cumprimento de tratar a violência de forma eficaz desde que firmou seu comprometimento com a A Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW⁴⁰), em 1984.

Em seu artigo 1º, a Convenção define “discriminação contra a mulher” como sendo:

(...) toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (CEDAW, 1979, ART. 1º)

Os Estados que assinavam esse acordo se comprometiam a enviar relatórios periodicamente dando satisfação sobre as medidas adotadas para a eliminação da discriminação contra a mulher. No entanto, o Brasil só enviou o primeiro relatório, referente aos anos anteriores em atraso, em 2002, após ser pressionado pela CEDAW. E isso se deu através da luta de uma mulher: Maria da Penha Fernandes.

A farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de tentativa de feminicídio em vinte e nove de maio de 1983, por meio de um tiro desferido pelo seu então companheiro Marco Antônio Viveiros, enquanto dormia. Em razão disso, Maria da Penha ficou paraplégica irreversivelmente. A versão dada por Marco Antônio foi que ladrões haviam invadido a casa e dispararam o tiro contra Maria da Penha. No entanto, após sair do hospital, quando se recuperava do trauma em casa, ela foi novamente agredida com choque elétrico enquanto tomava banho e também submetida à cárcere privado. O crime havia sido premeditado, pois Maria da Penha se deu conta de que ele a alguns dias só usava o banheiro das filhas e a obrigou a assinar um seguro de vida em seu favor. Em 1984, Maria da Penha iniciou uma luta judicial contra Marco. Após sete anos ele foi a julgamento e condenado a quinze anos de

⁴⁰ A CEDAW foi adotada pela Assembleia Geral em 18 de dezembro de 1979, e entrou em vigor em 3 de setembro de 1981.

prisão. Com a apelação da defesa a sentença foi anulada em 1992 e em 1996, foi a novo julgamento, onde ele foi condenado a dez anos de reclusão, mas saiu do tribunal em liberdade devido a recursos impetrados por seus advogados. (OLIVEIRA, 2011, p.34)

Em 1994, Maria da Penha escreveu o livro “Sobrevivi, posso contar”, que deu projeção a seu caso. Segundo o que a própria Maria da Penha relatou em palestra⁴¹, foi através do livro que mulheres de movimentos feministas tomaram conhecimento do seu caso. Após quinze anos do ocorrido, o agressor de Maria da Penha ainda continuava em liberdade. Período no qual o Centro para a Justiça e Direito Internacional (CEJIL) tomou conhecimento do caso e junto com a vítima, e também com o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), foram junto a Organização dos Estados Americanos (OEA) pedir punição para o agressor. A partir disso, o caso de Maria da Penha teve repercussão internacional.

Mais que isso, a luta pessoal de Maria da Penha expôs a falta de comprometimento do Estado brasileiro para com os Direitos Humanos, que desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção Belém do Pará- 1994⁴²) se comprometia a eliminar as desigualdades entre os sexos. Internamente, a Constituição de 1988 também aferia esses direitos. Segundo consta no Relatório da Comissão Intramericana de Direitos Humanos (CIDH), de 2001, o caso Maria da Penha evidenciou que não se tratava de um caso isolado e que o país não se comprometera com a punição aos agressores, proteção às mulheres para evitar esses crimes e medidas preventivas, conforme estabelecia a Convenção de Belém do Pará.

Até 13 de março de 2001, sob o prazo de um mês para a resposta ao Relatório da CIDH, o Estado brasileiro ainda não havia se retratado à referida Comissão. E poucos meses antes da prescrição da pena, em 2002, o agressor de Maria da Penha foi preso. Porém, cumpriu a pena de apenas dois anos sob regime fechado.

O Relatório da CIDH sobre o caso Maria da Penha expôs vários problemas acerca do tratamento dado à violência contra mulheres no Brasil, dentre eles a ineficácia das DEAM's pela falta de capacitação profissional, que muitas vezes culpabilizava as vítimas e da falta de

⁴¹ Palestra intitulada “*Lei Maria da Penha e os avanços para a sociedade*”, proferida por Maria da Penha em 17 de maio de 2018, com início às 19h no salão de eventos Diamond Hall de Campo Grande-MS. Fez parte da 1ª Conferência da Mulher Advogada, organizada pela Ordem dos Advogados (OAB) de Mato Grosso do Sul.

⁴² Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em 20/03/2018

políticas de prevenção que dessem tratamento pedagógico a fim de erradicar a violência de gênero.

A partir da criação da SPM/PR em 2003, e em 2004, com a realização da I CNPM e a elaboração coletiva do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), que se consolida do eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a previsão de ações na área para o período 2004-2007, dentre estas atender a reivindicação de uma legislação eficiente, que acontece em 2006 quando o governo brasileiro sanciona a Lei Maria da Penha (LMP) (lei nº 11340/06).

A partir do PNPM, definindo o enfrentamento à violência, até para a elaboração da lei, havia a necessidade de tipificar as formas de violência a fim de se estabelecer uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência⁴³, que deveria ser seguida em todas as esferas, das delegacias, às redes de saúde e pelo Judiciário.

Segundo Aparecida Gonçalves:

Quando a gente chega no governo em 2003 com o governo Lula é que nós vamos ver quais são as experiências existentes e como era que a gente podia pensar uma política nacional. Então na verdade que que nós tivemos que fazer primeiro? Definir a política Nacional, definir quais eram as diretrizes, quais eram as linhas, quais eram os conceitos porque tinham diversos conceitos diferenciados de violência contra a mulher né, dar uma hegemonia no discurso, dar uma hegemonia no conceito, pra que a gente pudesse ter uma hegemonia de gestão e de política pública efetivamente. Então foi mais ou menos isso que foi se construindo né. A partir daí a gente discutiu a questão de ter aí na política a gente pensou em quatro grandes eixos que era: prevenção, atendimento, o combate, a garantia de direitos. Na prevenção campanhas, palestras; no atendimento os serviços especializados e no combate uma legislação mais forte, foi aí que surge a Lei Maria da Penha e depois a Lei do Femicídio né, e na garantia de direitos a discussão de nenhuma perda de direitos efetivamente né, e a questão de você pensar na institucionalização das políticas como Lei e não simplesmente como política de governo né, então é... a partir daí que começa então ter ...é...um processo de discussão de caráter nacional político e dos serviços né (Entrevista 22 de maio de 2017)

⁴³ A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem seus fundamentos nos princípios e nas diretrizes consolidados nas duas conferências nacionais de políticas para mulheres, realizadas, respectivamente, em julho de 2004 e agosto de 2007, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Essas conferências resultaram na ratificação das diretrizes da Política Nacional para as Mulheres (PNM) e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Enquanto a primeira tem caráter mais permanente e define as linhas gerais, princípios e diretrizes sobre os quais os planos e ações devem ser construídos (igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social), o segundo reflete aspectos mais conjunturais, contendo eixos estratégicos, metas e prioridades que podem ser revistos periodicamente.

Segundo o relato de Aparecida, definir os tipos de violência antes mesmo da criação da lei já era uma forma de se institucionalizar a questão da violência de gênero para dar tratamento consonante com a gravidade do mesmo. Em 1999, Heleieth Saffioti fez a discussão acerca da violência de gênero doméstica e familiar, no artigo *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*, diante dos debates feministas sobre o assunto. Em 2005, a SPMP/PR elaborou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência (PNEV), que abarcou os conceitos importantes para dar a “hegemonia do discurso”, que guiasse a gestão das políticas públicas, conforme descreveu a secretária. A partir daí outras políticas correlatas surgiram, como o Ligue 180, uma rede telefônica nacional e gratuita que funcionava como canal de denúncia às mulheres vítimas de violência doméstica e prestação de informações aos usuários⁴⁴.

A lei foi redigida por um consórcio de quinze organizações não-governamentais (ONG's) feministas o que garantiu o caráter de institucionalização de pautas feministas reivindicadas em décadas de luta com a força de lei, de acordo com a igualdade de direitos estabelecida na Constituição de 1988, a Convenção Belém do Pará, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e outros tratados internacionais ratificados pelo Brasil, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Lei 11340/06 art.1º)

Não se trata simplesmente de uma política de governo, uma ação aludida a exclusividade do governo em questão, a lei estabelecesse um parâmetro nas políticas públicas para as mulheres. A partir do governo Lula as políticas públicas para mulheres e a gravidade da violência de gênero foram consideradas e isto se deu através da pressão feminista e de acordo com a proposta de reforma do Estado com vistas à democratização.

São elementos fundamentais para que se constitua uma política pública a participação dos movimentos de mulheres e feministas, de entidades não-governamentais e a materialização do governo. Segundo Marta Farah, a lei enquanto fruto dessas articulações feministas, passa a fazer parte das políticas públicas, tendo as mulheres como atrizes sociais importantes:

⁴⁴ A Lei nº 10.714, de 13/08/2003, disponibilizou em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Dois anos depois, a Central de Atendimento à Mulher começou a funcionar, em caráter experimental, a partir de um acordo de cooperação técnica entre a SPM-PR e o Ministério da Saúde. Em abril de 2006 o serviço passou a ser prestado integralmente pela SPM-PR, que aumentou de 4 para 20 os pontos de atendimento e iniciou o atendimento 24 horas, ininterrupto, regulamentado pelo Decreto nº 7.393, de 15/12/2010. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/>. Acesso em 4/07/2018

Superada a resistência inicial à colaboração com o Estado, as propostas no campo das políticas públicas, emanadas de movimentos e entidades feministas, passaram a integrar, como um de seus componentes fundamentais, a ideia da articulação de ações governamentais e não-governamentais para a própria formulação das políticas. Além da ênfase na inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindica-se a sua inclusão entre os ‘atores’ que participam da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas. (FARAH, 2004, p.54)

Sendo assim, a LMP surge como uma sugestão aglutinadora de políticas públicas, na qual os movimentos feministas e de mulheres integram o grupo de atrizes que a partir de suas experiências, interesses e regras reivindicam uma estrutura material, de financiamento, suporte, e simbólica, de valores, saberes e linguagens que irão canalizar a elaboração, execução e implementação da lei para que as políticas públicas se norteessem por ela, tendo a autoridade feminista no comando das políticas públicas.

A força da lei tem o significado de incluir as pautas de gênero de forma que qualquer arbitrariedade significasse violação aos Direitos Humanos das mulheres. Ao incluir a violência doméstica e familiar na lei cria “representações sociais normativas” para designar “ideias-força”, dando caráter normativo a partir de definições jurídicas. Dessa forma, “obrigam a respeitar a integridade corporal do outro, sua liberdade e sua dignidade, seu acesso aos recursos necessários para viver dignamente e sua integração numa ordem social, assegurando proteção contra as decisões arbitrárias” (DOISE, 2001, p.12).

Sendo assim, a LMP cria a ideia de uma obrigatoriedade do cumprimento das normas de igualdade de gênero e não discriminação da mulher. No entanto, a lei por si só não adquire força sem a pressão dos movimentos feministas para sua efetividade, pois em se tratando de igualdade de gênero “apesar da existência de uma legislação constitucional, que determinava formalmente esta igualdade, os comportamentos sociais não correspondiam ao que dispunha a lei” (NICHNIG, 2013, p. 257).

A pauta feminista sobre a violência doméstica desde os anos 1980 era garantir punição aos agressores, proteção às mulheres (abrigos), qualificação dos profissionais para um atendimento atento às questões de gênero. Isso a LMP abarcou, uma vez que colocou o problema à luz dos Direitos Humanos, estabelecendo a criação de Juizados Especiais devidamente qualificados, a garantia da cidadania, da liberdade, do viver sem violência, à educação e o respeito à convivência familiar e comunitária. Garantias que a partir da LMP deveriam ser asseguradas pelo Estado através das políticas públicas para mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.

A LMP conceitua violência doméstica e familiar como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei 11340/06- capítulo 1- art.5º) e tipifica esta forma de violência ao âmbito doméstico e familiar por ela atentada:

- I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (Lei 11340/06- capítulo 1- art.5º)

A LMP baseia-se no conceito de família estabelecido a partir da Constituição de 1988 que delinea todo o ordenamento jurídico do país. Dentre este, o Novo Código Civil de 2002, que a partir da Constituição reformula o conceito de família, reconhecendo a união estável e a igualdade entre homens e mulheres na direção da família (BENEDITO, 2018).

A mudança do conceito de família é recente e o Código Civil vigente até 2002 era o de 1916. São séculos de normas culturais estabelecidas e reconhecidas na lei que geram a violência de gênero, sobretudo doméstica e familiar. Nesse sentido, a LMP estabelece uma função social importante: de canalizar políticas públicas com vistas a práticas pedagógicas que a longo prazo visam extirpar a desigualdade de gênero e a violência.

O desembargador Ruy Celso Barbosa Florence⁴⁵, foi questionado pela Revista Empoderadas acerca do que poderia ser feito para conter a violência doméstica e respondeu:

⁴⁵ O desembargador foi Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS nos anos de 2011 a 2016

De pouco adianta punir juridicamente um homem agressor, se ele continua encontrando respaldo de amigos, família e colegas de trabalho.

afirmar com certeza que essas aumentaram. Entretanto existe uma dúvida muito grande ainda, se as queixas aumentaram apenas por conta da maior conscientização e encorajamento das mulheres,

que antes sofriam caladas, ou se, nesse embate entre a conscientização e a cultura, os homens estão reagindo com maior violência física. Exemplifico: é possível que uma mulher que antes sofria violência moral e psicológica diária por parte de seu companheiro venha a sofrer violência física ao enfrentá-lo para sair da condição anterior. Aí, a violência física é a que aparece, entrando apenas essa última nas estatísticas.

Além de tudo que tem sido feito para tentar conter a violência contra a mulher, o senhor acredita que existam outras saídas para essa grave questão?

Bem, acredito que a violência contra a mulher só será estanca-

da quando for repelida pela sociedade. De pouco adianta punir juridicamente um homem agressor, se ele continua encontrando respaldo de amigos, família e colegas de trabalho. Por outro lado, a mulher tem que se sentir segura de que não só os organismos estatais e privados a ouvirão e apoiarão a sua reclamação, não a taxando de culpada pelas agressões que sofreu, nem pela punição do companheiro agressor. Enfim, ela tem que perceber o apoio social.

Para que essas duas situações ocorram, em médio e longo prazo, é necessária uma constante e forte campanha de conscientização da população em geral, pois, afinal, estamos falando de mudar uma cultura secular. Tem-se também que chamar a atenção dos pais, pai e mãe, que normalmente educam seus filhos com conceitos machistas, repetindo e replicando, ainda que de forma inconsciente, uma cultura de diferença de gênero, em que o homem é colocado como protagonista e a mulher sua auxiliar.

Fonte: Revista Empoderadas EDIÇÃO 01 - ANO I - JULHO 2017, p.7

A LMP define “mulher” independente da orientação sexual, mas notamos que o binarismo de gênero ainda é percebido no discurso do desembargador. Além de utilizar o termo violência *contra* a mulher, bastante arraigado por dar sentido à necessidade de punição ao crime que se abate sobre as mulheres, como era utilizado pelas feministas na década de 1980 quando reivindicavam delegacias. O conceito de família nuclear também está presente em sua fala ao se referir aos pais “pai, mãe” como responsáveis em desconstruir o machismo ao educarem os filhos. O discurso jurídico é o mesmo que o proposto na legislação a partir do Novo Código Civil, da obrigação mútua de pai e mãe na criação dos filhos. A grande questão é considerarmos de que família a LMP e a ordem jurídica se refere?

Não se trata de invalidarmos a existência do modelo de família nuclear mas em se tratando de canalizar políticas públicas que enfrentem a violência doméstica e familiar em

razão do gênero, temos que pensar que o núcleo dessa problemática é o gênero, portanto, família nem sempre é nuclear, nem sempre heterossexual. Ademais, considerar classe, raça, etnia já nos faz rever a estrutura familiar a que se referem.

Essa desconstrução dos discursos não é feita a curto prazo e sim a partir da constante reavaliação da LMP, que serve como norte para as políticas públicas. A mesma revista traz um corpo de matérias predominantemente feito com mulheres brancas, aborda o empoderamento individual, como já mencionamos no primeiro capítulo.

Essas representações ficam arraigadas socialmente, sendo apropriadas pelo discurso jurídico, midiático e pelo senso comum. No entanto, tendo em vista que o gênero é uma forma de significar relações de poder e que o poder circula em toda trama social, encontramos a resistência. Na música “Maria da Vila Matilde”, usada como epígrafe dessa pesquisa, Elza Soares retrata a resistência da mulher negra diante da violência doméstica.

Elza Soares, cantora, de origem negra e pobre, sempre relata o relacionamento conturbado com jogador de futebol Garrincha. Retrata em entrevistas que ele “se alterava quando alcoolizado” e que foi para ela “o médico e o monstro”⁴⁶. Foi julgada socialmente em função desse relacionamento, já que o jogador era casado. Apontada como “destruidora de lares”. Elza Soares nunca se desvencilhou do mundo artístico e em 2015 lançou o álbum “Mulher do Fim do Mundo”, que trazia canções voltadas às mulheres, com temas como violência doméstica, sexualidade, libertação e racismo.

O álbum inicia com faixa homônima, mostrando o grito da mulher negra, que “canta até o fim”, que pede para que a “deixem cantar até o fim”, mulher do fim do mundo, livre de limitações que Elza e todas mulheres negras podem ser. Elza ganhou o Grammy Latino em 2016, por melhor álbum de música popular brasileira⁴⁷ e o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁴⁸ devido a essa perspectiva do feminismo negro.

A segunda faixa é a música Maria da Vila Matilde, que traz um subtítulo “Se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde”. A música foi composta por Douglas Germano, que contou à revista Rolling Stone⁴⁹ que viveu a realidade da violência doméstica junto com

⁴⁶Entrevista ao portal Terra, de 14 de novembro de 2011. Disponível em <https://www.terra.com.br/esportes/paradinha-esportiva/elza-soares-garrincha-era-o-medico-e-o-monstro,4e423c598fe953b302aa4e4e892958cbbstfiwkw.html> Acesso em 20/09/2018

⁴⁷ Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/18/elza-soares-vence-grammy-latino-por-disco-a-mulher-do-fim-do-mu_a_21700366/ Acesso em 20/09/2018

⁴⁸ Elza recebeu o título em 2019. Disponível em <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/elza-soares-recebe-titulo-de-doutora-honoris-causa-pela-universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-23681729.html> Acesso em 03/02/2018

⁴⁹ Entrevista do compositor de 12 de agosto de 2015. Disponível em <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/elza-soares-brada-contra-violencia-domestica-em-novo-single-ouca/> Acesso em 03/02/2018

sua mãe na década de 1970 e na ocasião os episódios de violência eram “um segredo de família”.

O bairro de Vila Matilde é um bairro de classe média de São Paulo, a referência a ele foi devido a cultura do samba que ele preserva. O que Elza quis dizer, conforme a música que abre o álbum, é que toda mulher, assim como a própria Elza, tem o direito de sambar e deixar a dor na “chuva de confetes”, como forma de resistir à violência e o racismo que lhes são impetrados culturalmente.

A cantora relatou que viveu situações na vida que a prejudicaram, não menciona diretamente a violência doméstica, mas disse que se viu nas mulheres que sofrem com isso e com o racismo. Elza se declara “mulher do fim do mundo”, por admitir que mesmo depois de tantas quedas continua a cantar e que sua resistência vem de sua voz. Na mesma entrevista disse:

A Elza que canta *Maria da Vila Matilde* é uma Elza forte, que quer passar essa força para outras mulheres...

Lógico, é a denúncia. Eu estou explicando para ela: "não deixa ele pegar em você. Não deixa ele encostar em você". Ninguém fazia nada sobre isso no passado até chegar a Maria da Penha e botar pra quebrar. Eu acho um pecado. As mulheres escondem. A gente sabe que mulher sofre muito "escondidinho". Tem que gritar, tem que falar, tem que botar pra foder mesmo.

Fonte: Entrevista Elza Soares para o site HuffPost Brasil em 06 de novembro de 2015
Disponível em <https://www.huffpostbrasil.com/2015/11/06/elza-soares-fala-sobre-feminismo-o-amor-por-garrincha-e-como-ca-a-21692598/> Acesso em 20/09/2018

Em 2015, ano de inauguração da CMB, quando a cantora lançou “A mulher do fim do mundo”, o Mapa da Violência 2015 apontou o aumento de 54% de feminicídios de mulheres negras de 2003 a 2013, sendo que o de mulheres brancas teve uma queda de 9,8% (WAISELFISZ, 2015, p.35). Dessa forma, entendemos que o grito de Elza é o de todas mulheres negras.

A violência doméstica é um fenômeno que se abate sobre todas as mulheres, independentemente de raça, etnia e classe. No entanto, o Mapa de 2015 demonstrou que mulheres negras e periféricas são as mais atingidas.

A LMP contempla:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (LEI 11340/06- Art. 2º)

Sendo assim, considerou a interseccionalidade de raça e etnia no enfrentamento à violência de gênero, o que permitiu que políticas públicas fossem pensadas por esse viés. A música de Elza Soares e os dados sobre feminicídios de mulheres negras é um retrato da representatividade dessas mulheres na legislação e a resistência de mulheres contra o racismo e a violência de gênero.

Em relação aos conceitos de raça e de etnia, ambos são utilizados nos jogos de poder, seja na instauração de formas de dominação, seja na sustentação das lutas e resistência (MUNANGA, 2008). O conceito de raça carrega uma longa trajetória, que teve início com o processo europeu de colonização no século XV e culminou no século XIX com a produção teórica do racismo científico, que considerava a raça branca superior às demais e colocou a raça negra no último nível dessa hierarquização biológica (WADE, 2002).

Para Suely Carneiro, enegrecer o feminismo seria considerar a lógica colonial que persiste até a contemporaneidade e a opressão que elas sofrem para que as políticas públicas considerem essa realidade. Ao abranger a interseccionalidade de gênero, a LMP não encerra o feminismo interseccional, uma vez que séculos de dominação colonial, branca e burguesa não são retirados culturalmente de uma hora para outra.

Enquanto as mulheres negras “soltam os cachorros”, cantam sua dor, debocham do agressor, a LMP seria uma das medidas do Estado em tentar diminuir os índices de violência que se abateram sobre as mulheres negras e indígenas devido a esse mesmo Estado que as oprimiu durante séculos de exclusão e opressão (SEGATO, 2012).

“Se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde” é uma forma de se referir à resistência por meios que ultrapassam a lei, um deles é mostrar a negritude culturalmente, afirmar a existência e resistência das mulheres negras, uma vez que reminiscências da cultura colonial ainda estão presentes no imaginário social. (CARNEIRO, 2003).

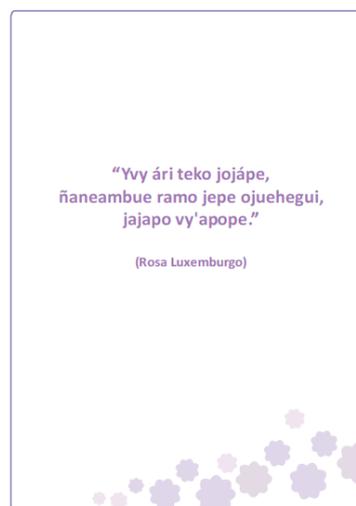
Uma reflexão equivalente deve ser feita a respeito da LMP e as mulheres indígenas. Em 2016, um ano após a inauguração da CMB, o NUDEM de Mato Grosso do Sul traduziu e

distribuiu cartilhas explicativas sobre a LMP nas línguas terena e guarani a comunidades indígenas do estado, principalmente nas cidades de Amambai, Dourados e Aquidauana⁵⁰.



Fonte: Cartilha Maria da Penha em língua guarani e terena (capas)

A contracapa da cartilha trazia a célebre citação atribuída a Rosa de Luxemburgo: *“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais humanamente diferentes e totalmente livres”*.



Fonte: Cartilha LMP em língua guarani (contracapa)

⁵⁰ Reportagem da Folha de São Paulo, de 28 de agosto de 2016.

Afirmar que sob a perspectiva dos Direitos Humanos implantado pela ONU que as mulheres indígenas são iguais é reforçar os estereótipos da colonialidade, é relega-las da autonomia que o mundo- aldeia deveria seguir de acordo com a pluralidade histórica dos povos originários. Trata-se de uma forma de “afirmar a superioridade moral e o direito à missão civilizadora do colonizador” (IDEM, p. 111).

A própria LMP garante o respeito à “convivência familiar e comunitária” (Lei 11340/06- Art.3º). Devemos pensar que comunidades são estas, suas peculiaridades e historicidade. A problemática não é a própria LMP, negando que de fato as mulheres sejam vítimas de violência doméstica, mas a imposição de uma cartilha que coloca essas mulheres no mesmo lugar de outras, pela acessibilidade à lei devido à cartilha traduzida. Encerrando a mesma com uma citação que demonstra uma suposta igualdade porque agora elas têm a tradução da LMP para sua língua materna.

Roseli Carmona, mulher guarani da aldeia de Amambai relata que aos 14 anos foi vítima de violência doméstica e trabalhou como intérprete de mulheres guarani e paraguais na CMB⁵¹. Segundo ela, muitas vezes as mulheres indígenas “não sabem nem explicar a dor que elas sentem”. A dificuldade com a língua é uma das questões, e a tradução e interpretação da LMP na língua materna é uma forma dessas mulheres se encorajarem a fazer a denúncia. O NUDEM de MS tomou a iniciativa de traduzir as cartilhas e a gestão da CMB de colocar uma intérprete como atendente, haja vista o salto no índice de violência doméstica, que segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena, teve um aumento de 104 casos de violência física para 619 de 2010 a 2014.

Isso significa que a aplicação e divulgação da LMP carece de reavaliação, uma vez que se há dificuldades das indígenas em expressarem a dor que sentem, ainda maior é a falta de mapeamento da violência que elas sofrem. A dificuldade se revela pela inserção colonial na aldeia, uma vez que não parece haver a confiança dessas mulheres em denunciar, por pertencerem a um mundo historicamente diferente do que o Estado tenta colocar como universal.

Seraguza, Viana e Zimmermann (2015) em estudo sobre violência de gênero nas aldeias indígenas em Amambai apontam que as reservas de Limão Verde e Amambai, surgiram de um processo de expropriação territorial a partir da exploração da Companhia

⁵¹ Matéria do site G1, de 05 de setembro de 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/09/violencia-contra-indias-cresce-e-ms-traduz-cartilha-sobre-maria-da-penha.html>

Matte Laranjeira e confinamento das aldeias pelo Serviço de Proteção aos Índios, conforme o que foi instituído no Brasil do final do século XIX até a segunda metade do século XX. A criação de reservas indígenas foi instituída na década de 1940 pela política de Getúlio Vargas a fim de dar mais terras a colonizadores. Das décadas de 1940 a 1970, várias aldeias kaiowá e guarani foram invadidas por fazendeiros que expulsaram os indígenas de suas terras. Dessa expropriação, parte dessa população foi alojada em reservas e outra ocuparam beiras de estrada.

De uma população que vivia em sistema de coletividade em espaços maiores, o Estado confinou-os a pequenos lotes e desconsiderou os indígenas não aldeados, sendo estes relegados da tutela estatal. Nesses espaços confinados, a população das reservas cresceu e seus modos de vida não se encaixavam naquela organização, o que causou problemas de saúde (desnutrição, doenças, suicídio) e violência entre os aldeados. A divisão de tarefas e espaços masculinos e femininos também foi modificada, mudando posições de status e causando conflitos de gênero. Segundo as autoras, de acordo com entrevistas feitas com mulheres das aldeias kaiowá e guarani de Amambai, em período anterior ao confinamento das reservas, a violência de gênero era rara, sendo os casos severamente punidos pela comunidade a fim de preservar a ordem social e política que era bem consistente. (SERAGUZA, VIANA e ZIMMERMANN, 2015, p. 110-111)

Simone Terena, advogada e pesquisadora na área de violência contra a mulher indígena pelo Museu do Índio, no Rio, diz: "Poucas mulheres querem denunciar porque é muito grave pensar que alguém da nossa etnia vai ser preso. É algo muito raro dentro das aldeias, então têm medo." E que antes da LMP era formado um conselho deliberativo e uma das punições para o agressor era isolá-lo em um terreno onde ele tivesse que carpir por dias, até o conselho determinar que ele voltasse.⁵²

Sob tal contexto, o Estado desempenharia um bom papel, que não impõe sua própria lei, restituindo jurisdição própria desses povos e o foro comunitário, estabelecendo a "devolução da história, da capacidade de cada povo de implementar seu próprio projeto histórico" (SEGATO, 2012, p. 113), não desconsiderando suas formas de tratar o assunto e considerando sua autonomia.

Ao impor um projeto de divulgação da LMP da forma como fazem "o Estado lhes oferece com uma mão o que já lhes tirou com a outra", reforçando a colonialidade que por séculos lhes é imposta. (IDEM, p. 126).

⁵² Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559420-mato-grosso-do-sul-traduz-cartilha-sobre-lei-maria-da-penha-para-indios>. Acesso em 21/12/2018

Apontamos a elaboração da LMP e suas representações sob o debate interseccional, haja vista que a lei foi criada para canalizar políticas públicas para mulheres e a multiplicidade de formas de ser mulher deve ser constantemente apontada, tendo em vista que a CMB surge com essa proposta, inclusive seguindo o modelo de um outro país latino-americano que é El Salvador.

A diferença entre o que propõe a lei e a efetividade desta é parte da análise do que está representado socialmente para as políticas públicas no tocante ao enfrentamento à violência de gênero. Esmiuçarmos isto, permite analisarmos o que o governo pretendeu fazer e o que realmente fez, tornando-se instrumento de avaliação das reivindicações feministas a nível estatal.

CAPÍTULO 3

CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM:

A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS

*A casa da mulher brasileira era o meu lugar de fala! Entendeu?
Que não era ele o meu ex- marido ou qualquer outro homem,
que ia chegar lá e tomar esse meu lugar de fala, não mais!
“O que que você fez?” Não, mais “ce fez por merecer pra apanhar”,
aquele era o meu lugar de fala, aquele era o meu lugar.
Eu sai de lá confiante de que as coisas vão caminhar
e que o meu agressor vai pagar o que ele fez.
Eu sei que lá é o lugar que eu tenho que ir,
que eu tenho que voltar quantas, e quantas vezes forem necessárias.
Eva Brasil*

O título deste capítulo que também dá nome a pesquisa refere-se à música Maria da Vila Matilde, de Elza Soares, premiada e bastante difundida nos meios de comunicação em 2015, ano em que a CMB foi inaugurada na capital Campo Grande- MS. A música revela a resistência feminina mediante o grito de uma mulher negra sob respaldo da LMP. O refrão é repetido inúmeras vezes ao longo da canção e no final de cada estrofe. Como um mantra, “cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim” encoraja mulheres a denunciarem o agressor, fazendo com que se fixe no pensamento de quem a escuta, como caminho possível para a libertação das mulheres da violência doméstica. Tanto a música como a epigrafe que aqui utilizamos se referem a narrativas de uma mulher, de muitas mulheres, que estiveram sob a condição de vítima de violência doméstica e evidenciam a punição do agressor e a força da voz feminina quando encontram amparo em políticas públicas, como o Ligue 180 e a CMB.

Neste momento da pesquisa, decompusemos o Programa que deu origem à CMB, não para entendermos sua gênese histórica, mas sim as práticas cotidianas, os discursos e as pessoas envolvidas no processo de implantação do espaço a fim de suscitar que a CMB é fruto de conteúdos advindos de outros contextos históricos e que as representações acerca do objeto revelam como o pensamento individual de mulheres aqui elencadas, refletiram no coletivo, numa relação de saberes constituídos e constituintes acerca da violência de gênero e do espaço que surge com a perspectiva de enfrentamento.

3.1 PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA: *TOLERÂNCIA ZERO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER* - A CMB COMO CARRO-CHEFE.

Após a promulgação da LMP, o desafio feminista era de que a lei não ficasse só no papel. A experiência feminista mostrava os problemas nos julgamentos dos processos, como o pagamento de cestas básicas permitido aos agressores⁵³, as lacunas nas DEAM's,

⁵³ A partir da lei 9099/95 crimes contra a mulher considerados “de menor potencial ofensivo”, como lesão corporal leve, eram julgados pelos Juizados Especiais Criminais (Jecrim's) que instituía penas brandas em casos de violência doméstica, como pagamento de multas e cestas básicas. Tal determinação provocou a reação

principalmente pela ausência destas e de Casas-abrigo em muitas cidades e a falta de atendimento 24 horas. A partir da avaliação dessas experiências e com autonomia e poder de deliberação que uma Secretaria de políticas para mulheres proporciona, a LMP deveria ser efetiva no sentido de canalizar políticas transformadoras. A partir dessa avaliação, o então presidente Lula lançou em 2007 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher⁵⁴, que seria reavaliado a cada quatro anos.

Sobre o Pacto, Aparecida Gonçalves descreve:

O Pacto o que que é? O Pacto é uma estratégia de gestão né então se a gente tinha a política a gente tinha a legislação, o que precisa? Precisa que todos os governos e as prefeituras tivessem ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Então o Pacto na verdade foi lançado na II Conferência Nacional pelo presidente Lula e liberou recursos pros estados e municípios. Então cada estado que tivesse um organismo de política pública pras mulheres, que tivesse um planejamento de enfrentamento à violência contra as mulheres receberiam 2 milhões de incentivo do governo. Portanto, o Pacto ele começa ele expande, ele faz com que os estados façam o planejamento, definam prioridades e incluam na sua política a questão do enfrentamento a violência contra as mulheres . E o Pacto ele dá um outro caráter pra toda linha de enfrentamento. Por quê? Porque ele trabalha a questão da rede de atendimento que é o fortalecimento dos serviços especializados ao mesmo tempo que ele vai criando grupos de gestão, então nós tínhamos as gestoras do Pacto né que se reunia cada três meses no governo , com o governo federal indo pro estado. Os estados faziam a mesma coisa com os municípios então você tinha condições de né capilarizar aquele grande debate que a gente fez. (Entrevista- 22 de maio de 2017)

Como proposta de nacionalizar as políticas para mulheres, os estados e municípios deveriam aderir ao Pacto Nacional, que não se tratava apenas de uma medida de resposta ao fenômeno da violência contra a mulher, mas de prevenção, assistência, proteção, garantia dos direitos e combate à impunidade dos agressores através de três eixos de atuação: intersetorialidade, transversalidade de gênero e capilaridade. A adesão ao Pacto por parte de estados e municípios foi pautada nas determinações do Governo Federal e nas diretrizes propostas pela Política Nacional para Mulheres, sendo desenvolvidas com as devidas adequações de atuação, levando em consideração as especificidades locais, mas sempre em consonância com os planos e pactos nacionais (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015).

das feministas, pois não atendia suas reivindicações de punição aos agressores e proteção às vítimas de violência doméstica e familiar (IZUMINO, 2003)

⁵⁴ Lançado na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que aconteceu no Centro de Convenções de Brasília, de 17 a 20 de agosto de 2007, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, fez parte da Agenda Social do Governo. Disponível na íntegra em <http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/Pacto%20Nacional%20pelo%20enfrentamento%20à%20violência%20contra%20as%20mulheres.pdf>

A capilarização dos serviços em rede é uma estratégia que permite a administração do Governo para políticas públicas. O apoio financeiro oferecido pelo Governo incentivou os estados brasileiros a aderirem ao Pacto, que permitiu a intersetorialidade dos serviços e uma relação de interdependência entre os órgãos envolvidos no enfrentamento à violência doméstica (saúde, educação, judiciário). No entanto, os projetos poderiam ser adaptados à regionalidade de cada estado. Em 2011, após a reavaliação do Pacto, a SPM/PR percebeu os erros deste, conforme relata a secretária Aparecida:

Portanto é, ao mesmo tempo que nós capilarizamos, nós trabalhamos na questão dos serviços e nós tínhamos uma legislação, o que foi que a gente percebeu é...na avaliação do segundo...porque o Pacto ele era feito por 4 anos né...então quando a gente começou avaliar o primeiro...o primeiro período do Pacto nós vimos que não bastava ter os recursos e não bastava ter os serviços, as mulheres continuavam...não bastava ter a Lei, as mulheres continuavam morrendo com o boletim de ocorrência na mão né e esse era o grande desafio que tava posto. Portanto, o que que nós pensamos? Que ou nós trabalharíamos a política a partir de uma concepção é...de integralidade né e intersetorialidade ou nós não daríamos conta de atender efetivamente essas mulheres. (Entrevista- 22 de maio de 2017)

A integralidade dos serviços foi proposta do Pacto II para que os estados trabalhassem dentro de uma perspectiva mais homogênea de enfrentamento à violência contra a mulher e facilitasse a gestão dos governos e secretarias estaduais e municipais de políticas para mulheres para que a política alcançasse resultados a nível nacional. A avaliação do Pacto I mostrou que não se atingiu o que se esperava. Um dos erros apontados foi a falta de integralização dos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual, uma reivindicação feminista desde a década de 1980. Mesmo havendo uma política nacional que os estados deveriam seguir a partir da adesão ao Pacto.

Em 2011, o Pacto II trouxe a avaliação do primeiro, afirmando a necessidade de fortalecer o Pacto Nacional (BRASIL, 2011, p.23), o que nos faz entender que os estados que aderiram ao mesmo não atenderam eficientemente a proposta do enfrentamento à violência e que para que houvesse uma hegemonia na política em âmbito nacional. O que ficou claramente demonstrado na fala de Aparecida ao se referir ao feminicídio de mulheres mesmo que estas tivessem com os boletins de ocorrência nas mãos.

A partir da avaliação do Pacto determinou-se a criação do Programa Mulher Viver sem Violência (PMVSV) no qual a instalação da CMB é colocada como primeira medida a

ser adotada. O referido Programa foi criado por iniciativa do governo de Dilma Rousseff⁵⁵ e trazia como lema *Tolerância zero com a violência contra a mulher*⁵⁶.

Valendo-se de sua condição de primeira mulher eleita a chefe de estado, em 2010, Dilma Rousseff coloca o enfrentamento à violência de gênero como pauta prioritária em seu governo, tendo em vista que sua própria subjetividade enquanto mulher que se fez presente em suas decisões.

Entendemos subjetividade como produção que evoca às ações e práticas produzidas na relação com os outros, em meio à inscrições históricas, culturais, econômicas e psíquicas. A produção da subjetividade, assim, está associada à produção política, ou seja, a formação do sujeito e a relação deste com as pessoas são inseridas em determinado contexto e atravessadas por relações de poder. (FERNANDÉZ, 2008),

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de luta armada em combate ao regime militar. Em 1969, sofre perseguição da Justiça Militar. Condenada por “subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista onde foi torturada por militares.

Dedica-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política com os militares ainda no poder. Ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Com a redemocratização do Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

No início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

⁵⁵ Programa criado pelo Decreto presidencial nº8086, de 30 de agosto de 2013.

⁵⁶ A própria presidenta Dilma Rousseff utilizou o lema em vídeo de inauguração da CMB. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oTejp9OAVy8> Acesso em 24/11/2018.

Em 1998, envolve-se na campanha sucessória do governo gaúcho, apoiando a aliança PDT e PT que elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT. O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos. Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reunia mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

A imagem de mulher aguerrida e guerrilheira contra a ditadura perpetuou-se nas representações sobre a presidenta. Sua história de luta, sua vinculação com a mulher que sobreviveu ao pau-de-arara e choque elétrico durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é constantemente vista nas páginas de jornais e revistas de todo Brasil. Manchetes como *A presidenta guerrilheira* ou sua imagem de “durona” se espalharam na mídia.⁵⁷

⁵⁷ Exemplos dessa representação podem ser encontrados nas páginas https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139_262174.html Acesso em 20/03/2019 e <https://abraobocacidade.blogspot.com/2012/05/torturador-fala-de-dilma-uma.html> Acesso em 20/03/2019

Camisetas foram estampadas pela esquerda brasileira com a imagem da guerrilheira usando o jargão *Coração Valente*, para se referir a valores de bravura e coragem da mulher que enfrentou a tortura e se tornou a primeira presidenta do Brasil. A própria Dilma instaurou uma comissão para apurar os crimes de tortura na Ditadura Civil- Militar, a Comissão Nacional da Verdade, em 2011⁵⁸. Sua representação de guerrilheira se cristalizou socialmente e foi usada tanto pela esquerda para atribuir-lhe um caráter de heroína e defensora dos Direitos Humanos quanto pela direita que se referia à presidenta como “terrorista” por sua participação na luta armada durante a Ditadura Civil-militar⁵⁹.

Figura 1. Cartaz Dilma “Coração Valente”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/politica/1414430543_325319.html. Acesso em 15/03/2018



Fonte: Portal Vermelho. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/251985-8> Acesso em 08/05/2019

O lema do PMVSV *Tolerância zero com a violência contra a mulher* reflete uma postura combativa com a violência que se abatia sobre as mulheres, sendo a própria Dilma contemporânea à emergência do feminismo no Brasil e na luta de mulheres por direitos e principalmente por sua própria subjetividade, Dilma encara o PMVSV e a própria CMB sendo de grande importância para as mulheres e para a imagem que quis construir de si própria e de seu governo.

O jornal Estado de São Paulo publicou em 13 de março de 2013, a declaração da presidenta acerca do PMVSV durante o lançamento do mesmo:

⁵⁸ A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final.

⁵⁹ Um exemplo dessa representação pode ser encontrado em <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-terrorismo-de-dilma-rousseff-e-a-insanidade-brasileira/> Acesso em 21/06/2019

Para a presidente, ainda é preciso fazer muito mais para combater a violência contra a mulher. "Queremos que o País se aproxime cada vez mais do dia em que o nosso País, a nossa sociedade, e os governos tenham tolerância zero com a violência praticada contra a mulher. Queremos que esse país seja um país com tolerância abaixo de zero, porque esse crime envergonha a humanidade", disse. "Eu sei que nenhum governo sozinho é capaz de dar conta dessa luta, mas nos esforçamos para fazer a parte do governo", completou.

Fonte: Jornal Estado de São Paulo de 13/03/2013- Lançamento Programa Mulher Viver Sem Violência. Disponível em <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-lanca-programa-mulher-viver-sem-violencia,1008151> Acesso em 23/02/2019

O relato de Dilma é autobiográfico, em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, pois sua própria trajetória revela uma mulher que esteve sob a violência durante a Ditadura. Violência esta também de gênero, uma vez que os algozes torturadores eram homens. Ao inaugurar o Programa proferindo os dizeres “tolerância zero”, com vistas a se alcançar o resultado “abaixo de zero” quando se trata de violência contra a mulher, Dilma elucubra o poder masculino arraigado socialmente, inscrevendo-se nesse contexto. Ao trazer o assunto a tona, bem como as medidas para combater a violência contra a mulher, não aparenta ter a necessidade de se heroicizar, não narra sua própria história, mas busca a transformação social ao assumir o papel do Estado mediante o problema da violência contra a mulher. Dilma se baseia em sua própria experiência vivida e assume a postura de líder de Estado a fim de reinterpretar essa experiência, assim como estende esse desejo a todas as mulheres. Estar no papel de chefe de Estado quando o país ainda engatinhava em se tratando de equidade entre homens e mulheres em cargos de poder⁶⁰, coloca a presidenta como figura que contrapõe o que é colocado à condição da mulher, revela sua singularidade e torna-se representatividade para as demais mulheres.

A partir da reavaliação do Pacto II, Dilma em conjunto com a SPM/PR pontuou a necessidade dos estados e municípios serem mais atuantes e agirem de acordo com o que a Política Nacional para Mulheres propunha. Assim, o PMVSV traz um programa de governo,

⁶⁰ Segundo Sílvia Rita de Souza, as mulheres não costumam ocupar o cargo máximo do Executivo na América Latina. A mesma autora pontua até 2008, dos 33 países latino-americanos, apenas 9 elegeram presidentas ou primeiras-ministras, sendo elas: Violeta Chamorro na Nicarágua (1990-1994), Mireya Moscoso, no Panamá (1999-2004). Bolívia, Haiti e Equador tiveram mulheres presidentas que exerceram o cargo por menos de um ano. Michele Bachelet no Chile.

(2006-2010), Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina (2007-2011), Laura Chinchilla, da Costa Rica (2010-2014), e Dilma Rousseff, do Brasil (2011-2016). A representatividade de uma mulher na presidência da República, mostrou às mulheres que cargos de poder são lugares que podem ser ocupados por elas, conforme Dilma proferiu em discurso de posse: “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.” (SOUZA, 2013, p.184)

com autonomia financeira para atuar e enfrentar a violência contra a mulher de forma que os serviços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexual fossem integrados nos âmbitos da saúde, justiça, atendimento psicossocial e promoção de autonomia financeira (PMVSV, art. 1º) Para isso, a SPM/PR atuou de forma conjunta com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego. Entre 2013 e 2014, 26 unidades da federação (com exceção de Pernambuco) aderiram ao PMVSV, das quais 18 assinaram o termo de adesão por meio de ato público. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2 de fevereiro de 2015⁶¹).

Tolerância zero com a violência contra a mulher significa, portanto, que os estados com suas secretarias de políticas para mulheres e municípios, deveriam seguir as diretrizes do PMVSV para que a Política de enfrentamento à violência contra a mulher de fato se nacionalizasse, funcionando de forma homogênea em todo país. O lema carrega as expectativas feministas que desde a década de 1980 luta para que a violência contra a mulher fosse tratada com a seriedade que o tema exige. Romper com padrões patriarcais nas esferas de poder sempre foi um desafio, A experiência feminista mostrava que não bastavam as delegacias especializadas e as leis, tampouco medidas educativas realizadas regionalmente, conforme o entender da aplicação da LMP.

O PMVSV foi uma forma de dar um basta à violência contra a mulher no tocante a função do Estado em assumir essa questão e atender a demanda feminista para que a LMP não ficasse só no papel. No lançamento do referido programa Dilma proferiu que o mesmo aprofundava “toda luta que foi desenvolvida nos últimos anos, começando pela Lei Maria da Penha, passando pela reafirmação da própria Lei,”⁶² e que o mesmo representava “mais um passo” no combate à violência contra a mulher.

Uma das reivindicações feministas era a do atendimento qualificado nas questões de gênero e humanizado em todos os setores de atendimento nos quais a vítima de violência doméstica e sexual deveria passar, seja no jurídico ao atendimento médico e psicossocial, demanda que o PMVSV trouxe em suas diretrizes.

A SPM/PR foi responsável pela coordenação do Programa e, para sua implementação, atuando de forma conjunta com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego.

⁶¹ Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/programa-mulher-viver-sem-violencia-2015/> Acesso em 03/03/2018

⁶² Vídeo de 13 de março de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GoFIx-HgsgE> Acesso em 3/5/2018

Entre 2013 e 2014, 26 unidades da federação (com exceção de Pernambuco) aderiram ao Programa Mulher: Viver sem Violência, das quais 18 assinaram o termo de adesão por meio de ato público. O Programa estava estruturado nos seguintes eixos: a) Implementação da Casa da Mulher Brasileira; b) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; c) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; d) Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca; e) Campanhas continuadas de conscientização; f) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta;

A integração dos serviços aparece como primeira diretriz do decreto de criação do PMVSV (Art. 2º - Decreto nº 8086, de 30 de agosto de 2013).

DECRETO Nº 8.086, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Art. 2º São diretrizes do Programa Mulher: Viver sem Violência:

- I - integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência;
- II - transversalidade de gênero nas políticas públicas;
- III - corresponsabilidade entre os entes federados;
- IV - fomento à autonomia das mulheres e à garantia da igualdade de direitos entre mulheres e homens;
- V - atendimento humanizado e integral à mulher em situação de violência, observado o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização;
- VI - disponibilização de transporte à mulher em situação de violência para o acesso aos serviços, quando não integrados, da rede especializada de atendimento;
- VII - garantia e promoção de direitos das mulheres em situação de violência, em especial do acesso à justiça;
- VIII - os eixos estruturantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e
- IX - as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Podemos ver que a CMB aparece como eixo primeiro da implantação do PMVSV, por isso Aparecida Gonçalves se reporta ao espaço como o *carro-chefe* do programa. A CMB integrando todos os serviços num mesmo espaço corresponde a todas as diretrizes propostas pelo PMVSV e promove a transversalidade de gênero por exigir o compromisso dos ministérios e poderes responsáveis por sua manutenção.

Por vezes o PMVSV foi apresentado como sinônimo de CMB. Em matéria no site da Agência Patrícia Galvão, de 18 de março de 2013, o informativo feminista trazia essa prerrogativa:

AGÊNCIA
PATRÍCIA GALVÃO
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES VIOLÊNCIA



PROGRAMA
MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA
CASA DA MULHER BRASILEIRA

BRASIL

Além de promover condições concretas para uma melhor e mais efetiva aplicação da Lei, a política pode representar a criação de um ambiente que permita o rompimento de situações de violência pelas próprias mulheres, que passarão a ser atendidas nas Casas da Mulher Brasileira, centros de referência que reunirão uma série de serviços, que incluem assistência social, atendimento psicológico, acesso à justiça e também qualificação e capacitação para geração de renda.

Fonte: Matéria site Agência Patrícia Galvão, de 18 de março de 2013

Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/sugestao-de-pauta-programa-mulher-viver-sem-violencia-e-um-marco-para-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-mas-depnde-de-adesao-dos-estados/> Acesso em 20/05/2019

A matéria traz ainda a imagem do primeiro esboço do projeto arquitetônico da CMB, para demonstrar que esse espaço estava em via de ser construído e não se tratava mais de um “sonho” das feministas ou promessas de governos no tocante ao enfrentamento à violência doméstica e sexual contra a mulher.

Na mesma publicação encontramos o relato de militantes feministas, como o de Maria Amélia de Almeida Teles. Amelinha, como era conhecida na militância política durante a Ditadura civil-militar, foi membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nesse período. Presa em 28 de dezembro de 1972, foi levada à Operação Bandeirantes (Oban), onde foi submetida a sessões de torturas, que segundo seu depoimento foram realizadas, pessoalmente, pelo major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, então comandante do DOI-Codi de São Paulo.

Em 2005, a família Teles moveu uma ação declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, que em 2008 foi o primeiro agente da ditadura a ser declarado torturador. Amelinha foi assessora da Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo até 2015. e integrou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Além de militante política contra a Ditadura civil-militar e seus crimes, Amelinha se engajou na militância feminista. Na década de 1970 participou do Jornal Brasil Mulher e atualmente é diretora da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora do projeto Promotoras Legais Populares, (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014)⁶³. Além disso é autora de obras feministas como o livro Breve História do Feminismo do Brasil (TELES, 1999).

Sobre seu parecer acerca do PMVSV, Amelinha dá seu parecer:

AGÊNCIA
PATRÍCIA GALVÃO
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES VIOLÊN

Reivindicação de três décadas



Maria Amélia de Almeida Teles, coordenadora nacional do projeto Promotoras Legais Populares. Tel.: [\(11\) 3283.4040](tel:(11)3283.4040) – email: amelinhateles@globo.com

“A edição desse programa nesse momento representa uma resposta ao esforço de três décadas do movimento de mulheres pela criação de um espaço que atendesse de forma integral às mulheres em situação de violência. Ele pode ter um impacto enorme para mudar a vida dessas mulheres, pois elas vão ter condições de romper o que chamamos de rota crítica – o caminho fragmentado que a mulher percorre buscando o atendimento do Estado; ela hoje vai a vários serviços em busca de uma resposta sem, muitas vezes, obtê-la”. Saiba mais.

Fonte: Relato Maria Amélia Teles, em matéria site Agência Patrícia Galvão, de 18 de março de 2013 Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/sugestao-de-pauta-programa-mulher-viver-sem-violencia-e-um-marco-para-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-mas-depende-de-adesao-dos-estados/> Acesso em 20/05/2019

Por essas representações entendemos que o espaço CMB deu visibilidade à seriedade que a violência contra a mulher deveria ser tratada pelo Estado e também a décadas de luta feminista, que como podemos ver ao longo desse trabalho militavam por um atendimento humanizado e qualificado às questões de gênero, pela celeridade dos processos judiciais e fim da impunidade aos agressores; além de atendimento psicossocial e de saúde, práticas pedagógicas como campanhas de conscientização e, principalmente, pela junção de todos os

⁶³ Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/> Acesso em 03/05/2019

serviços num mesmo espaço a fim de que se rompesse o ciclo da violência doméstica, evitando o feminicídio.

Ademais, o espaço CMB dá visibilidade ao Programa, que nas palavras de Eva, nossa entrevistada, representa um local para onde ela sempre que precisasse recorreria por saber que ali seu agressor seria punido e por se sentir acolhida, bem como ao dizer que divulgaria para outras mulheres em situações análogas à dela.

Dessa forma, percebemos que a CMB não se tratou apenas de um lugar de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, mas fazia parte de um programa de governo que deveria orientar demais políticas públicas com viés de gênero no país, além de aglutinar no espaço todas as prerrogativas do PMVSV que a criou, por isso sendo muitas vezes entendida como sinônimo do referido programa. Outrossim, tornou-se um modelo para o enfrentamento à violência contra a mulher que a própria presidenta Dilma fez questão de elencar como um dos principais feitos de seu governo.

3.2 A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS (CMB): ACOLHIMENTO E RESISTÊNCIA.

Certa vez, em palestra que proferi⁶⁴ numa escola estadual, os alunos se referiram a CMB como “aquele prédio grande e bonito”. Quando questionei sua funcionalidade, responderam: “Serve pras mulheres que sofrem violência dos maridos”. Prossegui com a discussão, perguntando a eles sobre a importância e a história do lugar, no que alguns responderam: “Deve ser muito importante, porque a presidenta Dilma veio pra inauguração”. A primeira referência é o espaço. Colorido, bonito, grande e construído num terreno próximo ao aeroporto na capital Campo Grande-MS. Notável, pois nunca haviam visto um espaço com vistas a tratar o problema da violência contra a mulher nesta magnitude.

O espaço CMB corresponde a um prédio de 3600 metros quadrados, construído em terreno cedido pela União localizado na Rua Brasília, s/n, Lote A, quadra 2, Jardim Imá. Para a obra o governo federal destinou R\$ 9.300.000,00 do Programa de Aceleração do

⁶⁴ Palestra intitulada “Violência de gênero e a Casa da Mulher Brasileira” ministrada pela autora da dissertação em 21 de abril de 2018 na escola estadual Padre José Scampini, na cidade de Campo Grande- MS, para alunos dos segundos e terceiros anos do ensino médio regular, a convite do professor Henrique Arce.

Crescimento (PAC 2)⁶⁵. Consiste em um espaço público que integra os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência em razão de gênero: juizado, defensoria e promotoria, representando a primeira Vara Especializada em Medidas Protetivas e Execução de Penas do país, Defensoria Pública e delegacia especializada de atendimento à mulher, apoio psicossocial e de orientação para emprego e renda, além de brinquedoteca e alojamento de passagem para as mulheres e seus filhos. Também contava com uma equipe multidisciplinar, integrada à Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres (SEMMU) e Fundação Social do Trabalho (FUNSAT).

As ações da CMB não ficam restritas ao espaço físico, contando com a *Patrulha Maria da Penha* formada inicialmente por 30 guardas municipais do sexo feminino com o intuito de atender denúncias e acompanhar mulheres portadoras de medidas protetivas em suas casas com a finalidade de garantir sua integridade física e psíquica. Além disso, conta com motoristas para encaminhar mulheres a serviços de saúde (postos e Instituto Médico Legal).

No dia da inauguração da CMB a presidenta proferiu os versos do poeta sul-matogrossense, Manoel de Barros: “*Que a palavra parede não seja sinônimo de obstáculos à liberdade*”. Em seguida, Dilma se referiu à CMB como um “local de superação”, de “abertura para a liberdade”. (TV BRASILGOV, 2015)

A denominação *Casa* nas palavras da presidenta denota esse espaço de acolhimento que se desejava construir, o *habitus* como a gênese das práticas, que nortearia o funcionamento do espaço como local de acolhimento e atendimento humanizado (BORDIEU, 2004). Destacou ainda que a construção daquele local de acolhimento e proteção destinado exclusivamente às mulheres era necessário por ser a mulher uma vítima recorrente de violência em razão das desigualdades de gênero. Nesse sentido, o que está representado é que a CMB foi instalada como uma política pública voltada a priori para atender essa perspectiva.

A separação entre o público e o privado, a casa e a rua, o pessoal, o doméstico em detrimento do político sempre foi alvo de discussões feministas. Corroborando com essa discussão Hannah Arendt destaca que o espaço privado é um local de privação, separação entre o doméstico e o público, onde os indivíduos encontram-se excluídos do espaço público

⁶⁵ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o PAC trata-se de um plano estratégico de retomada de investimentos em setores estruturantes do país. Em 2011, sob gestão da então presidente Dilma Rousseff o programa entra em sua segunda fase (PAC 2), ampliando as parcerias do Governo Federal com estados e municípios. Uma das medidas foi o financiamento em parceria com o Banco do Brasil destinado à construção das Casas da Mulher Brasileira nas capitais do país. Disponível em < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em 14/01/2017.

que é também o lugar do político (ARENDR, 2010). No entanto, a partir das representações sobre a CMB e a própria fala da presidenta percebemos que essa dicotomia não é estanque.

As narrativas das pessoas envolvidas com a CMB tornam o espaço no que Michel de Certeau (1998) chamou de *lugar praticado*, pois mostram o percurso, as ações e suas adaptações, demonstrando que as pessoas constituem o lugar à medida que observam o que precisa ser modificado para que se torne um local que atenda o acolhimento e atendimento humanizado que foi colocado como sua gênese e com vistas ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Diferenciando lugar e espaço, segundo Certeau:

Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e variável de tempo. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, 1998, p.202)

O que percebemos no discurso da presidenta ou da ministra Eleonora Menicucci ao se referirem à CMB como fim da *via crucis* da mulher vítima de violência em fase de inauguração do espaço é o que se pretendia para aquele ambiente, a pedra fundamental que diferenciaria a CMB de outros lugares que abrigavam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Local de superação, fim do sofrimento, acolhimento, atendimento humano tendo em vista a fragilidade momentânea em função da violência sofrida. São narrativas recorrentes dessas mulheres ao se referirem ao que pretendiam para a CMB.

Em pesquisa de 2017, Zaira Andrade Lopes entrevistou mulheres que trabalhavam no atendimento psicossocial da CMB. A profissional Leila relatou:

[...] chega uma mulher vítima de algum tipo de violência e a gente escuta essa mulher. O que eles chamam de escuta qualificada. E, a gente escuta essa mulher. Eu tento desculpabilizar essa mulher, por que elas chegam muitas se sentido muito culpada pela violência ter acontecido, por ter sofrido a violência.

[...]E a gente encaminha, pra/pro serviços que essa mulher precisa naquele momento. Só que eu, eu fico muito angustiada com isso, porque depois eu não tenho um...um retorno do que essa mulher fez, se ela realmente procurou o serviço que ela foi encaminhada ou não, se ela, voltou com o agressor ou não. Então, eu atendo essa mulher e fim. Faço essa primeira, acolhida, essa primeira escuta, encaminhado e fim. Então, assim, o nosso serviço aqui

consiste em basicamente em isso. Fazer essa primeira escuta e encaminhar. (Entrevistanda Leila. Apud LOPES, 2017, p.8)

Podemos ver representado na fala de Leila que havia por parte da equipe profissional uma preocupação em cumprir com a função proposta de atendimento humanizado, acolhedor e qualificado às questões de gênero, que seriam os diferenciais da CMB com relação a outros espaços de enfrentamento à violência contra a mulher, como vimos no capítulo anterior ao nos reportarmos a lacuna deixada pelas DEAM's nesse sentido.

A superação da violência que acomete as mulheres como a presidenta e a ministra se referem, pode não ser num nível unicamente individual daquelas que passam pelo espaço. Percebemos que as subjetividades dessas mulheres, que sobreviveram a perseguições políticas no período ditatorial, bem como em uma sociedade machista alcançado espaços de poder revelam que a superação e liberdade que pretendiam partiu de suas experiências pessoais e do uso que fizeram do poder, demonstrando a conquista de suas próprias liberdades a fim de que essa realidade fosse possível a todas as mulheres brasileiras.

Compreendemos que a subjetividade dessas mulheres e a composição de espaços públicos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher estão atreladas. São essas histórias que dão vida ao espaço e trazem a tona sua historicidade. Quando Dilma, juntamente à SPM/PR buscava referências para a construção da CMB, política na qual segundo Aparecida Gonçalves, Dilma fez questão de acompanhar pessoalmente, recorreu à modelo análogo no país caribenho El Salvador. A experiência salvadorenha de políticas para mulheres também é fruto da inquietação de outra mulher em cargo de poder, a primeira-dama e secretária de inclusão social de 2009 a 2014, Vanda Pignato.

Brasileira natural de São Paulo-SP, a advogada Vanda Pignato migrou para a capital San Salvador em 1992 quando ainda era militante do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido político de Dilma Rousseff, tornando-se diretora do Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no país. Através da secretaria de inclusão social em 2009, Vanda inaugura a Ciudad Mujer em Colón. Segundo ela, encabeçar políticas para mulheres foi uma forma de dar visibilidade às mesmas, a partir de sua constatação de sua própria invisibilidade durante a campanha presidencial do marido Marcelo Funes, presidente de esquerda que assumiu o governo após vinte anos de um governo conservador de direita no Executivo salvadorenho. (REVISTA EXAME.COM, 2017)

O projeto surgiu em 2011 e ultrapassou a marca de 1,3 milhão de mulheres atendidas em 2016 e de 3,7 milhões de serviços prestados em cinco anos. Os resultados logo se transformaram em um índice de aprovação espantoso: 90% da população apoia a iniciativa.

Da invisibilidade ao centro das atenções

“Foi a primeira vez na história deste país que a **mulher** foi colocada como prioridade nas políticas públicas. E isso fez com que se sentissem importantes”, contou a **EXAME.com** Vanda Pignato. Brasileira, ela é a atual secretária de Inclusão Social, idealizadora do projeto e ex-primeira dama de El Salvador.

Segundo Vanda, o Ciudad Mujer nasceu justamente da sua observação de como a mulher era vista na sociedade salvadorenha. Ou melhor, não era vista. E isso lembrando que o país conta com uma população de 6 milhões de pessoas e que elas representam 53% deste total.

Durante a campanha de seu ex-marido Maurício Funes para a presidência (ele ocupou o cargo entre os anos de 2009 e 2014), ela sentiu na pele como as mulheres eram invisíveis tanto nas cidades quanto no campo. “Perdi a minha identidade, era a esposa do candidato. Sequer me chamavam pelo nome”, lembrou.

Resolveu descer do palanque e conversar com essas mulheres. Percebeu, então, o grau de inacessibilidade a serviços públicos essenciais. “Eles existiam, mas estavam dispersos e eram ineficientes”, explicou.

Era necessário um modelo integrado, pensado e desenvolvido por e para mulheres.

Fonte: Entrevista Vanda Pignato- revista Exame online – 7 de março de 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/ciudad-mujer-el-salvador-violencia-mulheres/> Acesso em 03/03/2019

Guardadas as especificidades históricas de cada país, as duas representantes, Dilma e Vanda, tem aproximações quando o assunto são políticas para mulheres. Notamos que Vanda não é a chefe de estado em El Salvador, pois o acesso a cargos de poder não é uma realidade constante na América Latina. No entanto, a secretaria que ficou sob seu comando é estritamente vinculada ao Poder Executivo, cujo governo se baseia na inclusão social.

Para Vanda Pignato, a invisibilidade das mulheres demonstra suas dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, vetor que impulsionou a secretária para que as políticas para mulheres acontecessem em El Salvador. O programa que cria a Ciudad Mujer traz como eixo principal a violência de gênero, mas também arrola em suas estratégias de empoderamento da mulher, e aponta o empoderamento como uma construção coletiva e de

“cuidado de si”, entre eles os cuidados necessários à saúde da mulher⁶⁶. Podemos dizer que Vanda se insere no contexto ao se preocupar com esse assunto, uma vez que ela própria foi acometida por um câncer no endométrio.

Outrossim, a visibilidade que se pretendia às mulheres e à si mesma, ocorreria a partir da criação desse centro denominado Ciudad Mujer, o mesmo que pretendido por Dilma Rousseff que trazia a CMB como carro-chefe do PMVSV e de seu governo.

Nesse sentido, não há como abordarmos esses espaços sem analisarmos as subjetividades das mulheres que estavam no poder quando na sua instalação, tampouco negar a pressão dos movimentos feministas ao longo da História desses países. As vidas dessas mulheres de poder cruza em alguns aspectos com as de muitas mulheres, feministas ou desvinculadas a movimentos sociais, daquelas que receberam atendimento nos referidos espaços. Suas subjetividades importam quando o assunto são tomadas de decisão no tocante a políticas públicas para mulheres.

Enquanto sujeitos essas mulheres fazem parte do que está representado socialmente sobre esses espaços de enfrentamento à violência de gênero fazem assim como as experiências por elas vividas, as relações que estabeleceram com o meio social, aí incluídos seus saberes, afetividade, modos de pensar e cultura. De acordo com Moscovici, as representações sociais são uma apropriação subjetiva do mundo, mas sentida como uma presença objetiva da realidade, constituindo o si-mesmo social:

O eu está em relação e busca alcançar seus objetivos somente com um si-mesmo ou si-mesmos diferentes, que são singulares assim como ele. [...] Evidentemente a subjetividade social exprime, sobretudo, a interação que se desenrola entre si-mesmos sociais numa aliança consciente. (MOSCOVICI, 2005, p.57)

O autor propõe que o foco da discussão sobre subjetividade individual e subjetividade social seja colocado na relação com o outro, pois a existência do outro coloca em jogo a singularidade. Para ele, a subjetividade se estabelece nas relações entre os sujeitos de um grupo, na interrelação entre seus membros, possibilitando a ação num mundo criado e compartilhado coletivamente. Uma representação social leva em conta os pontos de vista dos indivíduos e dos grupos pelo seu caráter de comunicação e expressão e seu papel é assegurar a coexistência entre individualização e socialização, necessária para compreender o dinamismo da sociedade e as mudanças das partes que a compõe. São, portanto, as variadas expressões

⁶⁶ Anexo 2

individuais organizadas por meio de princípios comuns que irão gerar uma representação que um grupo social tende a ter em relação a espaços como a CMB e a questão da violência de gênero (SÁ, 1996).

Na perspectiva de Foucault o Estado impõe maneiras de governar os corpos e conduz as questões como a violência contra a mulher, tanto que apenas nos anos 2000 tomou posicionamento no caso Maria da Penha e instituiu a SPM/PR que pôde ampliar as políticas públicas para mulheres. Esse mesmo Estado tenta delinear condutas, constituindo-se como o próprio corpo, modelo a ser seguido pelas pessoas, pelas mulheres, que as coloca como cidadãs, definindo os limites de sua cidadania. Faz diferença que a chefe de Estado seja mulher?

Muito se fala em valorização da cidadania das mulheres, termo endossado por Dilma no discurso de inauguração da CMB. A cidadania estendida às mulheres as coloca como sujeitos de direito, as inclui em programas sociais e as reconhece como indivíduos de responsabilidade do Estado, construindo com os excluídos um só corpo. Em se tratando de políticas que consideram a violência contra a mulher, o Estado sendo chefiado por uma mulher considera questões específicas das mesmas, no entanto, não basta ser mulher, assim como não bastou ter delegadas do sexo feminino à frente das DEAM's.

Sobre a postura da presidenta mediante a CMB, Aparecida Gonçalves expõe:

Então ela mudou toda a rotina do Palácio pra ir nas inaugurações da Casa da Mulher Brasileira, porque ela fazia questão. E me chamava de quinze em quinze dias pra saber como era que tava, qual era os problemas. Então assim, pra ela o problema era pessoal. O que não era pra mim, era pra ela. Na verdade é a marca do governo dela né. Na verdade ela, pra ela a Casa da Mulher Brasileira era a marca do governo dela. É assim...porque ela é a primeira mulher eleita, que que é que ela ia fazer? E ela dizia né “Não quero fazer, colocar X mulheres no mercado de trabalho, eu quero fazer algo que altere mesmo a vida delas (Entrevista 22 de maio de 2017)

Nesse sentido, faz diferença que essa chefe de Estado esteja atuando juntamente à uma Secretaria de Políticas para Mulheres, com vistas a atender a demanda feminista que atua a partir de uma postura de contraconduta ao Estado, recusando-se a serem governadas ou ao menos, escolhendo a forma que querem ser governadas. A presidenta, que carrega a imagem de mulher guerrilheira, é um exemplo de ousadia e de enfrentamento e faz da CMB sua própria resistência.

Seguindo o modelo de El Salvador, a CMB deveria integrar todos os serviços num mesmo espaço. Quando na escolha da construção da CMB, Dilma propôs que 9 integrantes

incluindo a ministra Eleonora Menicucci e a secretária Aparecida Gonçalves, bem como integrantes dos ministérios da justiça e da saúde para conhecerem o espaço salvadorenho a fim de conseguirem implantar um espaço semelhante no Brasil, conforme relato da secretária Aparecida. Segundo esta, Dilma entrevistou nesse processo ao dizer:

A princípio a gente tinha pensado num quarteirão cada prédio né, aí a própria Dilma se meteu, porque esse..esse...esse foi um programa que ela, ela acompanhou tudo. Então aí ela disse “não, Cidinha, de jeito nenhum, não vai ter nada disso. Nós vamo fazer um serviço integrado, nós vamo fazer tudo, nós vamo dar o terreno, nós vamo pensar a Arquitetura, tudo, porque senão não vai sair. Se a gente pensar em entregar pro governo do estado e o governo ter que executar isso não sai do papel. Então eu quero, a gente executa e depois de pronto a gente passa pro governo do estado ou pra prefeitura administrar . (Entrevista 22 de maio de 2017)

A interferência da presidenta mostra que o Estado sendo o condutor das políticas, mas sendo este governado por uma mulher que resistiu à tortura e que tinha intenção de combater efetivamente a violência contra a mulher assume essa tarefa para si, a fim de ressignificar a própria violência que ela sofreu e também transformar a vida das mulheres . Dessa forma, incorpora na implantação da CMB a ousadia feminista, ao contestar o próprio Estado e delegar à SPM/PR a tarefa de executar todo o projeto para não correrem o risco de que, mais uma vez, a violência não fosse tratada com o rigor que era necessário. Ao fazer isto, Dilma contrapõe o Estado que ela mesma chefia, construindo uma “prática de si que envolve não apenas a transformação de si, mas também a transformação política e social” (MCLAREN, 2016, p.155)

Figura.2 Fotografia Ciudad Mujer El Salvador



Fonte: Site Secretaria de Inclusão Social de El Salvador. Disponível em <http://www.inclusion-social.gob.sv/ciudad-mujer-morazan-llega-con-exito-a-su-primer-ano-de-funcionamiento/> Acesso em 02/03/201

Figura3- Fotografia Fachada CMB



Figura4-Fotografia da lateral da CMB



Fonte: <http://www.capitalnews.com.br/cotidiano/casa-da-mulher-brasileira-comemora-um-ano-com-quase-10-mil-atendimentos/287601> Acesso em 09/05/2019

Podemos perceber as aproximações entre a realidade de El Salvador e Brasil no tocante à violência contra a mulher. No ano em que a CMB foi instalada, 2015, El Salvador foi apontado como o país com as mais altas taxas de feminicídio no mundo, seguido de outros dois países latino-americanos, Guatemala e Colômbia, e a Federação Russa, colocando o Brasil na 5ª posição conforme o Mapa da Violência de 2015.

O fato de termos países da América Latina com os mais altos números de feminicídios, revela as marcas da colonialidade. Ficamos presos aos dados e noticiários de TV acerca da violência de gênero, ocorrendo até uma trivialização de uma realidade que não será modificada se não levarmos em conta as especificidades latino-americanas, arraigadas pela colonialidade, de séculos de exclusão e opressão das mulheres, principalmente as de periferia, as negras e indígenas.

Os casos de violência de gênero na América Latina representam um genocídio. Conforme apontou Rita Segato:

Em El Salvador, entre 2000 e 2006, em plena época de “pacificação”, verificou-se um aumento de 40% nos homicídios de homens, ao passo que, no caso das mulheres, os homicídios aumentaram quase o triplo, em 111%. Na Guatemala, também de forma concomitante com o restabelecimento dos direitos democráticos, entre 1995 e 2004, se os homicídios de homens aumentaram 68%, para as mulheres o aumento foi de 144%, o que significa o dobro. No caso de Honduras, a distância entre os valores é ainda maior, dado que entre 2003 e 2007 o aumento da vitimização de homens foi de 40% e de mulheres de 166%, o que perfaz quatro vezes o total de homens vítimas (Carcedo, 2010: 40-42). A rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráfico e comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite. (SEGATO, 2012, p.108)

O crime de feminicídio representa a barbárie da modernidade, em sociedades que vivem a violência cotidianamente, que estão sob clima de guerra imposto pela realidade capitalista e excludente e as mulheres são as mais afetadas, estendendo-se ao corpo feminino todas as formas de violência que nunca se encerram e infelizmente se inovam ao passo que a modernidade impõe novas formas de dominação e esfacelamento dos corpos femininos.

No feminicídio temos todas modalidades criminais possíveis pois ele passa pelo tráfico de mulheres, pela violência doméstica e sexual, transcorre até mesmo as tipificações de crime, pois cada vez mais estamos diante de casos que chegam a um nível de crueldade que perpassa as diretrizes das políticas públicas, devendo ser analisados separadamente, o que a CMB tentou abarcar, haja vista que permite a análise de casos atípicos por um colegiado gestor. Portanto, à medida que a modernidade avança, estamos diante de um genocídio de gênero (IDEM, p.108) e com isso devemos pensar que as políticas públicas que tem esse olhar voltado ao entendimento da colonialidade de gênero fazem uma grande diferença .

Ter um modelo latino-americano de enfrentamento à violência contra a mulher representa que a SPM/PR considerou as aproximações da realidade desses países. Isso recai na opinião pública, uma vez que El Salvador tornou-se uma referência em políticas públicas para mulheres, conforme podemos ver representado na matéria a seguir:

Como um dos países mais violentos está salvando suas mulheres

El Salvador é campeão em estatísticas assustadoras. Hoje tenta reverter o quadro com uma iniciativa que impressiona o mundo, mas pode travar na Assembleia

Por **Gabriela Ruic**
 access_time 7 mar 2017, 16h28 - Publicado em 1 dez 2016, 06h00



Fonte Matéria El Salvador e violência contra a mulher. Revista Exame Online- 7 de março de 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/ciudad-mujer-el-salvador-violencia-mulheres/> Acesso em 14/09/2018

A matéria foi publicada dois anos após a inauguração da CMB e não menciona a experiência semelhante no Brasil. Percebemos que a CMB ainda não havia sido reconhecida

nacionalmente, muitos sequer ouviram falar desse espaço nos demais estados brasileiros. Nesse sentido, a amplitude do reconhecimento da CMB só se daria a partir de um trabalho de divulgação do mesmo, assim como fora feito em El Salvador e isso aconteceria a partir dos resultados dessa política, que também seria feito pelo parecer das próprias mulheres atendidas.

Eva Brasil se refere ao espaço como seu lugar de fala, onde saberia que estaria protegida e que por mais que a CMB tivesse problemas no atendimento, como auto-sugestões cristãs da psicóloga expostas no primeiro capítulo, erros no boletim de ocorrência, ela voltaria lá pra fazer valer seus direitos quantas vezes fossem necessárias. Percebemos, portanto, que o lugar de fala representa a abertura para a denúncia e para dar voz ao problema da violência contra a mulher numa perspectiva política, uma vez que encontra a contrapartida das mulheres que passam pelo espaço e que alteram as representações acerca da forma com que o Estado lida com as políticas para mulheres.

Eva narra que ela não conhecia a CMB:

Eu tava com meus dois filhos o bebê e minha filha de 4 anos, eles ficaram no lugar onde era só, eu já tinha ido de manhã, fiquei das oito da manhã até uma três, três e meia sem comer de novo, sem tomar café da manhã, sem nada, pra fazer um segundo boletim de ocorrência contra o meu ex. e as crianças ficaram com uma babá que eu tinha pagado, depois uma colega minha veio me buscou, me levou lá pra buscar as crianças, com essa moça, e ai né nós voltamos, e quando eu fui vê já era quase seis horas da tarde que eu falei que não tinha almoçado pra moça e tal, que essa colega tinha trazido um salgado e tudo, que eles falaram: “aqui tinha almoço, né então, era pra você ter almoçado, podia ter comido alguma coisa”, mas as crianças ficaram lá no lugar cheio de brinquedos e tiveram, e ficaram num acompanhamento lá na sala cheia de brinquedo enquanto eu almocei e depois pro, eu almocei seis horas da tarde e fui pro, pra conversar com a psicóloga e também com uma outra moça que era da defensoria também, não lembro, mas eram 2 pessoas na sala comigo. (Entrevista de 8 de março de 2018)

Através da narrativa de Eva, percebemos que não era usual encontrarmos atendimento humanizado e acolhedor nos serviços públicos, pois ela não esperava que ali tivesse esse cuidado com alimentação, pedindo para uma amiga levar um lanche, tampouco uma brinquedoteca para as crianças, já que na primeira vez que esteve na CMB ela deixou os filhos com uma babá.

Tanto a Ciudad Mujer quanto a CMB trazem o atendimento humanizado em suas diretrizes principais, conforme o exposto:

2. Casa da Mulher Brasileira – Espaço de Atendimento Integrado e Humanizado

A Casa da Mulher Brasileira, uma das ações previstas no Programa “Mulher: Viver sem Violência”, é um espaço de acolhimento e atendimento humanizado e tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias.

A Casa da Mulher Brasileira constitui um serviço da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e deve atuar em parceria com os serviços especializados da rede de atendimento (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/ DEAM, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casa-Abrigo, Defensoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada) e com os demais parceiros (rede socioassistencial, rede de saúde, órgãos de medicina legal, entre outros).

Os objetivos específicos da Casa da Mulher Brasileira são:

1. Oferecer às mulheres em situação de violência acolhimento em serviços de referência e atendimento humanizado;
2. Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres;

El personal que atiende en Ciudad Mujer está compuesto exclusivamente por mujeres que tienen como prioridad brindar calidez a las usuarias con el fin de generar un ambiente afectuoso y un vínculo de confianza hacia las instituciones estatales.

La lucha contra la discriminación también se hace efectiva aquí, a través de la inclusión de las mujeres con discapacidad, así como de la población perteneciente a la diversidad sexual. En nuestros equipos trabajan mujeres con distintas discapacidades, así como mujeres de la diversidad sexual que son en sí mismas ejemplos de superación y de acceso a una vida digna a partir del reconocimiento de sus derechos.

También contamos con personal de todas las edades: desde funcionarias muy jóvenes, en sus tempranos 20, hasta aquellas adultas mayores que aún desean seguir aportando con su experiencia, compromiso y dinamismo. Todas le demuestran a nuestras usuarias, que las mujeres podemos hacer lo que nos proponemos, en cualquier momento de nuestras vidas.

Es muy importante la credibilidad de las ciudadanas hacia las instituciones que han sido creadas para representarlas, y ese es un vínculo que necesita ser construido. Por eso, hacemos hincapié en la necesidad de generar confianza.

Una consigna general que atraviesa todos los niveles de gestión del Modelo es que ninguna usuaria puede salir mal atendida o, peor aún, sin atención alguna.

Además de la calidez en el trato, es importante la higiene extrema de los establecimientos, que todos los espacios –tanto interiores como exteriores– sean agradables y se encuentren en un estado impecable. Esta cualidad es en sí misma un mensaje de dignificación hacia las mujeres, pues significa que las consideramos la pieza más valiosa del engranaje social.

En un espacio que abre sus puertas en condiciones dignas, otro factor fundamental es la garantía de confidencialidad. Esta condición es decisiva para que las mujeres se acerquen,

Fonte: Vanda Pignato- Ciudad Mujer: Novo modelo de gestão pública para a igualdade e a paz. Disponível em <http://www.inclusion-social.gob.sv/wp-content/uploads/2015/10/CIUDAD-MUJER-ESPANOL-WEB.pdf> Acesso em 13/03/2019

Notamos que ambos documentos trazem o termo “confiança” ao se referirem ao atendimento humanizado. A diretriz da Ciudad Mujer traz ainda que as mulheres deveriam ser recebidas no espaço com esse enfoque acolhedor para que sentissem confiança nos serviços públicos estatais. Nesse sentido, percebemos a omissão secular do Estado mediante a questão da violência contra a mulher, o que percebemos também na fala de Eva quando remete que desconhecia esse tipo de atendimento.

Essas aproximações entre Ciudad Mujer e CMB, colocam que o Estado na figura de Dilma e Vânia e sob a pressão dos movimentos de mulheres e feministas conduz a questão da violência contra a mulher, sob o viés de duas mulheres em cargos de poder. De qualquer forma, até então nenhuma política com esse enfoque havia sido criada e foi na gestão de duas mulheres que elas puderam acontecer em seus respectivos países. Como se referiu Dilma na

inauguração da CMB: “Nós vamos pegar o touro à unha”⁶⁷, assumindo pra si essa responsabilidade e conseqüentemente, delegando essa tarefa ao Estado.

Segundo a secretária Aparecida a arquitetura da casa foi planejada de acordo com o que pretendiam para o atendimento:

Então, todo o mecanismo da Casa ela foi pensada é...e nós pensamos primeiro como seria o atendimento pra sentar com o arquiteto e os engenheiros, pra pensar a arquitetura da Casa né. Então a gente pensou que tinha que ser...que tivesse um mínimo de...de... espaço...pra mulher não se sentir sufocada como muitas vezes é na Delegacia. Então aí saiu aquele desenho né que tem, que você tem um espaço aberto, um jardim no meio que a mulher saindo de um serviço pro outro se depara com o sol, com a chuva, a natureza e dá um tempo pra ela mesma pra não dar atenção ao nervosismo, uma Casa clara, nada escuro, nada pesado, né, aí nos pensamos em cores diferenciadas porque nós pensamos que as mulheres muitas vezes não sabem ler e no...na hora do desespero também se perdem, podem ficar nervosa, entrar em crise, então nós pensamos aí então...a Delegacia é Verde, o Juizado é alaranjado né, Ministério Público e a Defensoria vermelho, a Administração amarelo e o fundo, a Assistência Social roxo né e o fundo lilás né (Entrevista 22 de maio de 2017)

Portanto, o espaço foi pensando para ser um ambiente seguro, arejado e acolhedor. Os setores de atendimento foram divididos por cores, haja vista a fragilidade das mulheres vítimas de violência quando chegam à CMB. Outra explicação dada por Aparecida foi que essa divisão por cores foi feita pensando nas mulheres analfabetas ou indígenas que tem dificuldade com a língua portuguesa, para facilitar que se movimentassem dentro do espaço.

Fig.5 Infográfico- Setores de atendimento CMB



Fonte: Jornal Online Mulher. Disponível em <http://jornalmulher.com.br/inaugurada-casa-da-mulher-brasileira-em-brasilia/> Acesso em 20/06/2019.

⁶⁷ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-diz-que-preciso-pegar-touro-unha-no-combate-violencia-contra-mulher-15229947> Acesso em 16/04/2019

Fig.6 Fotografia- Área de Convivência da CMB



Fonte: Rede Feminista de Saúde. Disponível em <http://redesaude.org.br/comunica/violencia/casa-da-mulher-brasileira-e-o-fim-da-via-crucis-das-vitimas-de-violencia> Acesso em 20/06/2019

A perspectiva de humanizar o atendimento vem corroborar com a reivindicação feminista de evitar a violência institucional que as mulheres vítimas de violência sofriam nas DEAM's, dessa forma ultrapassando o enfoque da punição dos agressores, fazendo com que as mulheres sentissem que ali além de protegidas dos seus algozes, teriam amparo humano conforme as Convenções Internacionais exigiam no trato da questão com viés nos Direitos Humanos das Mulheres.

Em 2006 a SPM/PR instituiu a padronização das normas técnicas de atendimento nas DEAM's que já previa o acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência. Porém, muitas vezes isso não acontecia em todos os órgãos que essas mulheres deveriam passar, como nos Juizados, Defensoria, delegacias e postos de saúde. A proposta da CMB seguindo uma Política Nacional para mulheres, era aglutinar essa forma de atendimento num mesmo espaço e além de repassar a responsabilidade do Estado no tocante a atender a demanda feminista de enfrentamento à violência contra a mulher, considerando a dignidade humana das mulheres, coloca a CMB como referência de política pública, servindo como modelo a ser seguido pelas instituições que tratam da temática seguindo a transversalidade e intersetorialidade da política pública.

Sob tal tessitura, a CMB sob constante avaliação e implementação contribui a longo prazo para uma transformação do que está posto ao gênero.

Aparecida Gonçalves expõe que:

A integralidade não é integração dos serviços, a integralidade é pensar a mulher enquanto um ser humano completo né, enquanto sujeito de direito , portanto esse é o conteúdo da Casa e é essa gestão que pra nós é importante que fique claro e que se resolva a questão da mulher. (Entrevista de 22 de maio de 2017)

Sabemos que mesmo que as leis tenham reconhecido as mulheres como sujeitos de Direito, as representações não demonstram que isso está estabelecido socialmente, porém quando Aparecida se refere a integralidade da mulher como ser humano avalia que a CMB surge com a intenção de tratar as vítimas de violência e a questão da violência contra as mulheres a partir do reconhecimento de que se trata de um problema social que fere a dignidade humana de todas as mulheres e que oferecer serviços num mesmo espaço simboliza a corporificação da questão da violência, tendo o espaço como símbolo. Em outros termos, a CMB simbolizava as próprias mulheres vítimas de violência, considerando seu direito ao cuidado de si e de viver.

Isso não significa dizer que a CMB atenda todos os requisitos para romper com a violência de gênero totalmente ou que todos os serviços eram realizados sob a perspectiva do atendimento humanizado, pois as políticas públicas com viés de gênero são implementadas e reavaliadas conforme a pressão feminista, que sempre está atenta ao que precisa ser modificado. Todavia a CMB traz a visibilidade necessária quando o assunto é violência contra a mulher. E isso se dá através do espaço, nunca antes visto no Brasil.

A CMB, e também a Ciudad Mujer, ancora-se no momento político que Marlise Matos (2014) chama de quarta onda feminista na América Latina, em resposta às políticas neoliberais que não atenderam as reivindicações feministas, tampouco considerou a multiplicidade dos movimentos e das mulheres. A quarta onda vem com essa proposta crítica-emancipatória das diferenças, modificando a relação entre os movimentos de mulheres e feministas e o Estado. A década anterior foi marcada pelas ONG's feministas e estas não deveriam ser desconsideradas, uma vez que mesmo estando atreladas ao modelo neoliberal de destituir o Estado da obrigação de políticas sociais, contribui para pressionar esse Estado e provocar transformações.

No início dos anos 2000 a proposta deveria considerar a importância das ONG's, mas também a emergência de novos movimentos feministas, sobretudo aqueles que criticavam o neoliberalismo, como, por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres que trouxe um feminismo subversivo, de rua e com vistas ao diálogo com outros movimentos sociais anti-

globalização, sendo atuante na promoção de fóruns de discussão com os demais movimentos, como o Fórum Social Mundial (FSM).

Igualmente, nesse período observamos o fortalecimento eleitoral de governos e partidos progressistas em resposta aos resultados negativos do neoliberalismo na América Latina, que alimentaram a possibilidade de aliar crescimento econômico, justiça social e democracia, como observamos a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e de Mauricio Funes, em El Salvador, que modificam as relações entre Estado e feminismos. ao atenderem as reivindicações de políticas públicas para mulheres, atreladas a princípios de equidade de gênero, transversalidade, universalidade e laicidade do Estado, compromisso com os Direitos Humanos, transparência na gestão das políticas públicas. Tais mudanças por si só não eliminam as desigualdades de gênero e opressão das mulheres, mas são importantes, pois colocam as mulheres como sujeitos das políticas públicas ao conferir-lhes cidadania e abrir caminho para o locus da crítica e pressão feministas. (MATOS e PARADIS, 2016)

Destacamos que a emancipação das mulheres não é desvinculada à emancipação política e que os feminismos ao debaterem pautas conjuntas pressionam o Estado para que as políticas públicas sejam transformadoras. Não há como desconsiderarmos a opressão que as mulheres sofrem no sistema econômico capitalista, tampouco que isso se estende aos campos cultural e social. As novas movimentações dos feminismos sob o viés de emancipação humana é uma vertente que reconhece o gênero como uma das formas de opressão.

A pressão dos movimentos feministas por políticas públicas, bem como no tocante à sua efetivação, implementação e funcionamento coloca as mulheres como sujeitos das políticas com vistas à sua emancipação humana e isso se dá através das críticas e resistências contra o capitalismo, o colonialismo, o patriarcado e o racismo. Sumariamente, as políticas públicas para mulheres realizadas pela SPM/PR, sobretudo a CMB, surgem com vistas a essa proposta emancipatória.

Por emancipação entendemos a pluralidade de projetos coletivos amparados por procedimentos que os traduzam, construindo uma ética “a partir de baixo” com vistas à transformação social (SANTOS, 2008). A CMB como projeto inovador ao mesmo tempo experimental, aponta modificações sociais num período histórico e político de transição, contribuindo para que recuperemos forças a partir de ações que devem ser vividas, de um espaço que surge para modificar as políticas para mulheres que não é ideal, mas provoca ações, experimentações, uma vivência intensa e inflamada como podemos observar nas palavras das mulheres que fizeram parte de sua instalação. “Sonho das feministas”, “tolerância zero”, “meu lugar de fala” ou como podemos ver nas representações

contemporâneas à CMB, como a música de Elza Soares que diz que somos mulheres do fim do mundo, dançamos a dor na chuva de confetes, ligamos pro 180 e jogamos água fervente no agressor.

Isso significa que essencialmente, a CMB simboliza a resistência. Resistência com vistas à emancipação das mulheres, pois envolve sujeitos múltiplos, uma diversidade de alternativas e mobilizações com o mesmo fim: dar uma resposta às múltiplas formas de opressão que se abatem sobre as mulheres (CARVALHO, 2008, p.3)

A partir do impeachment da presidenta Dilma em 2017, a SPM/PR foi extinta, o que modificou totalmente as políticas públicas para as mulheres no Brasil, significando a descontinuidade de um processo de construção e implantação de políticas junto aos movimentos feministas. Destituir uma presidenta sinalizou um golpe nas políticas públicas e nos direitos conquistados pelas mulheres. Pôs fim ao projeto emancipatório das próprias mulheres, representado na figura de Dilma, a presidenta destituída do cargo em 2017.

Contudo, à medida que os feminismos se estabelecem e provocam mudanças culturais, uma nova forma de reconhecimento de seus direitos acontece, através da autonomia reconhecida pelas políticas públicas elaboradas por uma secretaria que estende o direito de autonomia às mulheres. Consequentemente as relações de poder afloram, seja em forma de misoginia e/ou da ascensão de forças reacionárias de direita e/ou fascistas e/ou golpes de Estado. (RAGO, 2019, p.9)

3.3 POR QUÊ CAMPO GRANDE? A PRIMEIRA CMB DO PAÍS NA CAPITAL SUL-MATOGROSSENSE.

O PMVSV previa a instalação de vinte e sete CMB no país, uma em cada capital. Campo Grande-MS foi a primeira. Não se trata de analisarmos o pioneirismo no sentido de destacar o regionalismo sul-matogrossense. O que pretendemos é compreender as motivações que trouxeram a CMB primeiramente para o MS, haja vista que a política pública sendo construída progressivamente ao longo das adaptações e mudanças que ela prevê adquire por si um caráter experimental. E o que vemos representado é que a CMB de Campo Grande-MS adquiriu status de referência para os demais estados brasileiros e foi reconhecida internacionalmente.



Home > Notícias > Notícias na imprensa >

10
06
2019

Exemplo para o Brasil, Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande será referência para Alagoas (A Crítica - 10/06/2019)



A estrutura e o trabalho desenvolvido pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande são reconhecidos como exemplo para todo o Brasil

A estrutura e o trabalho desenvolvido pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande são reconhecidos como exemplo para todo o Brasil, tornando-se referência na implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e acolhimento à mulher vítima de violência em outras unidades da CMB no país.

Fonte: CMB referência para Alagoas. Matéria do site Compromisso e Atitude de 10 de junho de 2019. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/exemplo-para-o-brasil-casa-da-mulher-brasileira-de-campo-grande-sera-referencia-para-alagoas-critica-10-06-2019/> Acesso em 11/06/2019

Capital

25/02/2019 18:19

Áustria se interessa pelos trabalhos realizados pela Casa da Mulher Brasileira

Embaixadora da República da Áustria se reuniu com o prefeito Marquinhos Trad e o governador Reinaldo Azambuja

Tatiana Marin

Fonte: CMB referência internacional. Matéria Jornal Campo Grande News de 25 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/austria-se-interessa-pelos-trabalhos-realizados-pela-casa-da-mulher-brasileira> Acesso em -1/03/2019

Notamos que as duas matérias elencadas fazem alusão ao trabalho desenvolvido no espaço quatro anos após a inauguração da CMB. Trabalho este atrelado à proteção e acolhimento das vítimas de violência. A embaixadora da Áustria menciona que estava à procura de “modelos exitosos de políticas para as mulheres”. No ano que ambas matérias foram divulgadas tivemos mudanças políticas que modificaram substancialmente a forma

como as políticas públicas para mulheres no Brasil foram implementadas. Mais precisamente desde 2017, a partir do impeachment da presidenta Dilma que implantou o programa que trouxe a CMB como principal eixo de enfrentamento à violência contra a mulher.

Em 2019, a SPM/PR deixou de existir, dando lugar ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A CMB continuou em funcionamento e outras puderam ser construídas seguindo o que previa o PMVSV. No entanto, a mudança governamental modificou a forma de fazer política para mulheres, colocando a mulher (no singular) e atribuindo a esta o lugar na família. A esta mulher, mãe e de família, foi relegado os direitos humanos, tendo à frente do Ministério uma pastora evangélica, Damares Alves. Neste mesmo 2019, os números de feminicídios aumentaram substancialmente⁶⁸.

A proposta de políticas para mulheres é que estas tornem-se políticas de gênero com o tempo, tendo vistas à equidade e mudanças sociais nesse âmbito. O que a embaixadora austríaca quis dizer ao mencionar o êxito da CMB, certamente não se refere aos resultados, uma vez que os índices de denúncia e de casos de violência contra a mulher continuaram aumentando. O sucesso atribuído à CMB revela que este se deu devido ao atendimento que esta proporcionava e que, ao que parece, permaneceu.

Em Campo Grande-MS, desde 2015 é a CMB que conseguiu se manter em funcionamento 24 horas. O peso de ser a primeira e modelo para as demais, certamente influenciou no funcionamento do espaço.

Para compreendermos o que motivou a implantação inaugural da CMB no MS, analisamos os dados pertinentes a violência contra a mulher. Em 2015, quando a CMB foi inaugurada fora feito o Mapa da Violência, que apontou que o número de homicídio de mulheres no estado de MS seguia a média nacional, sobretudo com relação ao aumento de mortes de mulheres negras, representando 66,7% dos feminicídios.

⁶⁸ Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública o número de feminicídios aumentou 76% no primeiro trimestre de 2019. Encontramos dados análogos divulgados pela Organização Mundial de Saúde. Isso mostra que destituir uma secretaria de políticas públicas para mulheres desarticula as estatísticas sobre a violência contra a mulher, que se encontram distribuídas em diferentes órgãos, algo que a SPM/PR tentou abarcar para efetivar as políticas com base nos dados de várias plataformas e em pesquisas que a própria secretaria realizava a fim de ter bases consistentes para construir plataformas de ação. Anteriormente à SPM/PR as políticas que tratavam da violência contra a mulher tinham vistas à segurança pública, conforme pudemos expor no segundo capítulo com o advento das DDM's. O fim de uma secretaria para mulheres sinaliza que voltamos a esse ponto, o que dificulta o enfrentamento à violência de gênero e políticas que promovam a equidade de gênero. Sobre o aumento de feminicídios, ler: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml> Acesso em 04/02/2019

No entanto, essas estatísticas não revelam o núcleo da representação, ou seja, não coloca Campo Grande-MS como a capital dos feminicídios, estando esta na 23ª posição nacional e o estado de MS em 9ª posição. (WAISELFISZ, 2015, p. 19-22).

Todavia, o mesmo Mapa revelou que MS liderou o número de atendimentos por violência no Sistema Único de Saúde, independentemente do gênero, colocando o estado como um dos mais violentos do Brasil. Os dados do Mapa e do SUS não abarcaram a violência contra a mulher em MS numa perspectiva de análise de gênero especificamente. Ao que parece as pesquisas ainda estavam se delineando sobre esse viés, a fim de mapear a violência de gênero no Brasil, e MS seguia essa vertente. Até então, os estudos eram feitos por mulheres de movimentos sociais e acadêmicas, como as coletas de dados feitas pelo MPM de MS juntamente ao Grupo Guavira que fazia o mapeamento manualmente nos bairros. As pesquisas avançaram quando na iminência da SPM/PR que reuniu os dados da violência de gênero antes dispersos entre os órgãos responsáveis e de onde produziram pesquisas específicas sobre a violência contra a mulher.

Uma delas foi o Balanço dos 10 anos de Ligue 180, referente aos anos de 2005 a 2015, divulgado em 2015, mesmo ano em que a CMB foi implantada. Neste, a capital Campo Grande aparece como líder nas ligações do 180, canal destinado exclusivamente à informações e denúncias referentes à violência contra a mulher.

Balanço 10 anos - LIGUE 180

Campo Grande permanece com a maior taxa de relatos de violência, seguida por Rio de Janeiro e Natal. Foi em Campo Grande que a Secretaria de Políticas para as Mulheres inaugurou a primeira Casa da Mulher Brasileira, em fevereiro de 2015. Entre as unidades da federação, foi no Distrito Federal a maior taxa de relatos de violência pelo Ligue 180, seguido por Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Nos primeiros dez meses de 2015, o Ligue 180 atendeu todas as 27 unidades da federação, com média de 52,45 relatos de violência por 100 mil mulheres.

Fonte: Balanço Ligue 180 – p. 4. Disponível em https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/12/SPM_balanco180-10anos10meses.pdf Acesso em 20/05/2018

Notamos que os dados do Balanço corroboram com os do Mapa da Violência, que coloca Campo Grande como a cidade que mais utilizou o Ligue 180 em dez anos. Isso quer dizer que muitas mulheres procuravam informações e denunciavam, ao mesmo

tempo que continuavam a buscar atendimento nos postos de saúde, o que nos faz avaliar que o alto número de atendimentos pelo SUS eram em função da violência de gênero, na qual as mulheres eram vítimas principais.

O Balanço também cita a existência da CMB na mesma capital, o que tenta justificar o porquê de sua instalação na capital de MS. Outro dado que colabora com essa discussão é o divulgado pelo do Anuário de Segurança Pública, publicado em 2016, em referência aos tipos de crimes registrados em Boletins de ocorrência:

<p>Em setembro do ano de 2016 a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha revelou que, no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordam com a afirmação: "A mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada".¹</p>	<p>Tanto a repercussão de crimes sexuais cometidos contra mulheres como o aumento dos relatos indicam que há um avanço em relação ao reconhecimento das graves violações de direitos humanos cometidas contra mulheres.</p>
<p>A revelação é preocupante, ainda mais considerando que o ano de 2016 foi marcado por episódios de estupro coletivo que chocaram o país, como o caso em que uma adolescente de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens no Rio de Janeiro e o caso de Castelo do Piauí (PI) em que quatro adolescentes foram vítimas do mesmo tipo de crime e atiradas de um penhasco.²</p>	<p>Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registram 45.460 casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação a 2014 em que foram registradas 50.438 ocorrências.⁴ Os números são referentes a estupros de mulheres e de homens⁵, embora as mulheres sejam as maiores vítimas, o registro do Sinan mostra que 89% das vítimas são do sexo feminino⁶.</p>
<p>No ano de 2015 o Disque 180, a central de atendimento para mulheres que recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços de rede de atendimento à mulher e que fornece orientação sobre direitos das mulheres e a legislação, divulgou um aumento de 129% no número total de relatos de violências sexuais (estupro, assédio, exploração sexual), representando uma média de 9,53 registros por dia.³</p>	<p>Mesmo considerando a redução dos casos de estupro de 2014 a 2015, os números continuam muito elevados. Os estados com as maiores taxas são: Acre, com uma taxa de 60,5, seguido de Mato Grosso do Sul (53,9), Mato Grosso (45,3), Santa Catarina (39,5), Paraná (36,9) e Roraima (35,6). Em números absolutos os maiores números de registros de estupro foram em São Paulo (9.265), no Rio de Janeiro (4.887 casos) e Paraná (4.120).</p>

Fonte: Anuário de Segurança Pública 2016, p.38 Disponível em http://forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf Acesso em 03/04/2019

O estado de MS figura com a mais alta taxa de registros policiais de estupro de mulheres. Os dados não conseguem ter um mapeamento real sobre essa tipologia de crime no estado, uma vez que muitas mulheres não registram boletim de ocorrência. Isso quer dizer que os números poderiam ser ainda maiores. No entanto, revelam um número alarmante e mapeado, sobretudo, pelo Ligue 180. Se as mulheres estavam ligando para a Central 180 para denunciar e pedir informações acerca da violência que sofriam, isso já mostra que o estado necessitava de políticas combativas à violência doméstica e sexual.

Notamos que a divulgação do Balanço 180 traz a informação da existência da CMB em Campo Grande, como meio de justificar a implantação do espaço na capital. Essa é uma das motivações que trouxeram para Campo Grande a primeira CMB do Brasil.

Enquanto gestora de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, Aparecida Gonçalves tem outra visão. Segundo ela a CMB foi instalada primeiramente em Campo Grande, porque:

As pessoas dizem que era porque eu era daqui né, mas não foi não [risos] . Na verdade é assim, olha...a...a...Campo Grande...a primeira Casa era pra ser a de Brasília no cronograma. Porque ...é...foi o primeiro terreno que a gente conseguiu, era o terreno da União né, então ele já tava legalizado, já tava tudo certo e nós colocamos a primeira licitação na ronda. O que que aconteceu? Era Brasília e depois Campo Grande. O que que aconteceu? Na primeira...no primeiro edital num teve nenhuma empresa que concorreu em Brasília, então nós tivemos que aguardar 20 dias pra abrir de novo a segunda etapa de Brasília. Na segunda etapa que aí saiu Campo Grande e Brasília junto, tendeu? O que que aconteceu? Que aí não foi 20 dias, foi 30 dias porque se era pra soltar o de Brasília a gente achou melhor soltar os dois junto 30 dias depois. O que que aconteceu? Na licitação de Brasília a gente teve impugnação e a de Campo Grande não. E a de Campo Grande como a gente já tinha tido a experiência com Brasília de não ter tido nenhuma empresa, nós ligamos aqui na época a coordenadora era a Tai, eu disse “Tai, você fala com o governador, fala aí pra ter é...empresários que tenham interesses do governo de Campo Grande, de Mato Grosso do Sul, pra disputar”. Porque se não teve interesse em Brasília, as mais periféricas ia ser mais difícil ainda. [...]Então ...é...poderia ter saído no mesmo período. Acontece que o terreno daqui era melhor porque não precisou é...colocar caminhão de terra. O de Brasília o empreiteiro teve que colocar 300 caminhão de terra. Então enquanto que aqui já tinha arrumado, já tava começando a obra o de lá tava né fazendo terraplanagem. Então efetivamente quando terminou a terraplanagem começou o período de chuva que foi né setembro, novembro. Então assim, aí com isso a obra aqui andou, o empreiteiro daqui [...] é muito bom , cumpriu o prazo, ele fez fez tudo conforme o combinado no contrato né, a gente teve um aditivo, só um aditivo, geralmente você tem quatro, cinco aditivo, nesse caso foi só um aditivo. Então a gente teve o aditivo de prazo e de recurso, foi porque a gente não tinha pensado, é muito mais culpa nossa porque a gente não tinha pensado em alguns itens que aí tivemos que incluir depois né, mas aí é muito mais é...problema nosso, da...do projeto...do projeto original do que problema da empreiteira. Isso fez com que a Casa fosse a primeira a sair. (Entrevista de 04 de abril de 2018)

Aparecida alude a instalação da CMB ao fato dela ser conterrânea de Campo Grande. Segundo ela, as pessoas sempre faziam essa referência. Tal representação mostra que esse pode ser um dos fatores que facilitaram o projeto precursor desta política pública

em MS. O fato de Aparecida ser militante feminista de vanguarda no estado e integrante da SPM/PR desde 2002 é importante objeto de análise.

Sua participação política nos movimento de mulheres, especificamente no MPM, desde a década de 1980, funcionou como um *dispositivo de subjetivação* (FOUCAULT 1979) revelando a singularidade de sua história de vida que atravessou as pautas coletivas do movimento a qual pertencia e amalgamou sua identidade dentro e fora deste. Nesse sentido, sua participação política funcionou como dispositivo por agenciar e produzir modos de vida, a partir da sua experiência pessoal.

Ela narra que as licitações de Brasília e Campo Grande saíram ao mesmo tempo, no entanto, considerando que os estados periféricos demorariam a serem considerados, interferiu no processo ao avisar a Coordenadora de Políticas para Mulheres do município de Campo Grande-MS, Tai Loschi, antecipando-se para encontrar empreiteiros interessados em construir o projeto. De certa forma a interferência de Aparecida facilitou a agilidade na instalação e isso se deveu a sua identidade política. Esta, por sua vez, se configura:

[...] como aquele elemento que, ao mesmo tempo, é possibilitado e constituído no interior do processo mobilizatório e revela-se como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta e, nessa medida, promove transformações subjetivas e objetivas tanto em indivíduos particulares como nas diversas esferas (espaço, lógica e prática) da vida cotidiana; realiza, pois, a potência emancipatória das formas de ação coletiva em diferentes espaços da cotidianidade (PRADO, CAMPICI, & PIMENTA, 2004, p. 314).

Sendo assim, a experiência militante da secretária foi importante para que esta se mobilizasse a fim de agilizar o processo de instalação da CMB na capital sul matogrossense. Apresentamos essa perspectiva, pois o que encontramos representado sobre o espaço inaugural faz alusão aos dados, inclusive em sites de cunho feminista. O site Agência Patrícia Galvão, expõe:

CASA DA MULHER BRASILEIRA É INAUGURADA EM CAMPO GRANDE/MS

- 03/02/2015 -

COMPARTILHAR:



(SPM, 03/02/2015) Os dados apresentados confirmam a necessidade da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande – MS no enfrentamento à violência contra as mulheres. Um estupro ocorre a cada sete horas no Estado, estatística que leva em consideração apenas os casos registrados nas polícias. O Mato Grosso do Sul é o 2º estado com mais casos de estupro no Brasil.

Campo Grande á a capital com a maior taxa de registros na Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180

Campo Grande é a capital brasileira com a maior taxa de registros na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, segundo o Balanço Anual de 2014. Já o estado apresentou a segunda maior taxa de registro entre as unidades federativas do país em 2014, só ficando atrás do Distrito Federal.

Mato Grosso do Sul teve a taxa de 91,61 atendimentos para um grupo de 100 mil mulheres, muito acima da média de taxas das unidades federativas (57,90). Em 2014, houve uma cobertura de 83,33% dos municípios do estado, tendo recebido ligações de 65 dos 78 municípios sul-mato-grossenses.

Prisões de agressores crescem 345% em Campo Grande nos últimos 4 anos

No combate à violência contra a mulher, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM de Campo Grande tem atuado fortemente na prisão de agressores. Em 2014, foram 518 prisões efetivadas, 345% a mais que as 150 prisões efetivadas em 2011. Dessas 518 prisões, 84% (435) foram em flagrante.

Fonte: Matéria Inauguração da CMB- Agência Patrícia Galvão, de 03 de fevereiro de 2015.

Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-campo-grandems/> Acesso em 14/04/2018

A matéria visa justificar a necessidade de se instalar a CMB na capital de MS através dos dados policiais, com vistas à punição dos agressores. Isso demonstra que no senso comum ainda encontramos a naturalidade em vincular políticas de segurança para tratar a violência de gênero. Demonstra também que o espaço não é visto como parte de uma política pública com viés de gênero e não apenas centrado nas mulheres, uma vez que traz a proposta da transversalidade em todos os setores públicos e campanhas de conscientização para promover a equidade de gênero. A CMB representa que o Estado operou para atender a demanda feminista de conter e combater a violência contra a mulher, configurando-se como parte de uma política pública para mulheres, mas integrando uma política mais ampla com viés de gênero.

O fato de termos a primeira CMB no Brasil em Campo Grande perpassa os índices e a necessidade, haja vista que a violência de gênero é um fenômeno que acomete todo o país.

Todavia, a participação das mulheres militantes feministas foi importante nesse processo e poucas representações fazem alusão ao fato. O objetivo de compreendermos essas representações está em compreendermos que o que se estabelece no senso comum tem uma razão de ser, alocada historicamente ao que é colocado à questão de gênero no Brasil, à forma como espaços de enfrentamento à violência são compreendidos no meio social.

Ao ancorarmos essas representações simplesmente aos dados, excluimos a possibilidade de que a atuação política de mulheres foi importante para o processo. Se nosso objetivo é desatrelar o gênero de verdades estabelecidas, temos que analisar tais representações sociais acerca de espaços como a CMB no sentido de trazer a baila novos questionamentos e paradigmas.

Nesse sentido, ao atribuímos a instalação precursora em Campo Grande apenas revelando as estatísticas da violência ficamos presos à visão limitante de que existe por trás da constituição desses espaços uma necessidade, como se precisássemos justificar a ocorrência da violência contra as mulheres. Nesse sentido, analisar representações que tragam mulheres como protagonistas na feitura dessas políticas transformadoras permite uma nova maneira de analisar a problemática e de compreendermos como essas representações são articuladas e fundidas, já que se propagam socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da humanidade excluiu por muito tempo as mulheres. Suas vidas, feitos e formas de perceber e dar sentido ao mundo, à comunidade a que pertencem e o cotidiano foram relegados ao silêncio, de uma história universalizante que conferia a humanidade ao masculino. Vistas como animais irracionais no século XVIII, conquistam direitos no século XIX, ao voto, à educação, mesmo que esses méritos não tenham alcançado as mulheres negras, indígenas e pobres, que enfrentavam outras formas de resistência. No século XX vimos emergir a voz das mulheres a partir de seus relatos, confinados no espaço doméstico, em diários, cartas, letras de um silêncio que evocava um barulho ensurdecedor: a escrita de sua própria história.

A História das Mulheres como campo de conhecimento devolveu-lhes a visibilidade de suas próprias vidas, vidas que importam, com seus movimentos e reivindicações. A categoria gênero ampliou o debate acerca das mulheres, dos homens, das gentes, das relações de poder imbricadas na sociedade. Possibilitou-nos a compreensão da forma como estas são inseridas historicamente a partir da trama da cultura, da raça, da etnia, da classe social e da diferença sexual; da operação do poder que insiste em ser macho e excluir as mulheres de serem sujeitos de direito, cidadãs, gente.

A violência contra a mulher em suas variadas formas representa a barbárie, o aniquilamento da arte de viver, a ruína de uma sociedade que deveria dar condições às mulheres de terem a liberdade de serem elas mesmas e que contribua para desnaturalizar os papéis sociais que as fragilizam, vitimizam e as tornam impotentes. A História nos permite trazer à baila a resistência feminina como uma face do poder, capaz de fazer rupturas no sistema patriarcal.

Vozes como as de Elza Soares e Eva Brasil que denunciam a violência que se abate sobre as mulheres, bem como a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas nos dão a percepção de que a resistência tem historicidade. Do contexto de redemocratização do Brasil quando despontava o MPM com suas campanhas nos bairros, questionários respondidos à mão, a violência contra a mulher já era pauta prioritária e as políticas públicas que promovessem o enfrentamento desse problema integralmente, um sonho.

As mulheres galgam passos ao longo da História, com vistas a sua emancipação. Das delegacias, que visavam resolver a questão da violência contra a mulher partindo de uma estratégia de segurança pública à CMB com a perspectiva de atendimento humanizado e

representante de uma política nacional direcionada à transversalidade de gênero, a pressão feminista se faz presente.

Ao analisarmos a CMB a partir das representações sociais levamos em conta não apenas o objeto em si, mas os sujeitos que permearam sua implantação, os discursos que a cercam e compreendemos que o núcleo dessas representações traz elementos que são importantes para a análise histórica: a resistência feminina mediante a violência de gênero a partir das estratégias políticas, sociais e econômicas de um contexto histórico. Toda representação social encontra-se centrada num sujeito, seja individual ou coletivo, imerso em condições sociais e ideológicas que marcam suas práticas.

A CMB surge como uma proposta inovadora por dar visibilidade à violência de gênero que se abate sobre as mulheres, como mais um instrumento, mas que leva em conta as especificidades latino-americanas ao fomentar questões referentes às mulheres indígenas, de cor, pobres e ter como modelo um país latino-americano que é El Salvador.

Compreendendo o percurso das mulheres em se tratando de suas lutas por direitos, conseguimos abarcar vozes e silêncios quando o assunto é a violência de gênero no Brasil. Fazemos vistas ao que está colocado ao gênero na contemporaneidade a partir de explicações no passado e estas vindas das próprias mulheres. Percebemos que em muito não conseguimos ultrapassar a linha divisória do “combate”, da resistência, da prioridade em preservar a vida das mulheres, pautas colocadas desde que nos dispomos a lutar por democracia. Abrangemos que o alerta de Safiotti (1999) acerca da violência de meninas na década de 1990 ainda não foi suficientemente compreendido quando o assunto é violência dos corpos femininos.

Enquanto outros países da América já buscam políticas emancipatórias, considerando em suas constituições, inclusive, a arte do “bem viver”, como é o caso do Peru (LEÓN, 2008), ou como o fizeram a partir do viés de assistência social no Equador, mesmo que ainda não de uma forma concretizada nas legislações, contribuem para a mudança cultural acerca do gênero. Por “bem viver” Magdalena de León aponta as especificidades latino-americanas ao que se refere a urgência de mudança, um objetivo e um caminho de movimentar as ações feministas e de bem estar social.

Assim como a CMB no Brasil, que traz a perspectiva de humanização e atendimento integral, que podemos considerar uma forma *sui generis* de se pensar no bem viver, no cuidado de si e das outras. Processo este que sofreu modificações a partir da destituição do cargo da presidenta Dilma e que modificou a compreensão acerca da multiplicidade de mulheres enquanto sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Cybele Crossetti. *A caixa de pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher*. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: IE/UFRGS, v. 15, n. 2, p. 5-22. jul/dez, 1990.
- ARRUDA, Angela. *Teoria das representações sociais e teoria de gênero*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. *Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação*. In: CANDAU, V. M. (Org). Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10. Rio de Janeiro. Anais.Rio de Janeiro: LP&A, 2000.
- BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas* (Documento de la Reunión de Expertos “Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género”). Quito: CEPAL/Unidad Mujer y Desarrollo, 2005.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira. *Palavra e escrita de homens: a condição jurídica da mulher no novo código civil brasileiro*. (Dissertação). UFGD:2018, 242 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- BUGNI, Renata Porto. *Políticas públicas para as mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal*. 2016. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BUTLER, Judith . *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de janeiro; Takano Editora, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998
- COLLING, Ana Maria. *Gênero e História. Um diálogo possível?* Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72. 2004 - P. 29 – 43

_____. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história* – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CURADO, Jacy. *Políticas públicas para mulheres ou de gênero em Mato Grosso do Sul: que “diferença” política faz? Que diferença “a política” faz?*. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; COSTA, Alexandra Lopes da; VIEIRA, Luciana Branco (org.). *Mulheres na História de Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS. Ed: UFGD, 2017.

DOISE, WILLEM. *Atitudes e representações sociais*. In: JODELET, Denise. (Org) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187-204.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e políticas públicas*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, Abril, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de fevereiro de 2019.

FERNANDÉZ, Ana Maria. *Política y subjetividade: assembleas barriales y fábricas recuperadas*. 1.ed. Buenos aires. Biblos:2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRIEDAN, Betty. (1963) *A Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: As ilusões armadas*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras: 2002.

GOMES, Ana Maria. *O que é o Movimento Popular de Mulheres-MS*. In: SILVA, Iara Augusta (Org). Cartilha: PALMAS: para a cidadania. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003. 389 pág.

JOAQUIM, Teresa. *Menina e moça: a construção social da feminilidade*. Lisboa: Fim de Século, 1997.

JODELET, Denise. (2001). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (L. Ulup, Trad., pp. 17-44). Rio de Janeiro: 2001. Editora UERJ.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. *Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 286-312.

LEÓN, Magdalena de . *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género*. La Ventana, 2011.no. 13, pp.94-106.

_____. *O bem viver: Objetivo e caminho para outro modelo*. Publicado em Análisis: Nueva Constitución, ILDIS – La Tendencia, Quito, agosto 2008]. Tradução de Maria Adriana Vieira das Graças. Disponível em <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/06/bemviver.pdf> Acesso em 20/03/2019.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. *Patriarcado*. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS. Ed. UFGD, 2015.

LOPES, Zaira Andrade; MEIRELES, Iara de Oliveira; NOLASCO, Gabriel Luis Pereira. *A Casa da Mulher Brasileira e a Política de Enfrentamento à Violência de Gênero: um estudo de representações sociais*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. *A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil*. Curadoria Enap. Disponível em <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/227>. Acesso em 28 de julho de 2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarice Goulart. *Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro*. Cadernos Pagu, 0(43), p. 57-118. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645109> . Acesso em 28/07/2018.

McLAREN, Margaret. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Editora Intermeios; 2016.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Representações sociais*: In: Investigações em psicologia social (P. Guareschi Trad.). Petrópolis, RJ: 2003, Editora Vozes.

_____. *Sobre a subjetividade social*. In: SÁ, C. P de (Org). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-62.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

NICHNIG, Claudia Regina. “*Para ser digno há que ser livre*”: reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Orientadora: Miriam Pillar Grossi. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2013.

NICODEMOS, Bárbara Jandaia de Brito. *O Movimento Popular de Mulheres na construção de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher no governo do Estado de Mato Grosso do Sul*. Monografia (Especialização em Gênero e Políticas Públicas), UCDB-MS, 2007.

OLIVEIRA, Andréa Karla Cavalcanti da Mota Cabral de. *Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (manuscrito): Lei nº11.340/2006*. 2011. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2014.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *O grito abençoado da periferia: movimentos populares entre a religião e a política na noroeste paulista*. Curitiba: 2016. Editora CRV.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. *O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 239-259.

_____. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Revista de História, vol. 24.nº1. Franca, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1> Acesso em 20 de abril de 2018.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007, 190p.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Revista Social. Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> . Acesso em 09/07/2018.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PLATÃO. *Diálogos: Timeu, Critias, o Segundo Alcibíades, Hipias Menor*. Belém: UPPA.GEU, 1986.

PUGA, Vera Lúcia. *Violência de Gênero*. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS. Ed. UFGD, 2015.

RAGO, Margareth. *Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos*. Dois Pontos : 2019. Vol. 14, p. 229-241. 13p.

RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: considerações sobre o Programa Nacional de Combate à Violência contra a mulher*. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA:2005. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/lourdes_de%20maria109.pdf Acesso em 26/11/2018

RODRIGUES, Almira. *Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX*. In: SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 30.

ROUQUETTE, Michel-Louis. *Sur la connaissance des masses: Essai de psychologie politique*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble: 1994.

RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas*. 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva 1999. 13: 82-91. 58

_____. *Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil-junho/2009.

_____; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado*. Revista Crítica de Ciências Sociais 89 | 2008, p. 153-170.

SANTOS, Celia Maria Flores. *Poderosa Poção. Experiências de “Bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990*. (Dissertação). Dourados, MS : UFGD, 2009. 131p.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf Acesso em 23 de maio de 2017.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia – ensayos sobre gênero entre antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

_____. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos CES. 18 | 2012 : Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 12/02/2018.

SERAGUZA, Lauriene; VIANA, Ana Evanir Alves; ZIMMERMAN, Tânia Regina. Relações de Gênero e violência contra mulheres indígenas em Amambai – MS (2007-2013). Revista Espaço Ameríndio, v.9, n.1, jan/jun 2015. Porto Alegre:2015. P.105-126. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/53538/34130> Acesso em 10/04/2019

SOIHET, Rachel. *Movimento de mulheres: a conquista do espaço público*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.) Nova História das Mulheres no Brasil. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 218-237.

SOUZA, Sílvia Rita Vieira de. *As mulheres e a política*. In: Diálogo e Intercâmbio entre Partidos Políticos y Sociedad Civil em Mercosur Fundação Konrad Adenauer Stiftung : 2008

SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. ISBN: 978-85-7982-068-7

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

TELES, Maria Amélia Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____ ; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TIMM, Flavia Bascunan. *A violência contra as mulheres*. In: Introdução crítica ao direito das mulheres. O Direito achado na rua, vol.5. Brasília: CEAD/ UnB, 2015, p 185-190.

WADE, Peter. *Race, Nature and Culture: An Anthropological Perspective*. Londres: Pluto Press, 2002.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídios de Mulheres no Brasil*. Brasília, 2015. <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso: 20 nov. 2016.

WALKER, Lenore . **The battered woman**. Editorial Harper Perennial (1979).

LISTA DE FONTES

Anuário de Segurança Pública de 2016

Balanco Ligue 180- 10 anos

Cartilha Maria da Penha em língua guarani

Cartilha Maria da Penha em língua terena

Convenção de eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)

Declaração da presidenta Dilma Roussef – lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência- Jornal Estado de São Paulo (Online) de 13 de março de 2013

Decreto nº 8086 (30/08/2013) criação do Programa Mulher, Viver sem Violência

Diretrizes e Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira

Entrevistas de Eva Brasil – 8 de março de 2018; 15 de abril de 2018.

Entrevistas de Aparecida Gonçalves – 01 de janeiro de 2016; 22 de maio de 2017

Entrevista Elza Soares ao site Huffpost Brasil- 06 de setembro de 2015

Entrevista Vanda Pignato- Revista Exame Online de 07 de março de 2017

Jornal Online Correio do Estado – 06 de março de 2015; 30 de setembro de 2015.

Jornal Correio do Estado de 24 de abril de 1986- Inauguração DDM em Campo Grande-MS

Lei 11340/06 – Lei Maria da Penha

Mapa da Violência 2015

Matéria da Revista Exame Online- El Salvador e a violência contra a mulher- 07 de março de 2017

Matéria site Compromisso e Atitude- Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande é referência para Alagoas- 10 de junho de 2019

Matéria site Agência Patrícia Galvão- Inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande- 3 de fevereiro de 2015

Matéria Jornal Online Campo Grande News- Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande é referência internacional- 25 de fevereiro de 2019

Música “Maria da Vila Matilde”, Elza Soares. Álbum: Mulher do fim do mundo (2015)

Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher (2004)

Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher (2011)

Panfleto Movimento Popular de Mulheres- Campanha Constituinte de 1986. Arquivo Pessoal de Aparecida Gonçalves.

Panfleto Movimento Popular de Mulheres - Violência, é preciso dar um basta- 1993. Arquivo Pessoal de Aparecida Gonçalves.

Panfleto Movimento Popular de Mulheres- Violência, tô de olho em você- 1996. Arquivo Pessoal de Aparecida Gonçalves.

Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Documento para os Grupos de Trabalho

Questionário Movimento Popular de Mulheres – Campanha Violência, tô de olho em você- 1996- Arquivo Pessoal de Aparecida Gonçalves.

Revista Empoderadas – Revista do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Ano I/ julho 2017.

Vídeo de inauguração da Casa da Mulher Brasileira (TV BRASIL GOV)

PÁGINA 2

DEFENSORIA PÚBLICA	ATENDIMENTO PRESENCIAL	2887	3513
	*ATENDIMENTO POR TELEFONE	165	
	*AÇÕES PROPOSTAS	192	
	*ATENDIMENTOS P/ DESISTÊNCIA DE MEDIDAS PROTETIVAS	78	
	*ENCAMINHAMENTOS PARA OUTROS ÓRGÃOS	191	
72ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	PEDIDOS DE PRISÃO	50	1189
	ORIENTAÇÕES JURÍDICAS	142	
	DESISTÊNCIAS DE MEDIDAS PROTETIVAS	413	
	PROCEDIMENTOS DO LIGUE 180	307	
	PEDIDOS DE MEDIDA PROTETIVA	29	
	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	214	
	ATENDIMENTOS DE ADVOGADOS	34	
GUARDA MUNICIPAL E PATRULHA MARIA DA PENHA	VISITAS A DOMICILIO COM ÊXITO	181	5907
	VISITAS A DOMICILIO SEM ÊXITO	229	
	ACOMPANHAMENTO VIA TELEFONE	202	
	RISCO IMEDIATO DETECTADO	27	
	OUTROS (Ocorrências gerais até maio/2016)	5268	
POLICIA MILITAR	LESÃO CORPORAL	33	438
	VIAS DE FATO	39	
	AMEAÇA	40	
	DESOBEDIÊNCIA	9	
	AVERIGUAÇÃO	7	
	INJURIA	9	
	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	23	
	ESTUPRO	2	
	OUTROS	276	
AUTONOMIA ECONÔMICA	ENCAMINHAMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO	407	414
	DOCUMENTAÇÃO PESSOAL	7	
BRINQUEDOTECA	CRIANÇAS ATENDIDAS	2599	2599
ALOJAMENTO	MULHERES	270	627
	CRIANÇAS	155	
	ENCAMINHAMENTOS EXTERNOS		
	ENCAMINHADAS PARA CASA ABRIGO	29	
	ENCAMINHAMENTOS PARA ATENDIMENTO EM USB/SAÚDE	13	
	ENCAMINHAMENTOS PARA A CASA DE PARENTES	57	
	ENCAMINHAMENTO PARA O ASILO	2	
	ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓPRIA RESIDÊNCIA	53	
	ENCAMINHAMENTO PARA OUTRO ESTADO	1	
ENCAMINHAMENTO PARA CASA DE AMIGOS	47		
SETOR DE TRANSPORTE	DESLOCAMENTO PARA REDE SAÚDE	94	473
	DESLOCAMENTO PARA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL	30	
	DESLOCAMENTO PARA SERVIÇOS DE ABRIGAMENTO	8	
	DESLOCAMENTO PARA O IMOL	85	
	DESLOCAMENTO PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA	14	
	DESLOCAMENTO A RESIDÊNCIA	182	
	outros (Terminal Rodoviário, Terminal Urbano, Cartório, Visitas)	60	
TOTAL DE MULHERES ATENDIDAS			16466
TOTAL DE ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS			84050
PRISÕES	1.318		
MEDIDAS PROTETIVAS	3.368		
BOLETINS DE OCORRÊNCIA	11.180		
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	14.174		
BRINQUEDOTECA	2.250		

ANEXO 2
 PROYECTO CIUDAD MUJER
 PÁGINA 1

DISPONÍVEL EM

<http://www.aecid.es/Centro->

[Documentacion/Documentos/Divulgación/El%20Salvador.%20Proyecto%20Ciudad%20Mujer.pdf](http://www.aecid.es/Centro-Documentacion/Documentos/Divulgación/El%20Salvador.%20Proyecto%20Ciudad%20Mujer.pdf)



EL SALVADOR/GÉNERO
 PROYECTO CIUDAD MUJER

El 28 de enero de 2011 el Ministerio de Relaciones Exteriores y la Secretaría de Inclusión Social de la República de El Salvador presentaron ante diversos organismos de cooperación internacional del lanzamiento oficial del programa "Ciudad Mujer", con la inauguración del primer centro del programa; el Centro de Ciudad Mujer - Colón.

Este centro fue el primero de los 14 previstos para construcción a razón de uno por departamento del país. El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) concedió entonces un préstamo de \$20 Millones USD con el que se construirían cinco centros de Ciudad Mujer. A día de hoy se cuenta ya con cinco centros departamentales en funcionamiento: los centros de los departamentos de Ciudad Mujer San Salvador, La Libertad, San Miguel, Usulután y Santa Ana.

El Programa se concibe como un centro integral e integrado de servicios para las mujeres e implica un enorme esfuerzo de coordinación interinstitucional, así como una amplia inversión económica en infraestructura en 14 centros que darán cobertura a todo el país.

El Programa ofrece servicios en:

- Salud sexual y reproductiva
- Atención psicológica a mujeres víctimas de violencia
- Servicios Jurídicos
- Formación de emprendedoras para la autonomía económica (formación profesional y microfinanzas)
- Guardería y servicios de educación inicial

Este programa busca impactar en las diferentes áreas y dimensiones de la Política Nacional de la Mujer y en su articulación con las principales instituciones e instancias implicadas en los niveles nacional y local, el Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU), Ministerio de Salud, el Fondo de Inversión Social y Desarrollo Local (FISDL), Procuraduría General de la República, Ministerio de Trabajo, Comisión Nacional de la Micro y Pequeña Empresa (CONAMYPE), el Instituto Salvadoreño de Formación Profesional (INSAFORP), Ministerio de Obras Públicas (MOP), Viceministerio de Transporte, Registro Nacional de las Personas Naturales, Bancos del Estado, Secretaría de Cultura, Policía Nacional Civil (PNC), Corte Suprema de Justicia, y Fiscalía General de la República.

La Cooperación Española ha prestado su apoyo al Programa, por un lado, con una financiación de 355.000 euros destinada al proyecto de **Apoyo a las instituciones del sector justicia a través de la Unidad Técnica Ejecutiva (UTE), para el fortalecimiento de los procesos de atención a**

PÁGINA 2



víctimas de violencia de género y de judicialización de casos de feminicidio y violaciones sexuales.

A través de este proyecto, se incrementarán las capacidades institucionales del sector de la justicia para incrementar los niveles de judicialización en los casos de feminicidio y violaciones sexuales. También se mejorarán los niveles de especialización técnica del personal de las instituciones del sector legal, en materia de atención a víctimas de violencia de género, con énfasis en las unidades de atención a víctimas del programa Ciudad Mujer.

De otra parte, España apoya al Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU) y el fortalecimiento de su acción en materia de igualdad y prevención de la violencia contra la mujer con un total de 603.760\$ (439.120 euros aprox.) para el acompañamiento a la mejora del marco normativo para la igualdad en el país: Política Nacional de la Mujer, Plan para la Igualdad y las leyes de igualdad y violencia contra las mujeres.

La Cooperación Española es el primer financiador en El Salvador en materia de género, y cuenta con un liderazgo, reconocimiento y valor añadido en este sector, sobre el resto de socios.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 28 de agosto de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joice Souza Garcia'. The signature is stylized and cursive.

Joice Souza Garcia